



FIERGS
CIEGRS
SESI
SENAI
IEL

FIERGS

BALANÇO 2008 & PERSPECTIVAS 2009

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

DEZEMBRO / 2008

CENÁRIO MACROECONÔMICO MUNDIAL 2005-2009.....	3
CENÁRIO MACROECONÔMICO BRASIL 2007-2009.....	4
CENÁRIO MACROECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL 2007-2009.....	5
SUMÁRIO EXECUTIVO	6
CENÁRIOS MACROECONÔMICOS PARA 2009	8
1. ECONOMIA INTERNACIONAL	9
2. PIB BRASIL	21
3. POLÍTICA MONETÁRIA E PREÇOS.....	33
4. INDÚSTRIA BRASILEIRA	39
5. MERCADO DE TRABALHO DO BRASIL.....	50
6. SETOR EXTERNO BRASILEIRO	61
7. SETOR PÚBLICO - BRASIL.....	73
8. PIB DO RIO GRANDE DO SUL	80
9. INDÚSTRIA DO RIO GRANDE DO SUL.....	91
10. MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL.....	101
11. SETOR EXTERNO DO RIO GRANDE DO SUL	114
12. SETOR PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL.....	125

Cenário Macroeconômico MUNDIAL 2005-2009

INDICADORES	2005	2006	2007	2008*	2009*
Produto Interno Bruto Real (% a.a.)					
EUA	2,9	2,8	2,0	1,4	-0,7
Japão	1,9	2,4	2,1	0,5	-0,2
Zona do Euro	1,6	2,8	2,6	1,2	-0,5
Europa Leste e Central	6,1	6,7	5,7	4,2	2,5
Reino Unido	2,1	2,8	3,0	0,8	-1,3
Ásia emergente	9,0	9,9	10,0	8,4	7,7
Argentina	9,2	8,5	8,7	6,5	3,6
Brasil	1,3	2,7	1,2	5,1	2,1
Chile	5,6	4,3	5,1	4,5	3,8
México	3,1	4,9	3,2	1,9	0,9
Mundo	4,5	5,1	5,0	3,7	2,2
Inflação (% a.a.)					
EUA	3,4	2,2	4,1	3,1	1,6
Japão	-0,3	0,3	0,7	1,9	0,5
Zona do Euro	2,2	1,9	3,1	2,9	1,7
Europa Leste e Central	4,7	5,4	6,6	7,3	5,5
Reino Unido	2,0	2,8	2,0	4,6	2,0
Ásia emergente	3,8	4,1	6,3	7,4	6,2
Argentina	9,6	8,5	8,7	6,5	3,6
Brasil	6,9	3,1	4,5	6,3	4,5
Chile	3,1	2,6	7,8	8,5	4,9
México	4,0	4,0	3,7	5,7	3,3
Mundo	3,7	3,4	5,0	5,9	4,2

Fonte: FMI. *Projeções World Economic Outlook - FMI

Cenário Macroeconômico Brasil 2007-2009

INDICADORES	2007	2008*	2009*		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Inflação (% a.a.)					
IGP-DI	7,9	10,8	8,0	5,8	5,5
INPC	5,2	6,5	7,0	5,0	4,5
IPCA	4,5	6,1	6,8	5,3	4,9
Produto Interno Bruto Real (% a.a.)					
Agropecuária	5,4	4,2	-2,2	-1,4	1,0
Industrial	4,9	4,8	-1,3	1,2	1,8
Serviços	4,7	3,6	0,8	2,1	2,8
Total	5,4	5,1	0,7	2,1	2,8
Produção Física Industrial (% a.a.)					
Extrativa Mineral	5,8	6,1	-1,9	-0,2	1,0
Transformação	5,9	4,4	-1,0	0,6	1,8
Indústria Total²	5,9	4,5	-1,2	0,5	1,6
Empregos Gerados – Mercado Formal (em Mil)					
Agropecuária	21	57	12	14	16
Indústria	589	710	168	222	301
Serviços	1.007	1.126	324	445	586
Total	1.617	1.893	503	681	903
Setor Externo (US\$ Bilhões)					
Exportações	160,6	201,1	190	198	206
Importações	120,6	177,8	180	185	190
Balança Comercial	40,0	24,0	10	13	16
Transações Correntes	1,7	-30,0	-45	-35	-25
Investimento Estrangeiro Direto	34,6	34,9	20	25	35
Moeda e Juros (% a.a.)					
Juros Nominais – Selic - Média do ano	12,1	12,6	14,5	14,0	13,5
Juros Nominais – Selic - Final do ano	11,3	13,8	15,3	14,3	13,3
Taxa de Câmbio – Desvalorização (%) ³	(10,6)	6,5	(28,2)	(18,7)	(10,7)
Taxa de Câmbio – Média do Ano	1,9	1,8	2,6	2,3	2,1
Setor Público (% do PIB)					
Resultado Primário	4,0	4,5	2,8	3,8	4,1
Resultado Nominal	(2,3)	(1,1)	(3,2)	(2,0)	(1,6)
Pagamento de Juros Nominais	6,3	5,5	6,0	5,8	5,7
Dívida Líq. do Setor Público – BR	42,8	38,5	39,2	38,0	37,4

¹ Preços Constantes; Usando deflator do PIB.

² Estimativa UEE/FIERGS. Previsão UEE/FIERGS. Não considera a Construção Civil e o SIUP

³ Variação em relação à média do período anterior

* Previsão Unidade de Estudos Econômicos - FIERGS

Cenário Macroeconômico do Rio Grande do Sul 2007-2009

INDICADORES	2007	2008*	2009*		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Produto Interno Bruto Real (%) a.a.					
Agropecuária	10,1	-3,7	3,8	4,7	5,2
Industrial	7,7	4,6	-1,5	1,0	2,0
Serviços	6,1	3,4	0,6	1,3	2,0
Total	7,0	3,1	0,3	1,6	2,3
Empregos Gerados – Mercado Formal (em Mil)					
Agropecuária	2,7	2,7	1,5	2,1	2,2
Industria	40,4	43,7	-5,2	10,9	20,8
Serviços	51,2	64,7	32,2	35,8	39,2
Total	94,3	111,2	28,5	48,8	62,2
Setor Externo (US\$ Bilhões)					
Exportações	15,0	18,9	16,3	17,6	20,1
Importações	10,2	15,4	14,2	15,5	16,1
Balança Comercial	4,8	3,5	2,0	2,1	4,0
Setor Público (R\$ Bilhões)					
ICMS	12,2	15,1	14,8	15,5	16,0
Índice de Desempenho Industrial (%) a.a.					
Alimentos e bebidas	5,6	5,8	1,0	2,6	3,5
Produtos têxteis	4,9	9,0	1,9	3,6	4,9
Vestuário e acessórios	14,8	17,3	2,8	4,1	5,8
Couros e fab. artef. couro e calçados	0,0	1,6	-2,4	-0,9	0,7
Produtos de madeira	6,4	3,3	-2,6	1,4	2,6
Edição, impressão e reprod. de grav.	1,8	5,1	-1,3	1,6	3,7
Refino de petróleo e álcool	16,3	8,9	-1,2	1,7	3,5
Produtos químicos	0,5	-4,0	-3,4	0,8	2,3
Borracha e plástico	6,3	8,2	-1,4	2,0	3,2
Metalurgia básica	12,5	6,8	-1,2	1,2	2,8
Produtos de metal	9,6	9,2	-1,8	1,4	4,1
Máquinas e equipamentos	23,5	22,9	-7,1	-1,3	3,5
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	7,8	13,8	-2,6	3,1	6,6
Material eletrônico e de comunicação	-5,5	5,8	-3,3	1,9	3,8
Veículos automotores	14,7	14,6	-3,0	-1,1	3,5
Móveis e indústrias diversas	4,4	4,0	-2,3	1,2	2,7
Indústria Transformação - IDI/RS	6,2	6,4	-2,0	0,9	3,1

Após um ciclo de seis anos de forte crescimento econômico mundial, alicerçado em estabilidade de preços, maiores transações comerciais e expansão do crédito e da renda, a piora nas condições macroeconômicas no ambiente internacional, em especial nos meses de setembro e outubro, determinaram os rumos para a economia no ano de 2009, com potenciais de também atingir 2010.

Uma rápida análise retrospectiva nos permite dividir esses acontecimentos em três partes. Ainda durante o ano de 2007, apareceram os primeiros problemas no mercado de hipotecas, gerando diversas dúvidas sobre a magnitude e extensão de seus impactos sobre as instituições financeiras. Porém, a mesma deixou de ser uma crise de crédito para tomar proporções mais devastadoras, atingindo a confiança dos agentes no interbancário e levando consigo diversos Países. Esse segundo momento é o que os economistas denominam de “crise sistêmica”, e se intensificou a partir da falência de um dos maiores bancos de investimentos nos EUA, o Lehman Brothers.

Ainda sob esses efeitos, o ano de 2008 se encerra com o terceiro ato da crise, os impactos no lado real da economia. A desconfiança sistêmica gerou uma paralisia nas transações financeiras, arrastando consigo um dos mais importantes vetores do crescimento econômico mundial nos últimos anos, a oferta de crédito. Na seqüência, o menor ímpeto de consumo atingiu o segundo pilar dessa estrutura de crescimento, o comércio de bens e serviços. Por fim, o mercado de trabalho, o terceiro vetor nesse cenário, perde a dinâmica, e a taxa de desemprego inicia uma trajetória de aumento em vários países.

Os acontecimentos desse último trimestre tomam a forma de um ciclo perverso. Os intermediários financeiros reduziram seu apetite ao risco e passaram a disponibilizar menores recursos para produção, consumo e investimento. Com medo de perderem o emprego, os trabalhadores reduziram o ímpeto de gastos. Com queda nas vendas, as indústrias passaram a produzir menos, e se ajustaram a um novo patamar de produto, com menor uso dos fatores, como matérias-primas e trabalho. O menor fluxo de transações comerciais decorrente desse cenário deve impactar diretamente na circulação monetária, representando menores lucros e retração na cotação de ativos como ações e imóveis.

Esse é o pano de fundo das projeções para o próximo ano. Apesar do ambiente de negócios ainda nebuloso, o que dificulta traçar as perspectivas, um ponto é certo: 2009 será bem diferente de 2008. Com base nessa percepção, é possível afirmar que a herança para o próximo ano vem de maiores incertezas com a economia, na esteira da baixa confiança de consumidores e investidores. Assim, apesar dos diversos Bancos Centrais estarem inundando o mercado com recursos e os governos aprovarem uma dezena de pacotes fiscais, o sucesso no combate à recessão irá depender do comportamento da incerteza. Somente com a melhora da confiança no futuro é que poderemos sair dessa crise.

No **cenário moderado**, com maior chance de realização, a perspectiva é que ocorra uma desaceleração na atividade econômica mundial, mas, com impactos diferentes entre as regiões. No caso dos Países desenvolvidos a previsão é de recessão, seguida de inflação baixa. As restrições de crédito são mantidas, em um ambiente onde ainda persistem a incerteza e a aversão ao risco. Por hora, é descartada a projeção de depressão, mesmo no cenário mais pessimista. O cenário mais provável é que, com a aversão ao risco e a menor liquidez, países endividados, como no Leste Europeu, tenham mais dificuldades no financiamento do balanço de pagamentos.

Nos emergentes, deve-se verificar uma forte desaceleração na taxa de crescimento, inflação em patamares ainda elevados, sujeita a choques derivados, em especial, das desvalorizações das moedas nacionais frente ao dólar.

O Brasil também deve experimentar uma desaceleração econômica, mas, devido as melhores condições do Balanço de Pagamentos, projeta-se menores impactos cambiais. Esse ponto é importante para determinar a dinâmica dos preços, cuja projeção é de estabilidade em patamar dentro da banda do sistema de metas de inflação. Destaca-se que as restrições de crédito devem perdurar, na esteira de prazos mais curtos e custos maiores para consumidores e empresas.

O mercado de trabalho no Brasil desempenhou papel de destaque na condução da demanda interna nos últimos anos. Porém, devido ao processo de acomodação da atividade econômica, a perspectiva é que ocorra uma desaceleração na geração de vagas no mercado formal para 2009. Nesse caso, no primeiro semestre deve-se ter redução das horas trabalhadas, com pequenas quedas que são, de alguma forma, compensadas no segundo semestre, encerrando o ano estável.

Os três cenários para o Balanço de Pagamentos consideram a existência de déficit nas transações correntes diferenciando apenas a intensidade. Porém, o mesmo deve ser financiável no cenário internacional. A diferença ocorre no comportamento da balança comercial, que pode entrar em déficit no cenário mais pessimista. No caso da política monetária, a balança de decisão macroeconômica pende para os riscos de desaceleração da economia. Nesse sentido, o Banco Central do Brasil pode manter os juros em um patamar levemente superior ao verificado em dez/08. Destaca-se que a previsão de estabilidade é para ponto médio, podendo ocorrer pequenos ajustes de 1 ponto percentual para cima e para baixo ao longo do ano.

A atividade econômica no Rio Grande do Sul já foi forte em 2007 e deve também se encerrar em patamar elevado em 2008. Porém, os desafios para a economia gaúcha no próximo ano serão vários. Com a projeção de recessão nos nossos principais parceiros comerciais, a queda do preço de commodities importantes na receita dos exportadores e a menor dinâmica na demanda interna, a perspectiva é que a desaceleração do PIB pode ser mais acentuada que a média do Brasil, expectativa essa que se concretiza nos três cenários.

A diferenciação entre o **cenário pessimista** e o otimista, é o grau com que ocorre a retração econômica mundial. Apesar de existir a possibilidade de uma recessão mundial, essa tem poucas chances de ocorrer. Nesse caso, pode inclusive ser verificado no Brasil uma recessão branda, acompanhada de maiores oscilações na taxa de câmbio, piora no mercado de trabalho e de crédito. No caso do Rio Grande do Sul as perspectivas mais pessimistas são com a configuração de uma recessão, com queda nas transações comerciais com o exterior e com impactos na arrecadação fiscal do governo do Estado.

As projeções para o **cenário otimista** consideram que os pacotes de estímulo nos países desenvolvidos e também nas economias emergentes, como o promovido pela China, já comecem a produzir resultados a partir do 2º trimestre. Nesse caso, não se descarta a manutenção do cenário de recessão para as economias desenvolvidas, mas, que os emergentes conseguem compensar essa retração. Essa perspectiva teria reflexos nas projeções para Brasil e Rio Grande do Sul, que podem experimentar apenas uma leve desaceleração. É importante destacar que, mesmo a dissipação da crise na economia não significa a volta do crédito aos patamares pré-crise, especialmente no cenário internacional.

CENÁRIOS MACROECONÔMICOS PARA 2009

	Pessimista	Moderado	Otimista
Internacional			
PIB	Recessão mundial	Desaceleração com forte impacto nos emergentes	Desaceleração suave
Inflação	Deflação	Estabilidade	Pequenas pressões de preços
Mercado de Crédito	Continua a se deteriorar	Tensões localizadas em alguns países	Dissipação da crise de confiança
Juros	Novos cortes	Novos cortes	Permanecem estáveis em níveis baixos
Nacional			
PIB	Recessão leve	Redução do ritmo de crescimento	Redução do ritmo de crescimento
Taxa de Câmbio Média	Maior oscilação e novas desvalorizações	Estabilidade	Estabilidade
Inflação	Além da banda	Dentro da banda	Dentro da banda
Mercado de Crédito	Desacelera	Desacelera	Desacelera
Mercado de Trabalho	Forte desaceleração na criação de empregos	Desacelera a criação de empregos	Pequena desaceleração na criação de empregos
Balanco de Pagamentos			
Transações Correntes	Agrava com déficit comercial	Déficit com pequeno superávit comercial	Déficit com superávit comercial
Conta Capital	Financiável	Financiável	Financiável
Juros	Estável	Estável	Estável
Regional			
PIB	Recessão	Redução do ritmo de crescimento	Redução do ritmo de crescimento
Setor Externo	Queda do volume	Estável sobre 2008	Pequeno crescimento
Arrecadação	Queda	Estável	Estável

A ÚNICA CERTEZA: INCERTEZAS PARA 2009

Os impactos da crise de crédito no mercado subprime deverão ser sentidos ainda durante o ano de 2009. Um ponto importante é que essa crise assume características distintas entre os países, diferenciando-se em intensidade e amplitude. Apesar disso, a maior dificuldade na sua solução será mudar a percepção de consumidores e investidores sobre o futuro da economia. Somente a partir da melhora dos índices de confiança é que a luz no fim do túnel poderá ser vislumbrada.

A análise do cenário econômico internacional para 2009 deve levar em conta a mudança de percepção por parte dos consumidores e investidores, a partir dos problemas no mercado de crédito *subprime*, os quais se intensificaram desde setembro de 2008. De fato, a conjuntura desse ano pode ser avaliada em dois momentos distintos. Nos primeiros sete meses do ano, a atividade econômica aquecida, na esteira de um ciclo longo de expansão do PIB mundial, continuava a colocar pressões sobre os níveis de preços dos ativos e produtos como as *commodities* metálicas, energéticas e agrícolas. Nesse ambiente, as pressões inflacionárias ocorriam em diversos países, inibindo ações no sentido de afrouxamento da política monetária. Assim, ainda que sob os riscos no mercado de crédito, decorrentes da alavancagem de hipotecas *subprime*, a discussão da balança de política macroeconômica dava mais peso aos riscos de elevada inflação, em detrimento da atividade econômica.

O momento determinante para a mudança desse quadro foi no momento em que o Banco Central Americano agiu de maneira difusa sobre o processo de salvamento das instituições financeiras que se encontravam em dificuldades. Nesse caso, os episódios AIG e do banco de investimento Lehman Brothers, em setembro, criaram um ambiente de incerteza, fazendo com que os investidores modificassem sua percepção sobre a crise. Destaca-se que essa incerteza estava relacionada aos reais objetivos e às ações que o Banco Central dos EUA tomaria no caso de um problema sistêmico de maiores proporções. O nome dado pelos economistas a esse cenário é “risco moral”.

Os reflexos sobre o sistema financeiro e sobre o cenário anteriormente desenhado foram nítidos. Dessa forma, a crise deixou de ser de hipotecas *subprime* e se tornou uma crise de confiança. Em dois meses, diversas instituições financeiras tiveram que ser socorridas com injeção de recursos por parte dos Bancos Centrais na Europa e nos EUA. O interbancário em diversos países praticamente parou e, na ausência de relações de confiança no mercado de crédito, o que se viu foi corrida bancária e falências. Na sequência, os governos propuseram diversos pacotes fiscais e várias tentativas de restaurar a confiança sistêmica entre setembro e outubro.

Seria possível afirmar que o pior da crise já passou? Isso irá depender do ponto de vista de quem está analisando. Por exemplo, para os economistas, a intervenção dos Bancos Centrais, juntamente com os pacotes fiscais de ajuda ao sistema financeiro, foram determinantes para debelar a maior parte da crise de confiança que havia se instaurado no mercado de crédito. Como esse é um elemento vital para o bom funcionamento das engrenagens de uma economia, pode-se dizer que, desse prisma, o “pior” da crise financeira já passou. É claro que as condições do mercado de crédito não retornaram aos níveis do pré-crise mas, é questão de tempo até que ocorra por completo o ajuste desse sistema.

Nesse caso, há dois importantes indicadores financeiros da economia americana que sinalizam o “estado de espírito” do mercado de crédito naquele País. O primeiro deles são os *yield* dos títulos de três meses do Governo, os chamados *treasuries bonds*. No pior momento da crise, nos dias 17 e 18 de setembro, esses títulos chegaram a pagar 0% de juro ao ano. Isso é o equivalente a acreditar que os investidores compravam dívida pública apenas com o intuito de “preservar” o patrimônio, não se importando com os rendimentos futuros obtidos – um sinal claro de que o mercado de títulos privados estava em *stress* e apresentava elevado risco sistêmico. Desde então, a situação melhorou, mas ainda está longe de ser considerada normal.

O segundo indicador são os *financial commercial papers*, títulos privados de curto prazo utilizados pelas grandes empresas para financiarem suas atividades operacionais. No pior momento da crise, a taxa de juros anual cobrada nessa linha de financiamento, por parte das instituições financeiras, quase dobrou. Somente depois que o Banco Central americano, o FED, entrou nesse mercado anunciando a garantia desses títulos, é que a situação começou a se normalizar. O movimento da taxa anual desses dois indicadores pode ser visto nos gráficos 1.1 e 1.2.

GRÁFICO 1.1 – TREASURIES - 3 MESES DO GOV. AMERICANO (% AO ANO)



Fonte: Federal Reserve

GRÁFICO 1.2 – FINANCIAL COMMERCIAL PAPERS (% AO ANO)



Fonte: Federal Reserve

Porém, mesmo que os dias de *stress* no mercado de crédito e financeiro tenham sido poucos, foram intensos, e os impactos sobre a chamada “economia real” são inevitáveis, e já se fazem sentir em diversos setores e países. Desse ponto de vista, pode-se afirmar que o “pior” ainda não passou, pois teremos, nos próximos meses, a continuidade de resultados ruins para a atividade econômica, com fechamento de postos de trabalho e queda da renda dos trabalhadores. Esses fatos já podem ser comprovados nos EUA, nos países da Zona do Euro, no Reino Unido e Japão. Assim, entramos na chamada terceira fase da crise, com os números ruins do lado real da economia.

Como a crise se manifestou de diferentes formas entre Países e regiões, a seguir, faz-se uma breve análise sobre esses pontos, procurando citar as maiores fragilidades para cada País.

1. EUA (PIB = US\$ 12,4 trilhões – 21,6% do PIB mundial)

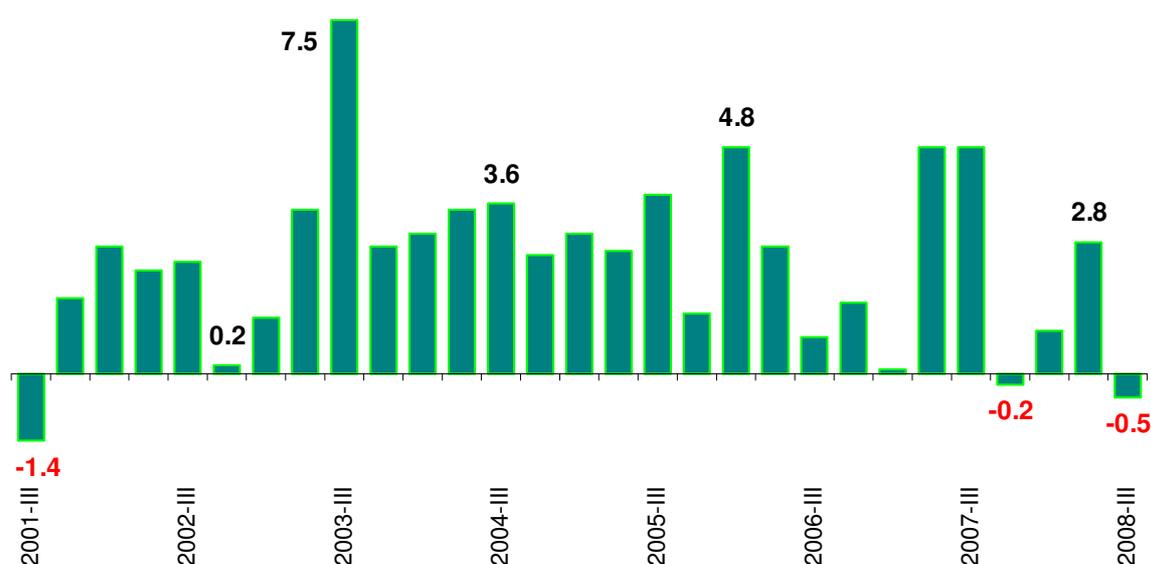
A crise de títulos *subprime* se tornou uma crise de confiança, atingindo o sistema financeiro do País e determinando, somente nos dez primeiros meses desse ano, a falência ou liquidação, de 19 instituições bancárias. Apesar dos pacotes de ajuda financeira do Congresso e do corte de juros, a economia americana já está em recessão, com diversos indicadores reforçando esse cenário.

Um dos mais importantes motores do crescimento do País, o gasto das famílias, e que representa cerca de 70% do PIB, está puxando para baixo as vendas do comércio com impactos diretos sobre a carteira de pedidos às indústrias. A queda na venda de móveis e equipamentos para residências é a maior desde 1981. Também é a maior queda na venda de veículos em 25 anos. Sinais ruins também aparecem na venda de bens não-duráveis, com a maior queda, desde o último trimestre de 1974, na venda de vestuário.

Há indícios de recessão também no mercado de trabalho. Atualmente, são 10 milhões de desempregados nos EUA, de um total de 155 milhões da força de trabalho. Tal resultado coloca a taxa de desemprego em 6,5% - a maior dos últimos 16 anos. Desde o início do ano, cerca de 1,2 milhão de americanos perderam o emprego. E as previsões são de que a taxa de desemprego chegue a 8% até meados de 2009. Se esse cenário se concretizar, mais 2,3 milhões de pessoas devem ser adicionadas a esses números, elevando o contingente de desempregados para 12,3 milhões. Nesse caso, é fácil perceber os maiores prejudicados. A taxa de desemprego entre os negros está em 11,1% e, entre os hispânicos, 8,8%. Dentre os brancos, essa taxa é menor - 5,9% (quando esse relatório estava sendo elaborado, os resultados para o mercado de trabalho nos EUA eram do mês de outubro).

Destaca-se que o cenário de pessimismo com o emprego contribui para retrain o consumo das famílias. Com uma menor perspectiva de venda, há menor produção, fato que gera resultados negativos sobre as contratações de trabalhadores e os investimentos. Apesar dos esforços do governo americano em evitar o pior, a perspectiva é que o pacote de ajuda fiscal demore a produzir impactos positivos no País. Portanto, podemos esperar novos cortes nos juros em um ambiente de demanda fraca nos EUA durante o ano de 2009.

GRÁFICO 1.3. EVOLUÇÃO DO PIB - EUA



Fonte: BEA.gov

2. Japão (PIB = US\$ 3,7 trilhões – 6,6% do PIB mundial)

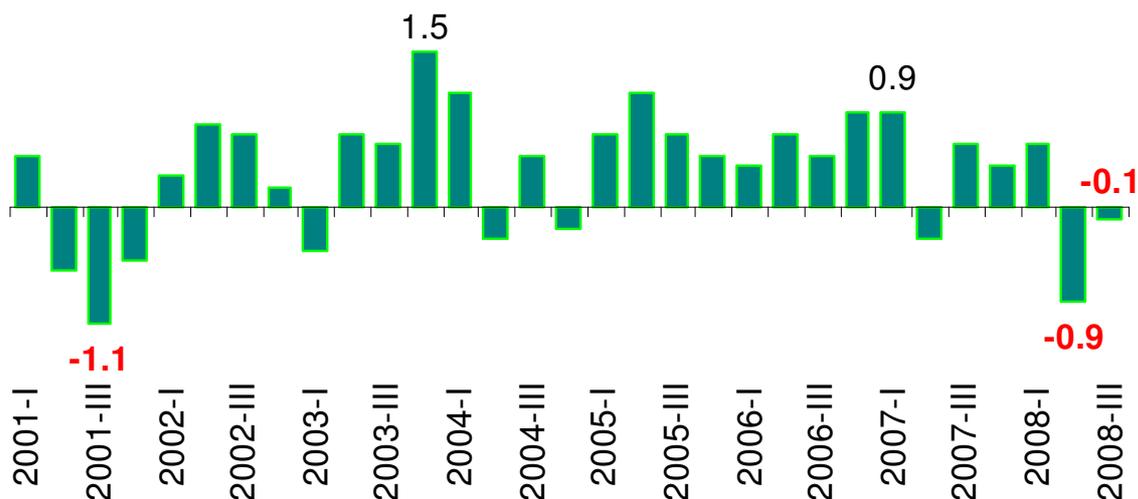
A segunda maior economia do mundo também mostra sinais do impacto da crise internacional - e a sinalização é que o País esteja em recessão já no último trimestre de 2008. Os primeiros reflexos da crise internacional foram sentidos após a queda das exportações para os EUA e para a Europa, atingindo, em especial, a indústria automobilística e de eletroeletrônicos. Destaca-se que as exportações japonesas representam um item de peso na composição da demanda total.

Outro importante motivo para a queda do PIB no Japão foi o aumento do preço da energia importada, fato que contribuiu para reduzir a renda disponível no mercado interno para o consumo de outros bens. Como resultado, a economia japonesa se defronta com uma demanda externa para suas exportações em queda e com um mercado interno enfraquecido. Portanto, a origem da crise no País não vem da exposição financeira nem das piores condições de crédito (os bancos japoneses encontram-se relativamente sólidos), mas sim com a queda da demanda.

Os dados do mercado de trabalho no País ainda não refletem os impactos da crise. No Japão, a força de trabalho é de 66,6 milhões de pessoas, das quais 63,9 milhões estão empregadas (último dado de setembro/2008). Portanto, a taxa de desemprego ainda é baixa - de 4,1% -, com 2,7 milhões de desempregados, e permanece nesse patamar durante boa parte do ano. Porém, a expectativa é que, com a atividade econômica mais fraca, os próximos impactos ocorram exatamente sobre o mercado de trabalho, em especial nos salários, onde se espera perda de poder aquisitivo e reflexos na taxa de desemprego.

A recuperação da economia japonesa deve ocorrer de forma mais lenta e será na esteira da melhora das condições econômicas nos EUA e na Europa, quando então terão efeitos os pacotes fiscais anunciados. Assim, as projeções apontam para uma possível melhora na economia japonesa apenas a partir do final de 2009.

GRÁFICO 1.4. EVOLUÇÃO DO PIB – JAPÃO



Fonte: stat.go.jp

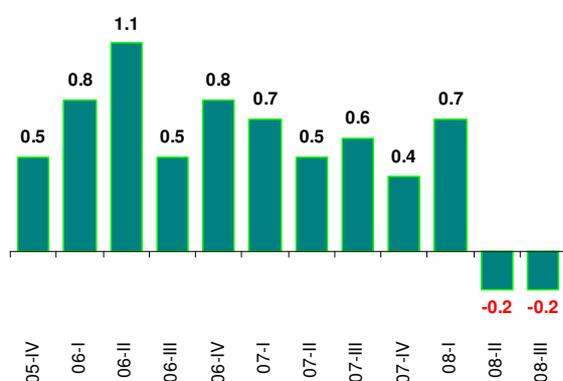
3. Zona do Euro (15 países PIB = US\$ 9 trilhões - 16,1% do PIB mundial)

A região como um todo já está em recessão, o que pode ser observado através da retração na atividade econômica de suas principais economias, como a Alemanha, a Itália e a Espanha. Nesse caso, a segunda queda consecutiva na variação do PIB trimestral da Alemanha comprova a entrada do País no que se denomina “recessão técnica”. No segundo trimestre de 2008, o PIB alemão teve queda de 0,4%, seguido de nova queda de 0,5% no terceiro trimestre. Devido a seu tamanho e importância econômica, a queda da atividade econômica naquele País resulta em efeitos negativos sobre todas as demais economias da região. A Itália, terceiro maior PIB da Zona do Euro, também apresenta duas quedas consecutivas do PIB nos dois últimos trimestres e, a Espanha, que não apresentava queda no PIB desde 1993, mostrou retração no terceiro trimestre.

Um ponto importante nesse cenário é que os riscos inflacionários são menores, o que abre espaço para que o Banco Central Europeu corte mais os juros ainda em 2008. As previsões são de que os juros podem recuar para 2% em 2009 - hoje, 25/11/08, estão em 3,25%.

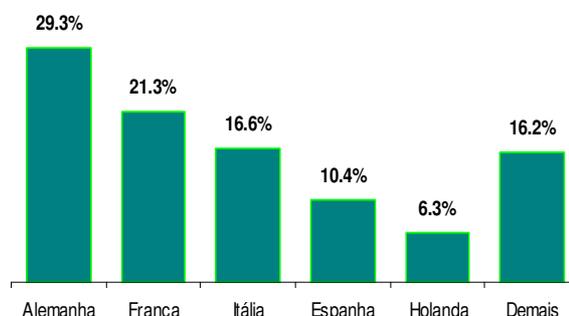
Com esses resultados, a Zona do Euro entra em recessão pela primeira vez desde a criação do Euro em 1999. A expectativa é que se tenham indicadores fracos durante boa parte do ano de 2009, uma vez que nem todos os impactos da restrição de crédito foram sentidos nos países. Além disso, o consumo das famílias deve se retrair mais na esteira do aumento do desemprego. Assim como nos EUA, um dos setores que mais sofre com a atual crise é a indústria automobilística. Somente em outubro, a venda de carros na região foi 14,5% menor.

GRÁFICO 1.5 – EVOLUÇÃO DO PIB DA ZONA DO EURO



Fonte: Eurostats

GRÁFICO 1.6 – PART.% DOS PAÍSES NO PIB DA ZONA DO EURO



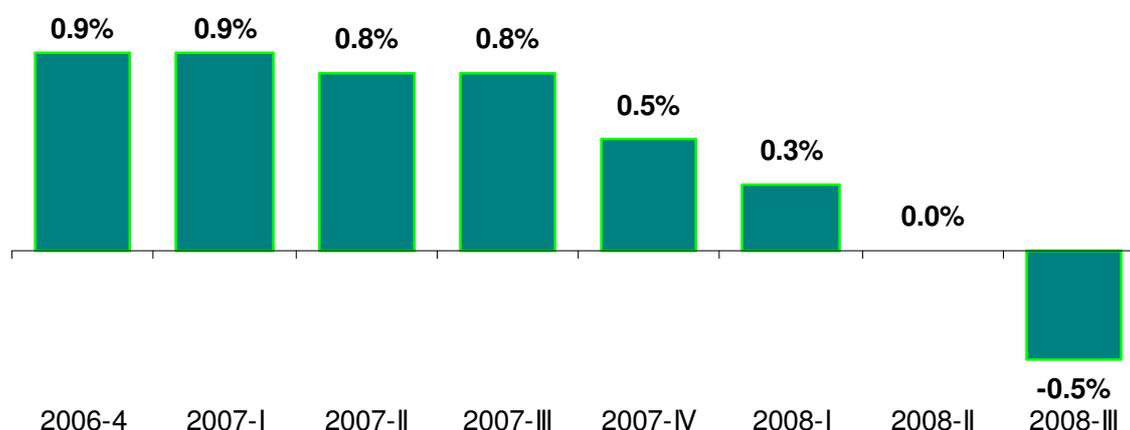
Fonte: Eurostats

4. Reino Unido (PIB = US\$ 1,8 trilhões – 3,3% do PIB mundial)

Os números recentes sobre o País sinalizam que o mesmo já está em recessão. O Reino Unido foi um dos primeiros a apresentar dificuldades no mercado de crédito *subprime*, com as notícias de problemas financeiros aparecendo em agosto do ano passado. Desde então, o governo já gastou mais de £ 81 bilhões na tentativa de normalizar a situação no sistema bancário. Nesse cenário, alguns bancos foram nacionalizados ou parcialmente nacionalizados, como foi o caso do HBOS, RBS, Lloyds TSB, Northern Rock e o Bradford & Bingley. Os impactos sobre a economia real fizeram-se sentir nos dados do PIB do terceiro trimestre - a primeira queda desde 1992.

Apesar da atividade econômica em queda, a inflação ainda permanece elevada. As expectativas de mercado, coletadas pelo *Bank of England*, sinalizam que a inflação de 2008 deve ser da ordem de 4,8% (a meta é de 2%), ocorrendo um alívio no reajuste de preços apenas a partir do terceiro trimestre de 2009. As perspectivas para o País são de que a demanda interna continue fraca durante boa parte de 2009, na esteira de um mercado de trabalho ainda sofrendo os efeitos da retração econômica. Outro ponto importante é que o mercado de crédito deve continuar restrito, limitando a capacidade das famílias em conseguir financiamento. Tal cenário irá se materializar em preços de ativos mais baixos, como imóveis e ações. Portanto, as perspectivas para o Reino Unido durante o final de 2008 e o primeiro semestre de 2009 não são animadoras.

GRÁFICO 1.7. EVOLUÇÃO DO PIB - REINO UNIDO



Fonte: Bank of England

5. Leste Europeu

Os países da Região já emitem sinais de desaceleração. Durante os anos de expansão econômica na região da Zona do Euro, os países emergentes da Europa se beneficiaram com a elevação das exportações para a região, do fluxo de investimento direto - em especial da indústria automobilística - e também da farta oferta de crédito a custos baixos e prazos longos, ambos oferecidos por grandes bancos Europeus. Com isso, o crédito cresceu a taxas de dois dígitos, e se tornou um importante indutor do crescimento econômico nas economias emergentes da Europa. Para se ter uma idéia da influência externa nesses países, basta ver que, em 2007, cerca de 60% do total de crédito na Hungria e na Romênia era realizado com moedas estrangeiras.

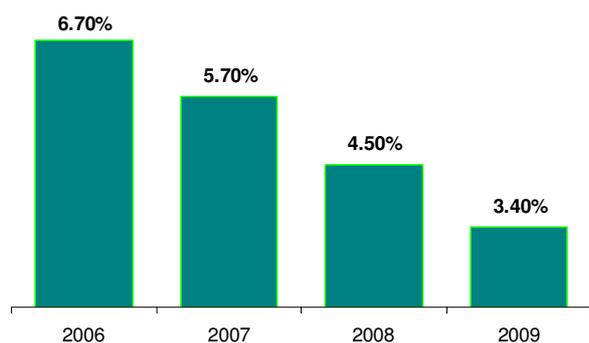
Porém, a mudança no cenário internacional irá representar um duro golpe para as economias emergentes da Europa. A dificuldade financeira de vários bancos europeus está produzindo uma forte retração na oferta de crédito para a região, com impacto direto sobre os gastos dos consumidores e sobre a taxa de investimento. Além disso, com a recessão na Alemanha, Itália, Espanha e Reino Unido, a demanda por exportações é menor, impactando diretamente a oferta do Euro, e deteriorando o balanço de pagamentos.

Praticamente todos os países emergentes da Europa, que já possuíam déficit em transações correntes, deverão experimentar piora nas contas externas ao longo do ano de 2009. Esses países devem encontrar dificuldades para refinarçar dívidas por dois importantes motivos. Em primeiro lugar, pela menor liquidez de capitais no mercado internacional e, em segundo, pela maior aversão ao risco por parte dos investidores.

Os movimentos na cena financeira internacional mostram que o FMI e o Banco Central Europeu estão atentos a esse cenário, e alguns países já conseguiram assinar empréstimos para sanear as contas externas. Portanto, a situação em alguns países emergentes é delicada, e a melhora nas condições de crédito, o fluxo de capitais e os novos investimentos devem vir na esteira da solução da crise nos países desenvolvidos da Europa. Ou seja, o processo de desaceleração deve perdurar até o final do próximo ano, e apresentar discrepância entre os países.

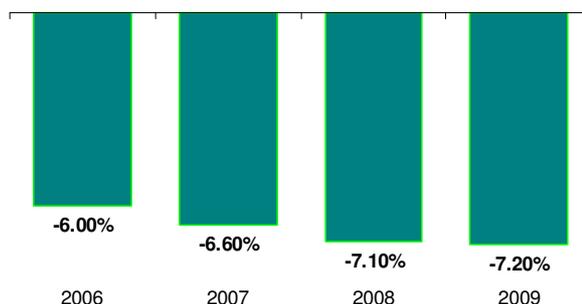
PAÍSES EMERGENTES DA EUROPA

GRÁFICO 1.8 – EVOLUÇÃO DO PIB



Fonte: WEO/FMI-outubro

GRÁFICO 1.9 – TRANSAÇÕES CORRENTES (% DO PIB)



Fonte: WEO/FMI-outubro

6. América Latina

Seria no mínimo ingenuidade imaginar que a América Latina passaria incólume a essa retração internacional. Os sinais de desaceleração já se fazem presentes em vários países, do México à Argentina.

Nos últimos cinco anos, a região foi beneficiada pelo excesso de liquidez de dólares no cenário internacional e pela elevação do preço das commodities exportadas. Com relação ao México e à Venezuela, os quais se valeram de fortes receitas com o petróleo, ao Brasil, com as commodities agrícolas e metálicas, passando pela Argentina e Chile, o que se observou foi um forte ajuste das contas externas - aumento de reservas em dólares, redução do endividamento externo, alongamento dos prazos e queda do risco-país. Porém, a mudança no cenário econômico internacional deve impactar a região de maneira distinta, e em diferentes momentos.

As perspectivas para a Argentina não são positivas, com três fontes de impacto negativo sobre o país. Primeiro, a previsão de quebra de safra em culturas importantes como o trigo. Em segundo lugar, a queda do preço das *commodities* exportadas pelo país. Destaca-se que, do total vendido ao exterior, as *commodities* correspondem a 40% da pauta. Portanto, esse fator deve representar uma redução da oferta de dólares para o país via balança comercial. E, por fim, as restrições externas ao crédito, na esteira do maior grau de risco atribuído à dívida em moeda estrangeira e local pelas agências de classificação de risco. Atualmente, a S&P atribui nota "C" para a dívida do país, o equivalente a uma situação de "default". Esses elementos em conjunto devem pressionar a balança de pagamentos Argentina e promover ajustes mais fortes sobre a taxa de câmbio. Por hora, a desvalorização do peso foi muito tímida frente ao que se observou em outros países como o Brasil. Porém, o ajuste será necessário para restaurar o equilíbrio das contas externas. Destaca-se que o Banco Central da Argentina tem apenas U\$ 47

bilhões em reservas para poder fazer frente a esse cenário, o equivalente a um ano de importações. Além disso, uma outra importante fonte de risco esperada para 2009 é o desequilíbrio orçamentário do governo federal daquele país, que já está arrecadando menos diante da menor dinâmica da atividade econômica ao longo do terceiro trimestre de 2008, e ora enfrenta ainda duas crises internas: a) energética e; b) de confiança. Portanto, as perspectivas para a Argentina são de dificuldades no balanço de pagamentos, as quais devem se refletir em uma atividade econômica mais tímida, frente ao que se observou nos últimos anos.

A economia do México, por sua vez, já apresenta sinais de desaceleração, em especial devido às menores exportações direcionadas aos EUA e à queda da receita com a venda de petróleo, em um cenário de redução do preço do produto no cenário internacional. As dificuldades maiores deverão ser sentidas durante o ano de 2009, em especial na receita de impostos do governo federal. O país também deverá ter déficit em transações correntes - mas sem dificuldades para financiá-lo. O que se espera para o México é que sua melhora esteja condicionada à recuperação da economia americana, algo que só deve acontecer somente a partir de meados de 2009. De qualquer forma, não se projeta uma crise no balanço de pagamentos, mas é bem provável que o peso continue fraco frente ao dólar – porém, com índices de preços estáveis.

O mesmo cenário, de queda na arrecadação de impostos - que pode ser explicado pela exportação de petróleo -, deve se materializar na Venezuela. Nesse caso, os maiores problemas se encontram no orçamento do governo projetado para 2009, que se mostra irrealista. Nele, a previsão é de um preço médio do petróleo da ordem de US\$ 70, o que pode representar um déficit fiscal de 2% do PIB para 2009. Porém, se o preço médio do petróleo ficar em US\$ 55, o que é mais realista, esse déficit pode se expandir para cerca de 4,4% do PIB. Mesmo assim, o governo não cogita cortes de gastos sociais, o que deverá resultar em uma proposta de aumento de tributos. Portanto, as projeções para a Venezuela também são de desaceleração durante o ano de 2009.

Diante do exposto acima, qual é a estimativa de normalização desse cenário internacional? A elevada incerteza que se coloca nesse momento limita, sobremaneira, as estimativas sobre o comportamento futuro da economia. De qualquer forma, há dois pontos importantes a serem monitorados e que são considerados determinantes para que ocorra a “normalização” da economia internacional.

Em primeiro lugar, tem-se o comportamento da oferta de crédito. Mesmo após as seguidas intervenções dos diversos Bancos Centrais no sistema bancário, e a recuperação de parte da “confiança” sistêmica, o fluxo de recursos no mercado de crédito não se normalizou. É possível identificar “empoçamento” de liquidez em vários países, bem como maiores custos de transação, fatores que estão impedindo que a recuperação das transações financeiras ocorra de forma mais rápida. Nesse caso, não está descartada uma nova rodada de corte de juros em várias economias, como a dos EUA, Reino Unido e da Zona do Euro, além de mais ações intervencionistas por parte de instituições financeiras internacionais como provedoras de liquidez, como é o caso do FMI e Banco Mundial. Portanto, pelo menos até o final do primeiro semestre de 2009, ainda estaremos convivendo em um ambiente pós-crise de confiança. Nesse caso, o ajuste do mercado deverá ocorrer de forma lenta e gradual até lá.

O segundo ponto importante é a resposta que as economias darão aos os pacotes fiscais e monetários de estímulo realizados nos últimos meses, e que ainda estão sendo implementados. Em países como os EUA, Europa, China e Japão, bem como em outros emergentes, como o Brasil, Argentina, México e Índia, foram anunciados diversos pacotes de estímulo à economia, os quais apresentam soluções desde o alongamento de prazos para recolhimento de impostos, até a transferência direta de recursos para os

consumidores, passando por investimentos governamentais em obras de infra-estrutura, ampliação das linhas de crédito de bancos públicos e corte de impostos. Sabe-se que a resposta por parte dos consumidores deve ser lenta, ainda mais diante de um cenário de corte de empregos e expectativas negativas no horizonte de seis meses. A confiança na economia continua baixa. De qualquer forma, as projeções relatam que, no terceiro trimestre de 2009, a demanda nos EUA, Reino Unido e Japão, bem como em alguns países da Zona do Euro, possa voltar à normalidade.

Vale destacar que há diferenças entre a intensidade e a periodicidade com a qual essa crise irá atingir os países. Como descrito anteriormente, economias da Zona do Euro, com uma estrutura sistêmica mais rígida, devem dar uma resposta mais lenta no processo de superação da crise. A região do NAFTA, puxada pela economia dos EUA, deve reagir mais rapidamente. De qualquer forma, no agregado, é possível afirmar que o cenário internacional torne-se menos “nebuloso” já a partir de meados de 2009, preservadas pequenas discrepâncias regionais.

Atualmente, o movimento dos indicadores, em alguns casos, é bem difuso, e revela a incerteza no delineamento dos acontecimentos econômicos e no impacto das respostas de política monetária e fiscal. Nesse caso, um ponto muito importante a esclarecer é a delimitação dos riscos que envolvem a passagem dos países desenvolvidos de uma zona de recessão para uma de depressão.

Destaca-se que uma depressão é simplesmente uma recessão prolongada ou profunda. O fato é que depressões são causadas pelos mesmos fatores que causam uma recessão (desemprego, diminuição da produção, aumento da incerteza e deterioração das expectativas dos agentes) e que refletem diretamente no mercado financeiro e nos novos investimentos. O que se sabe ao certo é que a economia mundial está entrando numa trajetória de forte desaceleração, e que os indicativos de recessão estão sendo observados por toda parte.

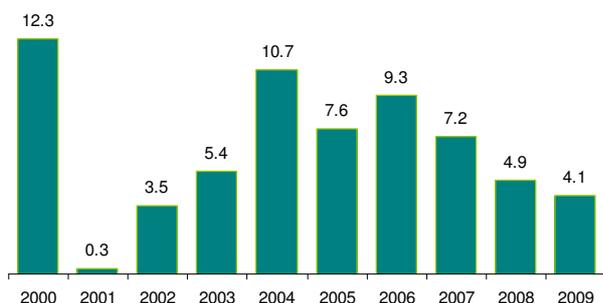
Portanto, a linha que separa recessão de depressão é tênue. Caminhar da recessão para depressão irá depender do tempo e da intensidade dessa crise. Se os consumidores continuarem a reduzir os gastos, o que causa um impacto direto sobre os preços, produzindo deflação, é bem provável que os investidores adiem suas decisões. Com isso, tem-se um círculo vicioso que irá nos conduzir para uma depressão. Por hora, há indícios de deflação de preços nos EUA e em alguns países da Europa. Mas esse não é um movimento generalizado, mas se manifesta de maneira pontual.

Esse risco é muito menor nas economias emergentes, as quais ainda apresentam índices de preços elevados, e devem experimentar os choques advindos das recentes desvalorizações da taxa de câmbio. Destaca-se que estamos vindo de patamares de preços elevados para diversos produtos, e é natural supor uma certa acomodação. Diante desses fatos, os próximos meses serão decisivos para clarear esse cenário.

Um vetor importante do crescimento econômico mundial nos últimos anos foi o comércio. Depois da entrada da China na OMC, em 2001, e passados os piores momentos do ataque terrorista de 11 de setembro nos EUA, as transações comerciais expandiram-se de forma acentuada, chegando, em 2004, a crescer 10%. Por hora, as previsões colocam uma taxa de crescimento para 2008 que é cerca de metade da observada em 2007, devendo se manter nesse patamar durante o ano de 2009. Vale destacar que, mesmo essa pequena expansão do comércio, frente ao que se verificou nos últimos seis anos, já é significativa, e deve colocar o total de transações no mundo em um valor três vezes superior ao verificado em 2001. As previsões do FMI indicam que, entre 2008 e 2009, ocorrerá um aumento de US\$ 800 bilhões no valor transacionado no mundo, chegando o mesmo ao patamar de US\$ 21,6 trilhões.

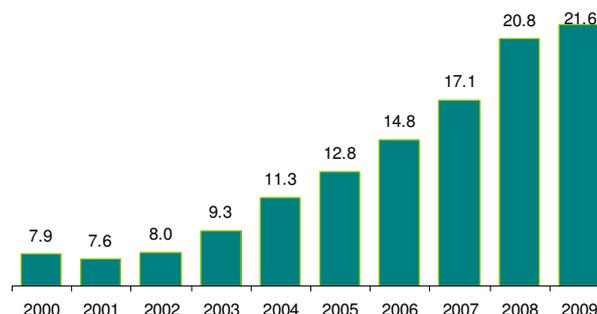
COMÉRCIO MUNDIAL DE BENS E SERVIÇOS

GRÁFICO 1.10 – VAR.% ANUAL



Fonte: FMI/WEO-outubro2008

GRÁFICO 1.11 – EM US\$ TRILHÕES



Fonte: FMI/WEO-outubro2008

Diante do exposto, e tendo como pano de fundo os cenários traçados para a economia internacional, as maiores probabilidades são de que ocorra uma desaceleração no crescimento mundial, com recessão nos países desenvolvidos e menor crescimento nos emergentes. Esse cenário moderado leva em consideração que ainda persiste a aversão ao risco, afetando o mercado de crédito e prejudicando o financiamento do balanço de pagamentos de alguns países, em especial nos emergentes do Leste Europeu, cujo déficit em transações correntes já se aproxima de 6% do PIB.

TABELA 1.1 – TAXA DE CRESCIMENTO ECONÔMICO MUNDIAL (%)

	2008	2009
Economias Avançadas	1,4	-0,3
EUA	1,4	-0,7
Região do Euro	1,2	-0,5
Alemanha	1,7	-0,8
França	0,8	-0,5
Itália	-0,2	-0,6
Espanha	1,4	-0,7
Japão	0,5	-0,2
Reino Unido	0,8	-1,3
Canadá	0,6	0,3
Emergentes e em Desenv.	6,6	5,1
África	5,2	4,7
Europa Central e Oriental	4,2	2,5
Rússia	6,8	3,5
China	9,7	8,5
Índia	7,8	6,3
Oriente Médio	6,1	5,3
Brasil*	5,1	2,1
México	1,9	0,9
Mundo	3,7	2,2

Fonte: WEO/FMI-outubro

GANHAMOS MAS, COMO VAMOS MANTER?

Os fatores macroeconômicos que contribuíram para nos colocar no grau de investimento, não irão perdurar para sempre.

As opiniões sobre a elevação do Brasil à categoria de menor risco, podem ser divididas em dois grupos. De um lado, aqueles que contestam a demora nessa classificação, de outro, aqueles mais céticos, que até acreditavam na melhora de avaliação do Brasil, mas que não titubeiam em apontar as deficiências de nossa economia. Partindo do ponto de vista do primeiro grupo, de fato, quase nada se modificou nos últimos cinco anos, a não ser o fato de que, “quem diria”, foi dada continuidade ao bem sucedido tripé de sustentação da política econômica: superávit primário, câmbio flexível e metas de inflação. Para não dizer que tudo é igual a antes, o mais importante fator de mudança foi o ciclo de ausência de crise no cenário internacional. Nos últimos anos tivemos crescimento econômico nos quatro cantos do mundo, e milhões de pessoas entraram no mercado de consumo, contribuindo para a melhora nas relações de troca do setor externo brasileiro. Analisando dessa forma, realmente, o selo “grau de investimento” poderia ter vindo ainda no final de 2006.

Porém, a partir da perspectiva do segundo grupo, precisamos ter claro que é necessário esforço (fiscal, administrativo e político) para preservar as conquistas do grau de investimento. Ainda temos deficiências na infra-estrutura logística, e uma tremenda dificuldade em nos livrarmos das amarras de uma herança presente na filosofia das relações capital-trabalho. Essas, tornam nosso mercado de trabalho extremamente rígido frente aos nossos pares no cenário internacional e, assim, reduzem a nossa competitividade. Isso sem falar da pesada mão do setor público, o maior sócio de cada brasileiro, que anualmente se apropria de mais de 40% da nossa renda.

Bem, deficiências à parte, aqui chegamos. Afinal de contas, a avaliação se dá diante de variáveis macroeconômicas, e os nossos problemas estão no ambiente micro. Porém, existe um elemento importante citado pela agência de classificação e que teve pouca repercussão nas análises posteriores, que é a independência operacional do Banco Central. A última reunião do Copom que sacramentou a elevação da meta Selic em um ambiente de riscos inflacionários, contrariou a ala mais desenvolvimentista da equipe econômica do atual governo, bem como chegou a suscitar discursos de que comprometeria o crescimento econômico.

Entretanto, investidores e analistas econômicos internacionais, pensaram de maneira deferente. O raciocínio é muito simples. Se um dos pilares de sustentação da estabilidade de preços no Brasil é o sistema de metas de inflação, a regra é clara: se há riscos inflacionários, seja em expectativa ou não, o mesmo deve ser combatido com as armas apropriadas, e comumente utilizadas por qualquer Banco Central, em qualquer lugar do mundo, isto é, com a taxa de juros. Existem custos na sua elevação? Sim, e não são poucos. Isso irá impedir o crescimento da economia brasileira no longo prazo? Não, pois a perspectiva é de um aumento de cerca de 1,5 ponto percentual. Isso irá resolver o problema da demanda interna? Não, pois cerca de 70% da inflação do ano já está dada pelo reajuste de preços administrados e pelos produtos do grupo alimentação. Então, porque aumentar? Para garantir a credibilidade do sistema e atuar sobre as expectativas. Pensando dessa forma, os benefícios, no médio e longo prazo, são maiores que os custos de ajuste no curto prazo.

Mas, estaria o Brasil sozinho nesse barco? Não. Em uma amostra de 94 Bancos Centrais, 90 possuem como objetivo legal a estabilidade monetária ou adotam um sistema de metas de inflação. São aqueles que constituem o grupo denominado de “Bancos Centrais modernos”. O que diferencia esses participantes é o grau de transparência nas ações, na divulgação de relatórios, na credibilidade e no grau de independência. Está

provado que, quanto mais transparente for o sistema, mais vantagens e menores os custos de ajuste na política monetária. Os agentes não são pegos de surpresa, possuem acesso a informações de mercado e ao modo como o Banco Central avalia a economia do País. Dessa forma, podem se antecipar e se adequar melhor a mudanças no cenário. Da mesma maneira, podem cobrar da instituição essa performance. Assim, quanto mais crível for um Banco Central, mais certo estarão os agentes de que o objetivo de estabilidade de preços será alcançado, contribuindo para reduzir os custos de ajuste.

Por fim, restou a independência. Um tema espinhoso para ambas as partes, governo e Banco Central. Atualmente, no Brasil, essa independência é de instrumentos porém, como se diz popularmente “a relação se dá no fio do bigode”. Por enquanto está funcionando, mas não nos deixemos enganar pelo ciclo de crescimento dos últimos cinco anos. Como seria essa independência em um ambiente de maior exposição à crise, como nos infortúnios primeiros oito anos do Plano Real? Elevar em 0,5 ponto percentual os juros em uma economia crescendo 5% é politicamente mais fácil do que em um cenário adverso.

O grupo dos que avaliam a classificação de risco com certa restrição está certo. Não estaremos sempre em um mar de rosas como nos últimos cinco anos. Precisamos nos antecipar a tempos difíceis, e o tema da independência do Banco Central deve voltar às discussões.

Publicado no Informe Econômico Nº 20 de 12/05/2008

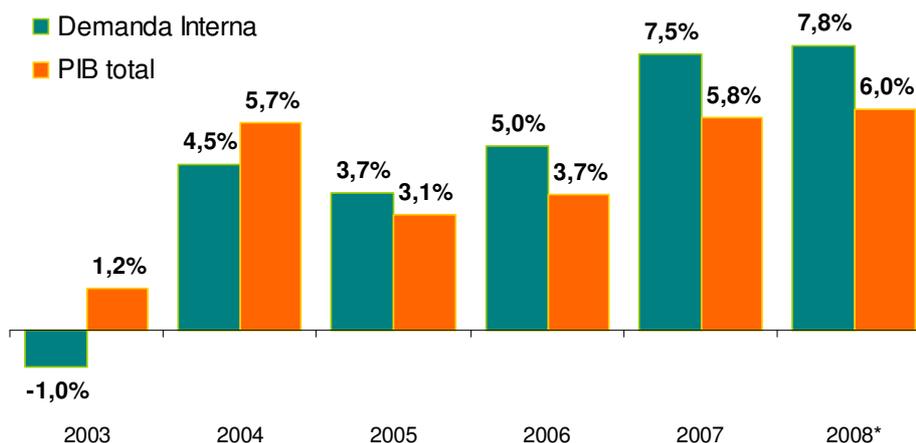
ALGO ENTRE “MAROLA” E “TSUNAMI”

Mesmo diante da crise, o ano de 2008 deve se encerrar com uma taxa de crescimento do PIB da ordem de 5,1%. Porém, a herança econômica para o ano de 2009 implicará em vários desafios do ponto de vista fiscal e monetário. Em uma perspectiva de revisão das projeções de desempenho da produção, não é descartada a possibilidade de o País ter retração em dois trimestres consecutivos, o que se caracterizaria tecnicamente como uma recessão. De qualquer forma, o efeito estatístico para o próximo ano deve garantir uma variação do PIB da ordem de 2%.

O ano de 2008 deverá ser lembrado, nos livros de história econômica do Brasil, como o fim de um ciclo de forte crescimento do PIB. Durante cinco anos, o cenário macroeconômico externo favorável contribuiu para gerar um ambiente positivo no que se refere ao consumo e ao investimento. Nesse caso, diversos fatores atuaram em conjunto.

Como primeira variável, tem-se o forte crescimento econômico internacional. A entrada da China na OMC, em 2001, pode ser entendida como um marco na mudança de patamar das transações comerciais entre países e blocos. De 2001 a 2007, o total de exportações saltou de US\$ 7 trilhões para US\$ 17 trilhões. Essa expansão criou oportunidades de negócios entre empresas, e representou uma elevação da demanda por exportações brasileiras. Pode-se observar que, entre 2001 e 2004, o setor externo era o que contribuía de forma mais significativa para o crescimento da economia brasileira, situação que foi revertida a partir de 2005 - e perdura até o primeiro semestre do ano de 2008, como pode ser¹ visto no gráfico 1.1.

GRÁFICO 1.1 – TAXA DE CRESCIMENTO



Fonte: IBGE. Elaboração UEE/FIERGS. * 1º semestre.

O segundo fator foi a maior liquidez de capitais. Na esteira do crescimento do comércio, veio a expansão das transações financeiras. A geração de lucros nas empresas

¹ Até o momento que esse relatório estava sendo elaborado, o IBGE não havia divulgado os resultados do PIB para o 3º trimestre do ano de 2008.

e a forte valorização do mercado de capitais e de diversos outros ativos, como os imóveis, permitiu a alavancagem, a qual, por sua vez, resultou em menor aversão ao risco, permitindo o fluxo de recursos para os países emergentes. O Brasil soube aproveitar esse momento atraindo investimentos estrangeiros diretos e em portfolio, fator que contribuiu para o aumento das reservas cambiais de posse do Banco Central.

Outra variável de destaque foi o a elevação do preço das commodities. O crescimento da demanda externa representou um choque nos preços de produtos importantes para a pauta de exportação brasileira, como é o caso dos produtos agrícolas e dos metais. Assim, a receita obtida em dólares foi maior, contribuindo para equilibrar a balança de pagamentos. Além disso, serviu como um importante estímulo para a atividade econômica interna, multiplicando os efeitos positivos sobre o consumo e o investimento.

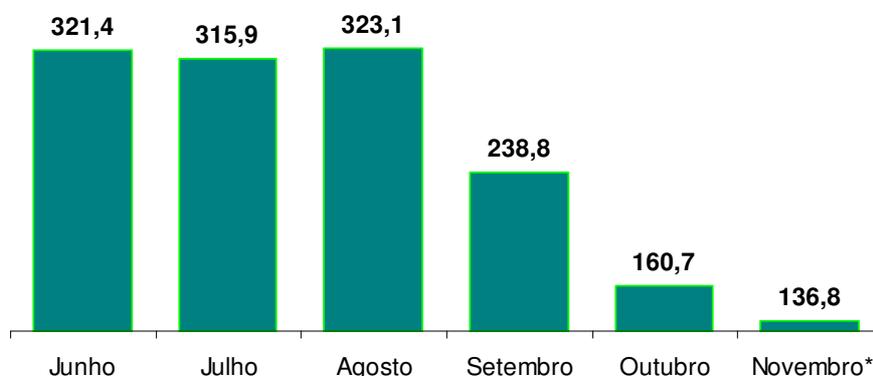
Esses elementos, em conjunto, foram determinantes para promover o ajuste nas contas externas do País, a redução do endividamento externo e a conseqüente melhora de percepção de risco de crédito por parte dos investidores. O “atestado” chegou com a obtenção do grau de investimento em meados do ano. Destaca-se que, apesar dos fundamentos mais sólidos, como a taxa de desemprego em queda, o crescimento da atividade econômica, a inflação dentro da meta, o baixo nível de endividamento externo, reservas elevadas e equilíbrio nas contas públicas, a economia brasileira ainda apresenta algumas fragilidades que representam riscos para a manutenção do cenário de forte crescimento ao longo de 2009.

O elemento mais importante na atual conjuntura refere-se aos impactos que a crise de crédito do mercado *subprime* deve ter sobre a performance da economia brasileira. Como citado na parte que discute o cenário internacional, a perspectiva é de recessão nos países desenvolvidos, a partir do último trimestre de 2008, e de desaceleração nos países emergentes. Ou seja, um dos fatores acima citados, a demanda externa, deve reduzir seu ímpeto durante o ano de 2009, em especial, no primeiro semestre. Além disso, é importante ter em mente que deve ocorrer uma queda na liquidez de capitais, dificultando a captação de recursos com impactos sobre a cotação das moedas e, por conseqüência, nas transações comerciais. Por fim, a redução do preço das commodities é outro elemento de destaque nesse cenário. Sendo o Brasil um grande exportador de produtos classificados como commodities, é natural esperar que a queda no preço da soja, do milho e dos produtos metálicos tenha impacto sobre a oferta de dólares para o País.

Portanto, a primeira questão importante que se coloca nesse momento é: de que forma a crise internacional pode atingir a economia brasileira? Os impactos devem ocorrer a partir de quatro diferentes canais. No primeiro, o qual já se manifestou durante a segunda quinzena de setembro e ainda perdura, tivemos uma forte restrição de crédito externo para o sistema financeiro local, com impactos diretos sobre as linhas de financiamento aos exportadores e também sobre a cotação e a volatilidade da taxa de câmbio. Desde então, o Banco Central tomou diversas medidas para evitar que a falta de liquidez externa pudesse “paralisar” as atividades locais. Mesmo assim, uma das mais importantes linhas de financiamento às exportações, os contratos de ACC – Adiantamento de Contratos de Câmbio -, não voltaram à normalidade até o momento².

² Quando da elaboração dessa análise as informações disponíveis sobre essa modalidade de crédito iam até o dia 14 de novembro.

GRÁFICO 1.2 – MÉDIA DIÁRIA DE CONTRATOS DE ACC NO BRASIL (EM US\$ MILHÕES)



Fonte: BCB. * até o dia 14 de novembro.

O segundo canal de impacto deve-se manifestar ao longo do último trimestre do ano de 2008 e durante boa parte do ano de 2009, e terá como fonte as relações comerciais que o País mantém no cenário internacional. Cerca de 20% do total que o Brasil exporta é enviado para a região do NAFTA - em especial para os EUA. Outros 25% têm como destino a União Européia³. Como ambas as regiões apresentam perspectivas negativas para a atividade econômica nesses meses, é natural supor que a demanda por exportações brasileiras seja atingida, mesmo diante de uma desvalorização do real frente ao dólar e ao Euro - que pudesse tornar os produtos brasileiros mais baratos nesses mercados. Nesse caso, chama-se a atenção para o fato de que estamos diante de um problema de demanda, acrescido de uma queda da renda e de um ambiente de pessimismo por parte dos consumidores nos dois blocos econômicos (vide seção sobre setor externo do Brasil). Portanto, tal cenário tem o poder de retrainir o consumo.

Um terceiro possível canal de impacto deve ocorrer sobre o preço, em dólar, dos produtos exportados pelo Brasil. Nesse caso, inclui-se importantes commodities agrícolas, como o grão e o óleo de soja, o café, o açúcar, o milho e as carnes, bem como os produtos relacionados ao petróleo, como o óleo bruto e os combustíveis. Nesse caso, os impactos serão sentidos através da queda da receita dos exportadores. Esses impactos também podem se disseminar sobre a economia nacional via:

- Investimento: com menor receita e um cenário de atividade econômica mais deprimida, é natural supor que boa parte dos investimentos seja suspensa por algum tempo, ou então, conduzida de forma mais lenta.
- Nível de produção: o menor preço conseguido no presente pode resultar em menor atividade futura, como forma de ajustar as estruturas de custo das empresas. Isso pode ter reflexos sobre as variáveis de emprego nos segmentos ligados à exportação, bem como em toda a cadeia de fornecedores e também na arrecadação de impostos de alguns municípios.
- Divisas externas: uma vez que cerca de 30% da pauta de exportação é composta de produtos que podem ser classificados como commodities, o menor valor em dólar por unidade exportada terá impactos diretos sobre o total das exportações

³ Fazem parte desse bloco todos os quinze países membros da Zona do Euro, além de outros, perfazendo um total de 27 países.

brasileiras. Dessa forma, a sobra de dólares na balança comercial conseguida nos últimos anos pode se esvaír, gerando impactos sobre a dinâmica da taxa de câmbio e, por conseqüência, sobre a inflação interna e a política monetária.

O quarto canal de impacto é a disponibilidade de crédito por parte das instituições financeiras nacionais. Como é sabido, nos últimos 5 anos, um dos mais importantes vetores do crescimento da economia brasileira foi o aumento significativo do volume de crédito disponibilizado para empresas e famílias, acompanhado de custos mais baixos via taxa de juros ao tomador, bem como a concessão de prazos de pagamento mais longos. Apesar do forte avanço do crédito, o mesmo ainda se encontra em um patamar relativamente baixo para padrões internacionais - apenas 40% do PIB. Outro ponto importante a destacar é que, do ponto de vista da estrutura do Sistema Financeiro Nacional, é que as financeiras apresentam balanços sólidos, com baixa alavancagem e com carteira de crédito de baixo risco. Além disso, não há exposição aos chamados “ativos tóxicos” que resultaram na crise do *subprime* nos EUA e na Europa. Apesar do quadro positivo, entre os meses de setembro e outubro também se instaurou, no Brasil, uma crise de confiança, a qual resultou no “empoçamento de liquidez”. Com isso, o apetite para concessão de crédito a empresas e famílias foi reduzido, bem como foram reduzidos os prazos de pagamento e aumentaram-se os custos via taxa de juros.

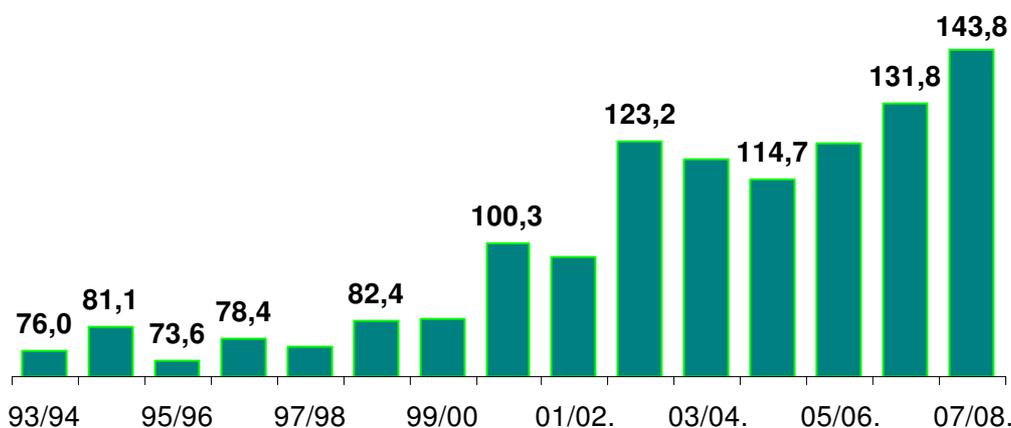
Há dois elementos importantes nesse cenário. Em primeiro lugar, com a retração das instituições financeiras, elimina-se o risco de uma exposição desenfreada ao risco de crédito, tão comum em cenários de elevada liquidez. Tal fato se revela positivo, podendo tornar mais sólidos grandes e médios bancos, e pavimentando o terreno para um novo avanço do financiamento no futuro. Por outro lado, é importante que essa contenção não seja elevada o suficiente para estancar a trajetória de crescimento da economia.

A avaliação que fazemos é que boa parte dos riscos de rompimento desse cenário foi eliminada com as ações do Banco Central durante os meses de outubro e novembro. Ainda assim, será possível verificar, para os próximos meses, um menor apetite para o crédito, tanto por parte dos emprestadores, quanto por parte dos tomadores - sejam os últimos empresas ou famílias. Tal cenário deve durar, pelo menos, até o segundo trimestre de 2009. Os indicadores que podem antecipar a melhora na demanda por crédito são as expectativas dos consumidores e das empresas. Portanto, quando melhorar o “sentimento” em relação à economia deve-se, em seguida, observar a recuperação desse quadro.

A divisão das perspectivas por setores deve ser bem heterogênea. No caso da agropecuária, o que se nota são preocupações relacionadas à rentabilidade de algumas culturas. O 2º levantamento da safra 2008/09, feito pela Conab durante o mês de novembro aponta uma expansão média da ordem de 0,5% na área plantada no Brasil. As expansões de área devem ocorrer com o arroz, com destaque para o Rio Grande do Sul; com o feijão - pelo estímulo do preço e; pelo trigo - com os estímulos de preço mínimo dado pelo governo.

Por outro lado, a justificativa citada pela Conab para a redução da área plantada de algodão deve-se aos preços menores, aos maiores custos e à concorrência com a soja. O preço do milho também desestimulou seu 1º plantio e, no caso da soja, a queda só não é mais significativa devido à liquidez do produto e ao preço mais atrativo relativamente a culturas concorrentes - como é o caso do milho e do algodão. Considerando esse cenário de queda da área plantada, a menor produção de soja, milho e caroço de algodão deve puxar a produção total de grãos estimada para a safra 2008/09.

**GRÁFICO 1.3 – PRODUÇÃO DE GRÃOS NO BRASIL
(EM MILHÕES DE TONELADAS)**



Fonte: CONAB.

Em linhas gerais, projeta-se uma queda entre 2,9% e 1,4%, o que representa cerca de 4,2 a 1,9 milhões de toneladas a menos do que na safra 2007/08. Destaca-se que, durante o levantamento realizado, ainda persistiam restrições de crédito ao agricultor - fato que pode representar uma revisão desses números para baixo. Da mesma forma, as mudanças climáticas ocorridas mais recentemente, como elevada concentração pluviométrica em algumas regiões, como Santa Catarina, Rio de Janeiro e Espírito Santo, bem como secas localizadas em regiões como Tocantins, norte de Minas Gerais, Piauí e interior da Bahia, também podem resultar em revisão para baixo dessas estimativas. Portanto, tal como colocado, a perspectiva para a produção agrícola é de uma tendência de queda na quantidade produzida - fato que deverá se refletir diretamente sobre as estimativas do PIB do setor para 2009.

**TABELA 1.1 – ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO DE GRÃOS NO BRASIL
(EM MIL TONELADAS)**

	Safra			Variação			
	2007/08 (a)	2008/09		%		Valor	
		Lim Inf. (b)	Lim Sup.(c)	(b/a)	(c/a)	(b-a)	(c-a)
Algodão							
Caroço	2.505	2.131	2.230	(14,9)	(11,0)	(374)	(275)
Pluma	1.602	1.365	1.428	(14,8)	(10,9)	(237)	(174)
Arroz	12.060	12.271	12.479	1,7	3,5	211	419
Feijão	3.523	3.594	3.636	2,0	3,2	72	113
1º safra	1.243	1.387	1.429	11,6	15,0	144	186
Milho	58.622	54.317	55.211	(7,3)	(5,8)	(4.305)	(3.412)
1º safra	39.993	36.954	37.847	(7,5)	(5,2)	2.980	2.086
Soja	60.017	58.392	59.321	(2,7)	(1,2)	(1.625)	697
Trigo	3.824	5.722	5.722	49,6	49,6	1.898	1.898
Demais produtos	3.270	3.231	3.235	(1,2)	(1,1)	(39)	(35)
Brasil	143.820	139.659	141.833	(2,9)	(1,4)	(4.162)	(1.987)

Fonte: CONAB. 2º levantamento da safra 2008/09. Novembro.

A análise sobre o desempenho da indústria e as perspectivas para o ano de 2009, bem como as dificuldades que o setor deverá enfrentar devido à mudança de cenário causada pela crise, estão na parte do documento reservada para a indústria. De qualquer maneira, a chamada “herança de 2008”, toma a forma de desaceleração para alguns subsetores, ao passo que, para determinadas atividades, como é o caso da indústria de bens de capital e de consumo durável, acredita-se realmente em uma característica do tipo “pé no freio”.

Destaca-se que a indústria brasileira vinha de períodos de elevado crescimento, com alguns subsetores apresentando performance acima do potencial, inclusive utilizando boa parte da capacidade instalada. Apesar desse cenário agrandar aos economistas desenvolvimentistas, do ponto de vista de política monetária o descompasso entre oferta e demanda estava gerando sérias pressões inflacionárias (vide parte destinada à política monetária).

Não se descarta, já no último trimestre de 2008, uma queda no PIB industrial, em especial diante da alta base de comparação, da forte desaceleração ocorrida no mês de outubro e das sinalizações de redução das horas trabalhadas no mês de novembro⁴. Diante do cenário de desaceleração externa, da restrição de liquidez e da permanência da incerteza sobre a economia - fatores que, em conjunto, devem implicar em uma restrição do crédito -, a projeção que se faz é de uma desaceleração lenta e gradual da indústria brasileira durante o ano de 2009. Diante disso, o PIB do setor pode ter uma nova queda no primeiro trimestre de 2009, seguida de pequenas recuperações nos dois trimestres subseqüentes. Porém, a base de comparação alta deverá implicar em uma nova queda do PIB do setor no último trimestre do próximo ano.

O protagonista da balança do crescimento econômico brasileiro no período 2005-2008 foi, sem dúvida alguma, o mercado interno. Os impactos positivos ocorreram não apenas no segmento industrial, mas também nos serviços, atingindo todas as atividades - em especial o comércio.

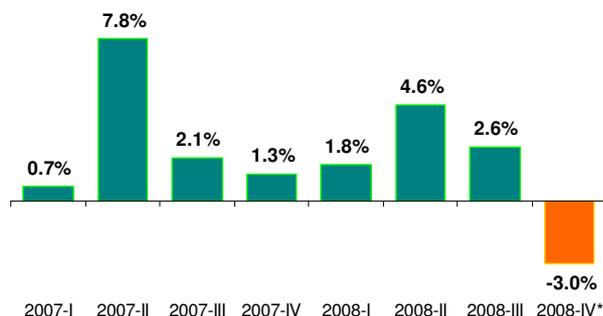
Analisando o desempenho do trimestre contra o trimestre imediatamente anterior, as vendas de materiais de construção civil devem completar, em 2008-III, sete trimestres seguidos de crescimento - um dos ciclos mais longos do setor, e o maior da nova série de dados do IBGE, que tem início no ano 2000. Porém, por mais que esse segmento esteja sentindo de forma menos intensa os impactos da crise, a alta base de comparação deve resultar em uma queda nas vendas no último trimestre de 2008, encerrando o ano com um crescimento de cerca de 10%.

As vendas de produtos alimentícios, bebidas e fumo nos hipermercados e nos supermercados também apresentam desempenho surpreendente. Com o crescimento do terceiro trimestre de 2008, completam-se 14 trimestres seguidos de expansão. Porém, a alta base de comparação e os efeitos defasados da crise, mesmo que em menor magnitude, deve resultar em uma retração da ordem de 2,9% no último trimestre do ano. Como essa é uma atividade mais ligada à renda e menos ligada ao crédito, os maiores impactos devem ser reservados para o primeiro semestre de 2009.

⁴ Quando da elaboração desse relatório, os dados de produção industrial, importantes para determinar o PIB do setor, correspondiam ao período de janeiro a outubro.

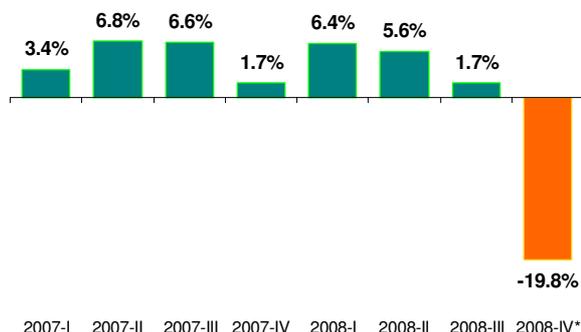
**DESEMPENHO DAS ATIVIDADES DO COMÉRCIO – BRASIL
(TRIMESTRE CONTRA TRIMESTRE IMEDIATAMENTE ANTERIOR)**

GRÁFICO 1.4 – MATERIAL DE CONSTRUÇÃO



Fonte: IBGE. * estimativa UEE/FIERGS

GRÁFICO 1.5 – VEÍCULOS, MOTOS E PEÇAS

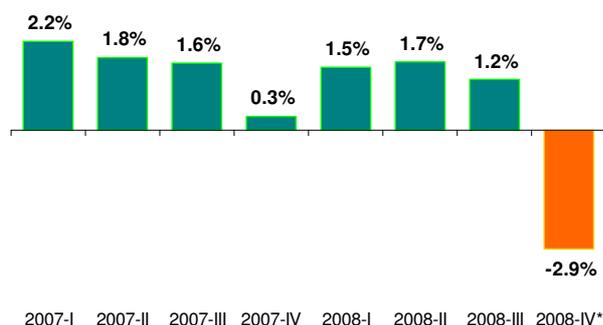


Fonte: IBGE. * estimativa UEE/FIERGS.

Por fim, cabe analisar duas importantes atividades que também são ligadas à renda, porém, que estão relacionadas em maior magnitude ao crédito. Uma delas, a venda de veículos automotores, motos, partes e peças, teve seus maiores impactos reservados para o último trimestre do ano. Até setembro, a expansão nesse segmento já contabilizava 10 trimestres seguidos. Mas as restrições de crédito e a mudança de expectativa do consumidor produziram impactos imediatos nas vendas no mês de outubro. Os primeiros resultados para o mês de novembro também dão sinais de que essas dificuldades perduram. Apesar da retração esperada da ordem de 19% no último trimestre do ano, sobre o trimestre imediatamente anterior, as vendas devem encerrar o ano com um crescimento de 12,7%. Uma queda significativa também é esperada nas vendas de móveis e eletrodomésticos, cujos produtos também são muito ligados à oferta de crédito. Mesmo com a projeção de um quarto trimestre de forte retração - da ordem de 14,6% -, a perspectiva para encerramento do ano deve ser em torno de expansão de 12,9%.

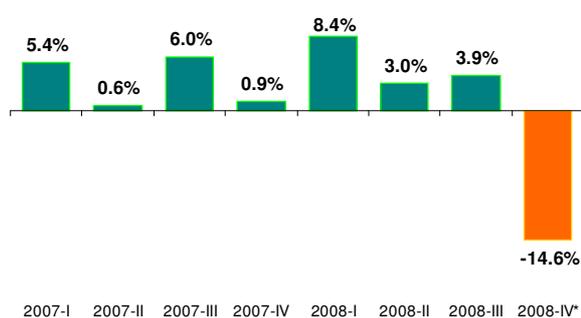
CRESCIMENTO TRIMESTRAL - ATIVIDADES DO COMÉRCIO - BRASIL

**GRÁFICO 1.6 – HIPER E SUPERMERCADOS
(ALIMENTOS, BEBIDAS E FUMO)**



Fonte: IBGE. * estimativa UEE/FIERGS

**GRÁFICO 1.7 – MÓVEIS E
ELETRODOMÉSTICOS**

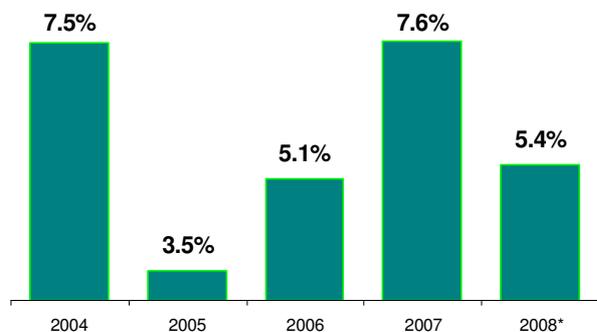


Fonte: IBGE. * estimativa UEE/FIERGS.

Assim, diante do cenário apresentado, podemos esperar que, mesmo com a queda de várias atividades relacionadas ao comércio no último trimestre do ano, no acumulado de 2008 o mesmo apresente um crescimento da ordem de 5,4%. Destaca-se que essa performance deve ser bem menor do que a verificada no ano de 2007, mas alinhada com o cenário de retração do crédito e da produção, e também com a menor dinâmica do emprego projetada para o próximo ano. Outra atividade do setor de serviços com

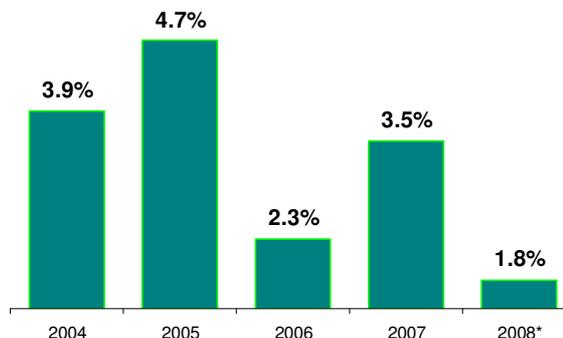
importante peso na composição do PIB são as atividades imobiliárias e os aluguéis, com participação de 13% no total do setor de serviços. A desaceleração prevista para esse subsetor deve ocorrer a partir do último trimestre do ano. Destaca-se também que a base de comparação já se encontra bastante elevada, em virtude das seguidas expansões ocorridas.

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB
GRÁFICO 1.8 – COMÉRCIO



Fonte: IBGE. * estimativa UEE/FIERGS

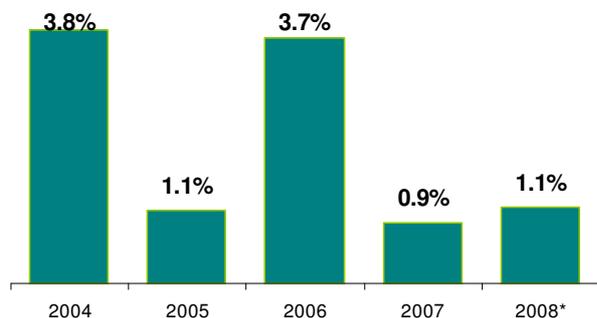
TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB
GRÁFICO 1.9 – ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS



Fonte: IBGE. * estimativa UEE/FIERGS.

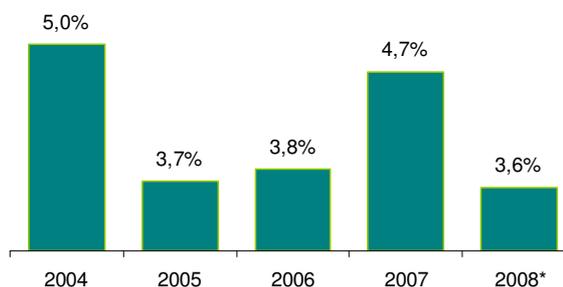
Por fim, foi selecionado um último subsetor de serviços para a composição final. A administração, saúde e educação pública respondem por 22,8% do PIB do setor de serviços. O que se nota nessa atividade é um ciclo menos intenso. Apesar do crescimento de 2004 e 2006 acima de 3%, esse não é o padrão verificado na série histórica. De fato, as projeções colocadas para o ano de 2008 estão mais alinhadas com os resultados verificados nos anos de 2005 e de 2007. Dado o desempenho projetado para todos os subsetores de serviços⁵, as estimativas colocam que o PIB desse setor deve encerrar o ano em torno de 3,6%. Apesar de ser a menor taxa desde 2004, é importante destacar que é um valor ainda elevado, o qual carrega uma forte influência dos primeiros nove meses do ano.

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB
GRÁFICO 1.10 – ADM., SAÚDE E EDUC. PÚBLICA



Fonte: IBGE. * estimativa UEE/FIERGS

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB
GRÁFICO 1.11 – PIB DE SERVIÇOS



Fonte: IBGE. * estimativa UEE/FIERGS.

⁵ O setor de serviços é composto, além do comércio, administração pública e atividades imobiliárias, também da intermediação financeira, transporte, armazenagem e correio, serviços de informação e o grupo outros serviços.

PIB: A DEMANDA SEGUE AQUECIDA,....E AGORA?

O aumento de 6% no PIB do primeiro semestre sobre o mesmo período do ano passado é o maior valor desde 2004.

Na semana passada o IBGE divulgou os dados do PIB do primeiro semestre do ano, o aumento de 6% sobre o mesmo período do ano passado, é o maior valor desde 2004. Se por um lado esse resultado merece comemoração, por outro, deixa claro o risco de esgotamento desse cenário no curto prazo.

Diversos são os motivos que nos levam a crer que essa taxa não é compatível com a situação macroeconômica interna e externa. Os números do IBGE reforçam a tese de descompasso entre oferta e demanda. O consumo das famílias expandiu 6,6% no primeiro semestre, completando vinte trimestres seguidos de desempenho acima do PIB. Isso é o equivalente a uma taxa de 5% ao ano durante cinco anos, o suficiente para dobrar o tamanho da economia em menos de 15 anos. É o maior ciclo já registrado no País na era do pós Plano Real. Para se ter uma dimensão do impacto dessa expansão basta ver que o gasto dos consumidores, no Brasil, representa cerca de 60% do PIB. Portanto, nesse primeiro semestre, somente as compras das famílias já seriam suficientes para garantir um PIB de 4%.

Um termo muito comum entre os economistas poderia ser utilizado para representar esse cenário: “demanda reprimida”. Os juros elevados, os prazos curtos e as incertezas que rondavam os contratos do sistema financeiro, limitavam tanto a oferta de crédito por parte dos bancos, quanto o apetite dos consumidores. A mudança de cenário veio com o aumento da oferta de trabalho no mercado formal e os constantes reajustes de salário acima da inflação. Além disso, boa parte desse consumo de hoje também pode ser explicado pelas exportações e pelos gastos públicos dos trimestres passados, naquilo que conhecemos como efeitos multiplicadores. Frear essa expansão não será um processo fácil e muito menos rápido. A seqüência de apertos monetários do Banco Central, iniciado em abril, ainda nem começou a ter efeito e seus impactos maiores estarão sendo reservados para o último trimestre desse ano e para 2009. Além disso, o governo continua com as torneiras do gasto abertas, contribuindo cada vez mais para aumentar a demanda interna.

Os sinais de crescimento acentuado estão impressos em toda a economia. Os serviços, fortemente ligados ao consumo das famílias, crescem 5,25% no ano, o melhor resultado desde 1995. A atividade de transporte e armazenagem mostra que há um grande movimento de cargas no País. A circulação de veículos leves nas estradas concedidas no Brasil é 8,1% maior que no primeiro semestre de 2007, e o de veículos pesados 7,3%. A maior liquidez na economia faz com que o aumento do crédito também impulse a atividade nas instituições financeiras. Como todos sabemos, os bancos comerciais têm o poder de multiplicar os recursos disponíveis, emprestando recursos além do que possuem. E se o Banco Central quisesse segurar um pouco a liquidez, a melhor estratégia era aumentar o compulsório, aplicado aos bancos, seja sobre depósitos à vista ou a prazo. Com certeza os impactos sobre a sociedade teriam menor custo que o aumento de juros. Na atividade de seguros os resultados também não são diferentes, há um crescimento de 9,2% no número de seguros de automóveis nos últimos 12 meses terminados em junho.

Para dar conta dessa maior demanda interna é necessário aumentar os investimentos. E de fato isso está ocorrendo. O resultado desse primeiro semestre é o maior desde 1995, e completa um ciclo de oito trimestres seguidos de expansão. Realmente um evento ímpar na história econômica contemporânea do Brasil, mas ainda insuficiente para atender a essa maior demanda. A justificativa é a relação

investimento/PIB, que no último trimestre atingiu 18,7%, também o maior patamar desde o início do ano 2000. Mas, para a conta fechar, eliminando pressões inflacionárias, devemos aumentar essa taxa em pelo menos mais 5 pontos percentuais. E de onde viria esse dinheiro? Bem, a poupança interna, no primeiro semestre, ficou em 17,9% do PIB. Portanto, cerca de 1 ponto percentual abaixo do investimento. Dessa forma, é a poupança externa que está nos ajudando a investir.

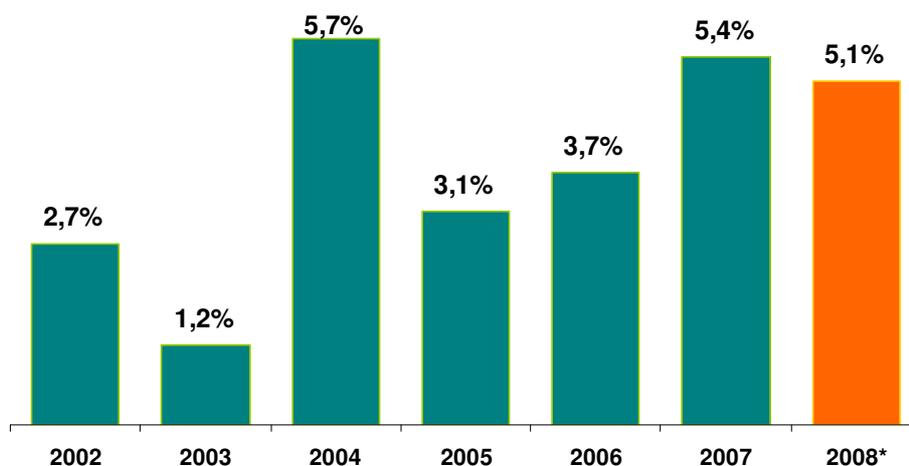
E é justamente nesse ponto que reside a dúvida. Não tem como a demanda continuar crescendo nesse ritmo durante mais seis anos, que seria o tempo necessário para elevar a taxa de investimento/PIB do nível atual para 20% sem aumentar a poupança. Mas não temos poupança interna suficiente para investir, o que nos obriga recorrer à poupança externa. Pois bem, o cenário macroeconômico externo inspira cuidados nos próximos meses. A aversão ao risco aumentou, o que pode resultar em menor apetite por países emergentes. Mesmo em um cenário positivo, de investimentos estrangeiros no Brasil da ordem de US\$ 30 bilhões/ano, o que já seria fantástico, não será suficiente para impulsionar o investimento para próximo a 20% do PIB.

Não há milagres em economia. E não há como evitar a cobrança sobre o governo. Uma poupança pública adicional de 2 pontos percentuais do PIB poderia ajudar a resolver o gargalo da poupança e o financiamento do investimento. A falta de entendimento de como funciona a economia irá acabar por sepultar esse ciclo de crescimento, e deixar uma herança negativa para além de 2010. O governo deve poupar mais para abrir espaço para as famílias continuarem a consumir e as empresas investirem. Essa é a premissa do sistema capitalista de geração de riqueza.

Publicado no Informe Econômico Nº 38 de 15/09/2008

Como pôde ser visto, os dados do último trimestre do ano serão determinantes para compor o PIB final. Na agropecuária as estimativas são de aumento de apenas 0,6% entre 2008-IV e 2008-III. A indústria, por sua vez, deverá experimentar uma forte retração, estimada em -4,7%, ao passo que os serviços, ainda sob a influência do desempenho bom da administração pública apresenta expansão. No total, após 12 trimestres seguidos de aumento, o crescimento do PIB na base de comparação trimestre contra trimestre imediatamente anterior, deve apresentar uma retração de 0,75%. Mesmo assim, a “gordura” de crescimento gerada ao longo dos três primeiros trimestres do ano, será suficiente para garantir uma expansão, em 2008, da ordem de 5,1%, ligeiramente abaixo do desempenho registrado no ano passado, mas ainda significativo frente a uma média histórica. Essa projeção considera, além do aumento de 3,4% do Valor Adicionado, uma expansão dos impostos líquidos da ordem de 15%.

GRÁFICO 1.12 – PIB DO BRASIL (TAXA DE CRESCIMENTO)



Fonte: IBGE. *Estimativas UEE/FIERGS

As perspectivas para o ano de 2009 consideram três possíveis cenários. No mais provável, denominado de moderado, acredita-se na desaceleração da economia brasileira, na esteira das maiores restrições de crédito, tanto no mercado interno quanto externo, queda da demanda nos principais parceiros comerciais do Brasil, menor dinamismo no mercado de trabalho e uma inflação ainda em patamares elevados mas, dentro da meta. Assim, a crise irá atingir três importantes pilares de sustentação do crescimento brasileiro dos últimos anos; o crédito, o emprego e a renda.

As previsões para a agricultura passam sobre as perspectivas de safra. Como colocado antes, essas são negativas. Adiciona-se a esse cenário uma possível retração no abate de animais e, a agropecuária nacional pode ter uma queda do PIB da ordem de 1,4%. Como comentado, a desaceleração da indústria já é uma realidade no último trimestre de 2008, e essa perspectiva deve perdurar durante os primeiros seis meses de 2009. Soma-se a isso, a elevada base de comparação, e o crescimento deve ser da ordem de 1,2%. Por fim, o setor de serviços, mesmo sofrendo os impactos negativos da menor dinâmica da massa de salários e do crédito, deve se recuperar ao longo do segundo semestre do ano, com perspectivas de encerrar 2009 com taxa próxima a 2,1%. Portanto, considerando uma menor dinâmica por parte dos impostos líquidos, o PIB do Brasil, no cenário moderado, deve ser de 2,1% no próximo ano.

No cenário mais pessimista, a crise repercute de forma mais intensa na economia nacional afetando, em especial, a indústria e os serviços, que devem ter taxas de -1,3% e 0,8% respectivamente. Nesse caso, na agropecuária, projeta-se uma retração um pouco maior, da ordem de 2,2%, e o PIB ficaria em 0,7%.

Por fim, no cenário mais otimista, os impactos da crise se dissipam, no cenário internacional, já a partir de meados do ano. Além disso, tem-se uma resposta melhor, por parte dos países emergentes. Para o Brasil, a desaceleração seria menos intensa, e o PIB poderia crescer cerca de 2,8%, puxado, em especial, pelos bons resultados do setor de serviços. A indústria, mesmo nesse cenário, não passaria de um avanço de 1,8%, por conta da alta base de comparação. Porém, credita-se menores probabilidades de ocorrência no cenário pessimista e otimista.

TABELA 1.2- PERSPECTIVAS PARA O PIB DO BRASIL

	2007	2008*	Cenários 2009		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Agropecuária	5,4%	4,2%	-2,2%	-1,4%	1,0%
Indústria Total	4,9%	4,8%	-1,3%	1,2%	1,8%
Serviços	4,7%	3,6%	0,8%	2,1%	2,8%
PIB Total**	5,4%	5,1%	0,7%	2,1%	2,8%

Fonte: IBGE. *Estimativas UEE/FIERGS. Previsão UEE/FIERGS. **Considera uma expansão dos impostos sobre produtos.

3. POLÍTICA MONETÁRIA E PREÇOS

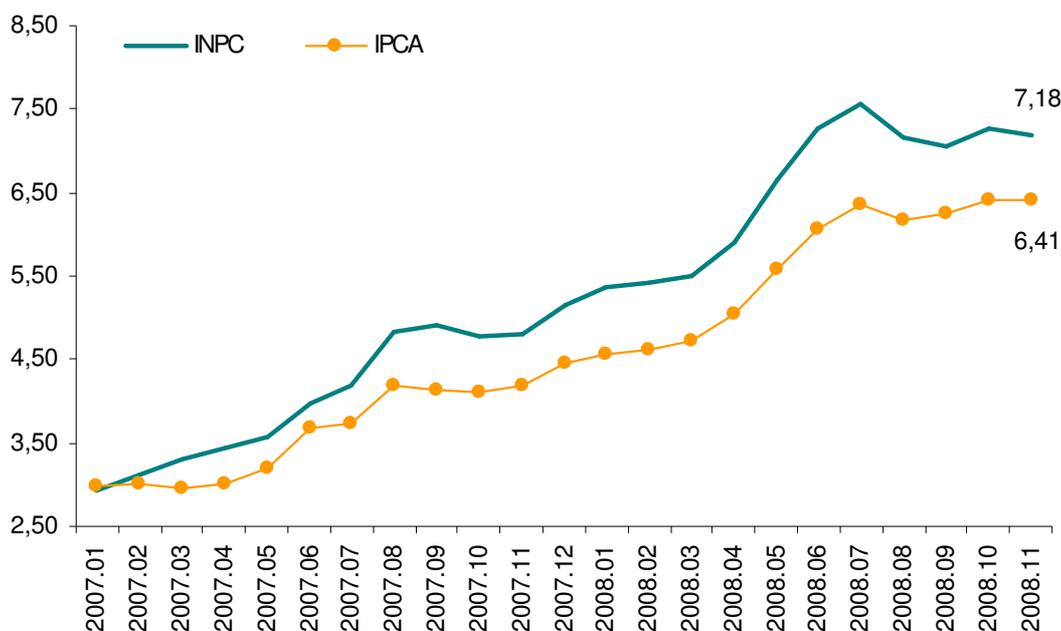
PREÇOS EM ALTA, JUROS TAMBÉM

O ano de 2008 foi marcado pela volta das pressões inflacionárias que se manifestavam através da inflação inercial, via preços administrados, da inflação de demanda, resultado do aquecimento da economia interna, e da inflação de custos, decorrência das pressões externas. Em resposta, o Banco Central cessou o processo de afrouxamento monetário, sinalizando que o controle da inflação continuou, em 2008, sendo sua meta básica.

O ano de 2007 já havia anunciado o retorno da tendência altista dos preços. Estimulados pelas altas constantes e significativas dos alimentos, metais e energia, os índices de preços no país, especialmente no primeiro semestre, alcançaram patamares elevados que forçaram o Banco Central a retomar o processo de alta de juros ainda em abril/08, pondo fim, dessa forma, a um longo período de afrouxamento monetário.

Em 2007, os preços ao consumidor, medidos pelo IPCA e pelo INPC, registraram alta de 4,46% e 5,16%, respectivamente. Em 2008, no acumulado até novembro, as variações foram respectivamente de 5,61% e 6,17%. No gráfico 3.1, é possível observar a evolução do acumulado em 12 meses dos dois índices. Segundo o regime de Metas de Inflação, a meta central de inflação (medida pelo IPCA) para 2008 é de 4,5% com limite superior de 6,5% e inferior de 2,5%.

GRÁFICO 3.1 - EVOLUÇÃO DA INFLAÇÃO ACUMULADA EM 12 MESES (%)



Fonte: IBGE.

Analisando-se os componentes dos indicadores apresentados na tabela 3.1 é possível observar como se comportam os preços nos vários grupamentos de bens e

serviços que formam cada indicador. A maior alta registrada no INPC mostra que os preços que mais aumentaram são justamente aqueles demandados pelas pessoas de menor renda. No acumulado do ano até outubro, o grupo alimentação e bebidas persiste com as mais altas taxas de expansão. Entre os itens pesquisados, destaque para as altas do tomate, das carnes, do arroz e das refeições fora do domicílio. O aumento do preço dos alimentos foi bastante heterogêneo entre as regiões pesquisadas, ficando entre 9,77% em Fortaleza (menor alta) e 13,16% na região metropolitana de Curitiba (maior alta). Na região metropolitana de Porto Alegre, o aumento do preço dos alimentos foi 12,69% no período.

TABELA 3.1 – VARIACÃO (%) ACUMULADA NO ANO POR GRUPO – JAN-NOV/08

Grupos	IPCA	INPC
Alimentação e Bebidas	10,71	11,27
Habitação	4,79	5,11
Artigos de Residência	2,03	1,76
Vestuário	6,25	5,78
Transportes	2,34	2,42
Saúde e Cuidados Pessoais	5,39	5,15
Despesas Pessoais	6,72	5,86
Educação	4,48	4,77
Comunicação	1,78	2,03
Índice Geral	5,61	6,17

Fonte: IBGE

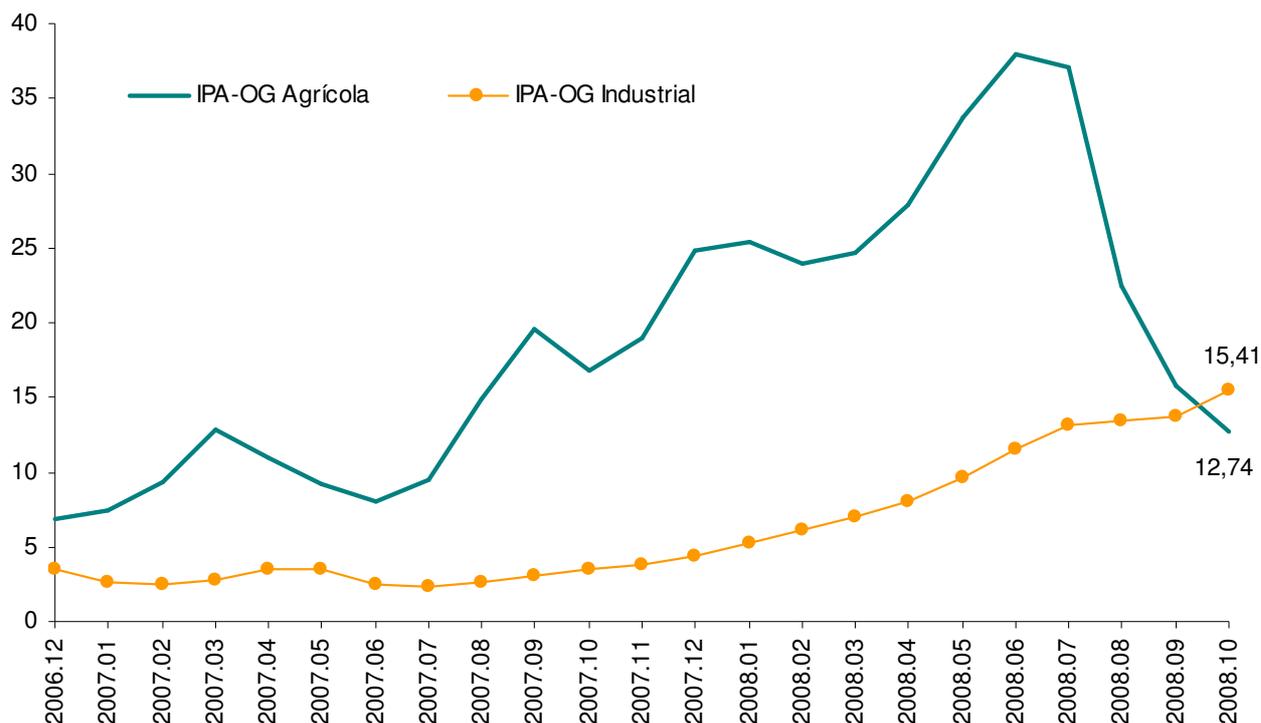
O aumento dos preços é ainda maior quando se analisa o atacado. No acumulado de janeiro a outubro, o IPA-DI registrou expansão de 10,96%. Em 12 meses, o aumento foi de 14,7%. O IPA-agrícola registrou ampliação de 12,74% em 12 meses, no entanto, no ano, a alta foi de apenas 3,65%, mostrando uma certa tendência de acomodação em comparação com o comportamento de 2007. Por outro lado, o IPA-industrial tem assumido uma trajetória altista persistente desde o ano passado. No acumulado em 12 meses, a expansão dos preços captada pelo índice foi de 15,41%, sendo que 13,79% correspondem às variações ocorridas nesse ano. O aumento foi verificado nos três estágios de processamento, sendo mais intenso, porém, no caso das matérias-primas e nos bens finais. Os bens intermediários, por sua vez, registraram elevações mais moderadas, caso comparadas aos demais, mas ainda altas. Como o aumento dos preços no atacado não foi repassado totalmente aos preços ao consumidor, espera-se que hajam pressões sobre estes decorrentes, inclusive, dos mecanismos de tentativa do governo de manter a demanda aquecida.

Os preços da construção civil também aceleraram bastante em 2008. Em 12 meses, o INCC acumula alta de 12,17%, sendo que 11,11% resulta do período de janeiro à outubro.⁶

⁶ O custo nacional da construção, calculado pelo IBGE, apresentou resultado semelhante ao auferido pelo INCC (FGV), registrando alta de 11,52% em 12 meses e de 10,15% no ano. Entre janeiro e outubro, os materiais subiram 11,90% e mão-de-obra, 7,80%. Nos últimos doze meses a alta dos materiais atingiu 13,12%, registrando variação superior dos doze meses anteriores (12,13%). A mão-de-obra registrou avanço de 9,36%, equivalente ao verificado nos doze meses anteriores.

Com isso, o resultado sobre os IGP's não poderia ser diferente: IGP-DI e IGP-M acumulam alta de 12,29% e 12,23% em 12 meses, respectivamente, sendo que a alta no ano foi de 9,51% e 9,53%. As grandes variações nos IGP's certamente impactarão nos reajustes dos preços administrados em 2009, formando, assim, um importante componente inercial para o próximo ano.

GRÁFICO 3.2 – EVOLUÇÃO DOS COMPONENTES DO IPA-OG ACUMULADO EM 12 MESES (%)



Fonte: FGV

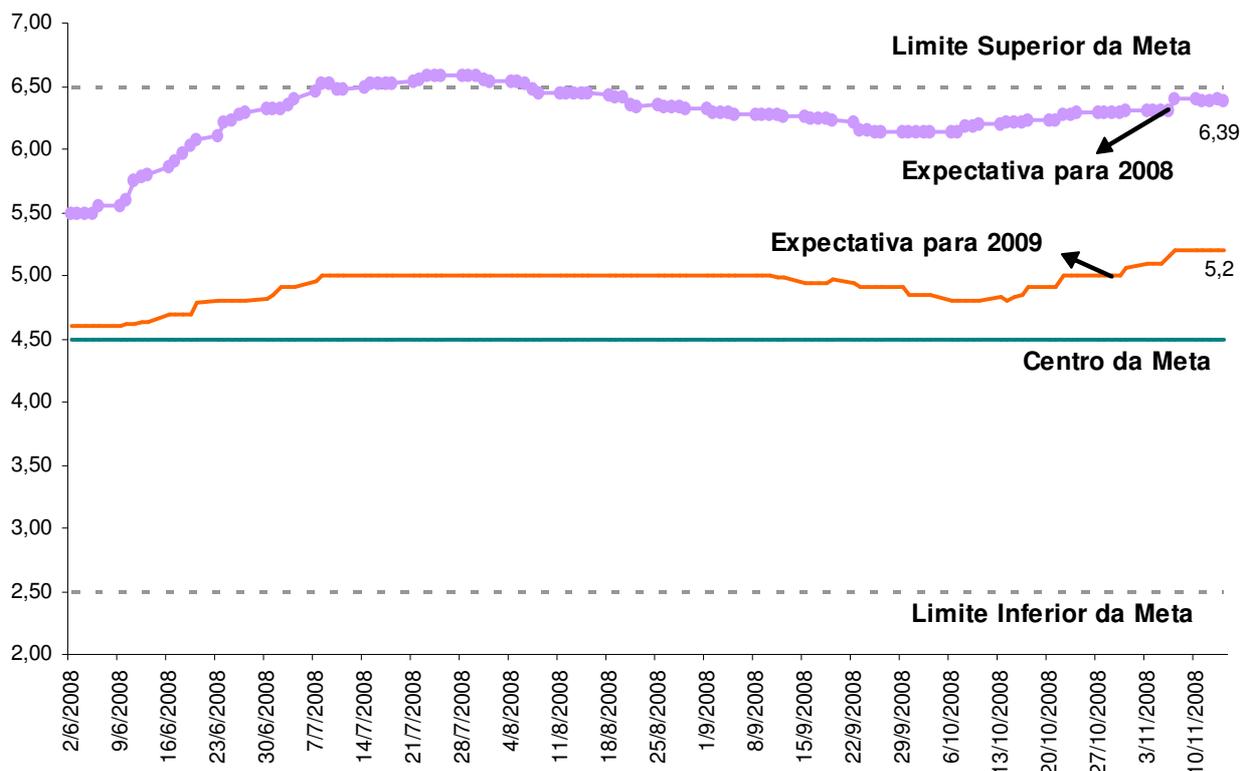
A alta da inflação fez o Banco Central retomar o processo de aumento da taxa de juros em meados do 2º trimestre do ano. Porém, a crise financeira mundial, que tomou proporções bastante significativas em setembro, e que teve como principal consequência, até agora, a diminuição do crédito certamente assumiu um papel importante na definição da decisão de manutenção da *Selic* em outubro. E é justamente a resposta que a economia brasileira dará à crise a principal variável que ditará as próximas decisões do Copom quanto à dinâmica da taxa de juros.

Existe, hoje, um conjunto de informações contraditórias sobre como o cenário externo pode influenciar a dinâmica inflacionária. O próprio Banco Central, na ata da reunião de outubro, afirma que se por um lado, a desaceleração econômica pode arrefecer a demanda externa com efeitos positivos sobre o controle da inflação. Por outro lado, todavia, a tendência de desaquecimento tem provocado um aumento na aversão ao risco com consequente desvalorização cambial que pressiona os preços. Assim, para 2009 desenha-se, no momento, o seguinte quadro: o preço das *commodities* estão se acomodando, o que favorece o controle inflacionário, porém a piora do balanço de pagamentos pode vir a gerar pressões altistas nos preços.

Os outros elementos importantes também destacados na ata do Copom são os impactos que a crise externa tem sobre o crédito e sobre as expectativas de

consumidores e empresários. Assim, se no curto prazo, as pressões de provindas do balanço de pagamentos tendem a elevar os preços via câmbio, a restrição do crédito, associada à piora das expectativas, pode funcionar como se fosse um aumento na taxa de juros.

GRÁFICO 3.3 – EXPECTATIVAS DE INFLAÇÃO – 2008 E 2009 (IPCA)



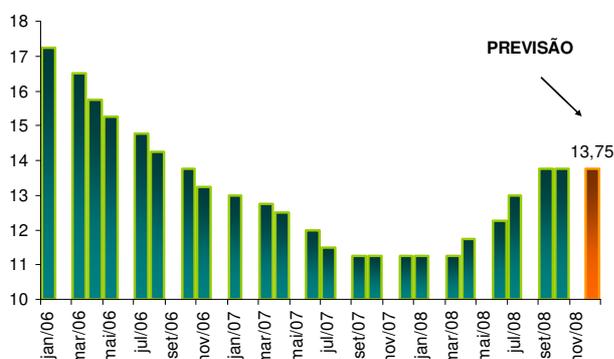
Fonte: Relatório de Mercado/ BCB

Diante desse cenário incerto, se configuram as expectativas de mercado para 2009. Se acompanharmos a evolução das expectativas inflacionárias tanto para 2008 quanto para 2009, podemos observar que ambas sofreram deterioração ao longo do ano. No caso das expectativas para 2008, depois de inclusive ultrapassar o limite superior da meta, as expectativas retornaram para o interior do intervalo, porém os últimos dias têm demonstrado uma nova elevação dada a resistência da inflação em ceder. Quanto às expectativas para 2009, não é muito diferente, isto é, continuam se deteriorando, provavelmente motivadas pela desvalorização cambial, bastante intensa nos últimos meses. As expectativas quanto à trajetória da *Selic*, porém, não estão acompanhando a evolução das expectativas de inflação, num descolamento poucas vezes observado ao longo da série histórica. O Relatório de Mercado de 14/11/2008, por exemplo, traz que a *Selic* para o fim de 2008 se preservará em 13,75% a.a., enquanto no final de 2009 será de 13,3 % a.a..

Nosso cenário, porém, é diferente do apresentado pelo Relatório de Mercado. Apesar da atividade econômica já mostrar sinais de desaceleração decorrentes da diminuição externa e interna, o emprego continua muito elevado em termos históricos. Porém, no caso do Brasil, a mais importante variável a se considerar, nesse momento, é o câmbio. Nos últimos anos, o câmbio foi o principal ator no processo de controle

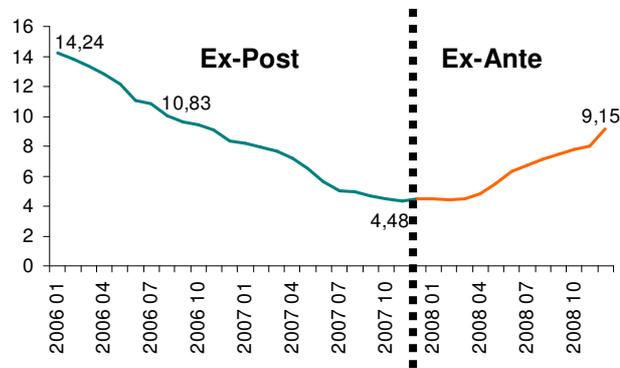
inflacionário. Numa conjuntura de Real enfraquecido, surgem as pressões de preço e mais forte deterioração das expectativas. Como o histórico do Banco Central é de reagir, espera-se uma novas altas da Selic em 2009.

GRÁFICO 3.4 - EVOLUÇÃO DA TAXA SELIC-META (% a.a.)



Fonte: BACEN

GRÁFICO 3.5 – SELIC REAL (IPCA) EX-ANTE E EX-POST (% a.a.) –



Fonte: BACEN e IBGE

No ano de 2009, o mercado de crédito deve assumir posição importante na condução da política monetária e outras ações do governo. Como se sabe, foi o crédito um dos principais agentes que incentivou a atividade econômica no país nos últimos anos. O crédito no país passou de 30,8% do PIB em dezembro de 2006 para 39,1% em setembro de 2008, sendo 28,1% na modalidade de crédito com recursos livres e 11% com recursos direcionados. Esse aumento representou a inserção de mais de R\$ 553 bilhões no saldo de créditos num período inferior a dois anos. No entanto, já é possível ver os primeiros sinais de arrefecimento desse mercado já começam a aparecer. No comparativo de outubro/08 com outubro/07, as concessões de crédito ao consumidor apresentaram uma redução real de cerca de 7% (IPCA), enquanto as concessões para pessoa jurídica apresentaram alta de 11%, também sinal de desaceleração diante da média de crescimento recente. Esse cenário é esperado que perdure ao longo de 2009, ano em que esperamos observar uma diminuição do ritmo de expansão do crédito no país, motivado, principalmente, pelo aumento da aversão ao risco no mercado financeiro internacional e menor dinâmica do emprego.

Diante dessas informações, traçamos três cenários. Em todos eles, a taxa de juros básica da economia fica estável ao redor de 14,25%, isto é, assume-se que pode variar entre 13,25% (Otimista) e 15,25% (Pessimista). O cenário moderado se justifica na redução do ritmo de crescimento da economia brasileira, com um câmbio médio estável, e uma evolução de preços que reflete tanto o movimento de desaceleração interna quanto externa. Nesse cenário, os aumentos da taxa de juros a partir do patamar atual (13,75% a.a.) se dariam para evitar o alimento de uma espiral inflacionária. Somente no cenário pessimista a inflação superaria os limites da banda, em virtude da escolha do Banco Central de não penalizar em demasiado a atividade econômica, que nesse cenário apresentaria uma recessão leve.

**TABELA 3.1 – PERSPECTIVAS PARA OS ÍNDICES DE INFLAÇÃO E TAXA SELIC
(% a.a.)**

	2007	2008*	Cenários 2009		
			Pessimista	Moderado	Otimista
IPCA	4,46	6,07	6,80	5,30	4,90
INPC	5,16	6,50	7,00	5,00	4,50
IGP-DI	7,90	10,80	8,00	5,80	5,50
IGP-M	7,75	10,55	8,30	6,00	5,60
Selic-Over (Média do Período)	12,05	12,59	14,50	14,00	13,50
Selic-Meta (Fim de Período)	11,25	13,75	15,25	14,25	13,25

Fonte: IBGE, FGV e BACEN. * Estimativas. Previsões: UEE / FIERGS

DESACELERAÇÃO OU PÉ NO FREIO?

Os primeiros impactos da crise no Brasil tiveram como principal canal a redução do crédito internacional. Nesse cenário, os exportadores foram os mais atingidos, grupo no qual a indústria tem maior participação. Na seqüência, as restrições impostas no mercado de crédito nacional resultaram em queda de vendas, aumento de estoques e ajuste da produção. O ano de 2008 se encerra com um cenário não muito promissor para 2009, salientando que, enquanto em uns segmentos é possível estimar uma desaceleração, em outros, a realidade já é um verdadeiro “pé no freio” na produção industrial.

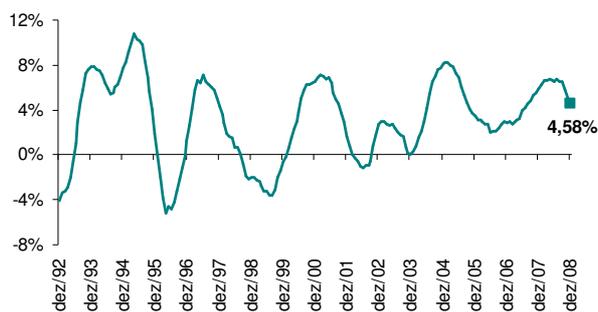
O apagar das luzes de 2008 deve completar um ciclo de cinco anos de forte crescimento da produção, com uma taxa média de 4,9% ao ano. Em uma perspectiva histórica, esse resultado está bem acima da taxa da década de 1990, quando a indústria cresceu, em média, 1,5%, e também do Plano Real, com 2% de média ao ano. Sem dúvida alguma, o ciclo recente não só impressiona pela amplitude, como também pela magnitude, e revela o lado positivo da política de estabilidade macroeconômica, iniciada na segunda fase do Plano Real em 1999, e confirmada a partir de 2003. Uma herança positiva será a menor volatilidade da produção, comprovada pelos números do período.

Vários fatores justificam o resultado da indústria nacional nos últimos anos. No âmbito externo, a expansão do comércio mundial conjugado com juros médios baixos e até estabilidade de preços⁷. Também é possível afirmar que, em vários mercados, verificou-se uma queda nas barreiras tarifárias e não-tarifárias, impulsionando o processo de globalização. Esses dois fatores em conjunto permitiram a construção de um ambiente mais pró-mercado, com impactos positivos sobre a demanda por exportações brasileiras, em especial da indústria.

No ambiente interno, podemos citar os bons resultados gerados pelo tripé de sustentação da política econômica: câmbio flexível, superávit primário e sistema de metas de inflação. Mesmo a constante valorização da taxa de câmbio que atuou de forma negativa sobre duas frentes de competitividade da indústria brasileira, seja nas exportações seja nas importações, não foi suficiente para evitar que a indústria mantivesse os resultados positivos. Além disso, de 2005 a 2008 o principal vetor de crescimento do Brasil passou a ser o mercado interno, implicando em impactos diretos sobre a produção doméstica.

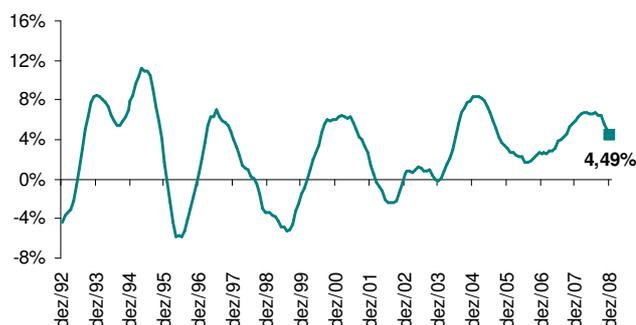
⁷ Essa estabilidade começou a ser rompida a partir de meados de 2007 e durou até 2008. Atingiu todos os tipos de commodities, energéticas, metálicas e agrícolas, e teve o poder de desestabilizar o equilíbrio monetário e a relação de preços de outros ativos, como ações e imóveis ao redor do mundo.

**GRÁFICO 3.1 – INDÚSTRIA TOTAL –
CRESCIMENTO (%) EM 12 MESES**



Fonte: IBGE

**GRÁFICO 3.2 - INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
– CRESCIMENTO (%) EM 12 MESES**



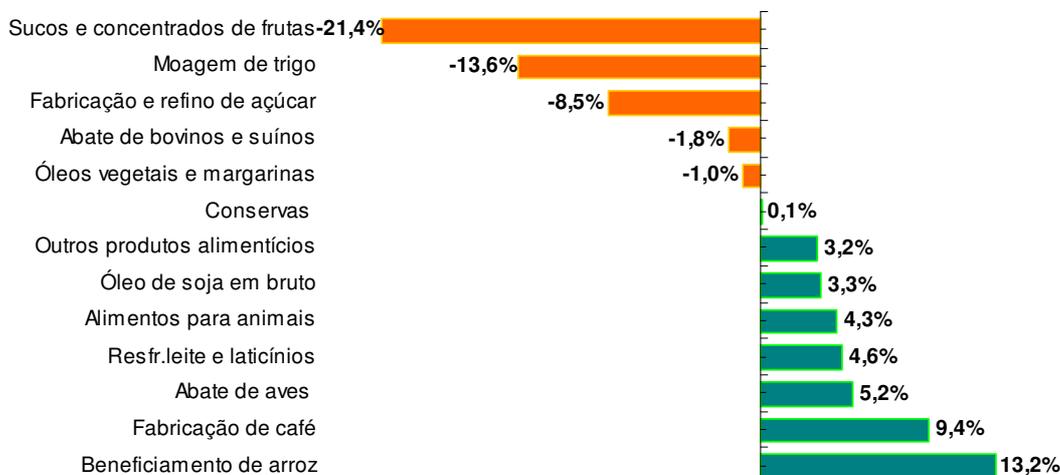
Fonte: IBGE

A desagregação da análise por subsetores ou gêneros da indústria, revela um quadro distinto. A extrativa mineral, responsável por 8% do PIB da indústria, deve encerrar o ano com expansão de 6%. Nesse caso, apenas a extração de carvão apresenta queda. A extração de petróleo e gás natural segue em alta mas, foi a extração de minério de ferro, minerais metálicos e não-metálicos que surpreendeu. Parte desse resultado deveu-se aos bons preços do produto no cenário internacional, conjugado com a expansão da demanda da cadeia produtiva no mercado interno, como o complexo metal-mecânico e a construção civil.

A indústria de alimentos e bebidas é uma das mais importantes para a composição do PIB setorial, representando 17% desse e empregando cerca de 1,5 milhão de trabalhadores. Portanto, a sua análise é importante para entender a dinâmica do agregado. Os dados recentes comprovam que esse segmento encontra-se em desaceleração desde meados do ano passado. A produção de alimentos está estável, em 0,05% e, bebidas, em ligeira queda de -0,09%. Esse comportamento chama atenção pois a demanda por produtos alimentares tem forte ligação com o comportamento da renda, dependendo menos do crédito. Porém, há fatores externos a influenciar esse resultado, como o câmbio valorizado durante boa parte do ano, que impactou diretamente a atividade de segmentos ligados ao mercado externo, além da queda da demanda internacional e as barreiras comerciais impostas por alguns países, em especial na Europa.

Importantes subsetores, como a produção de sucos e concentrados de frutas, fabricação de refino de açúcar e o abate de bovinos e suínos, são muito relacionados ao mercado externo, e apresentam retração da produção. Em parte, as dificuldades encontradas no segmento produtor de abate de bovinos e suínos, pode ter sido compensada pela boa performance alcançada no abate de aves. Por outro lado, com impacto positivo, tem-se a fabricação de café, também mais voltada ao mercado externo, e o beneficiamento de arroz que, por sua vez, é destinado ao mercado interno. No grupo laticínios, o produto de destaque no ano de 2008 tem sido a fabricação de leite em pó.

GRAFICO 3.3 – PRODUÇÃO INDUSTRIAL - INDÚSTRIA DE ALIMENTOS TAXA DE CRESCIMENTO (%) - ACUMULADA NO ANO (JAN-OUT 2008)

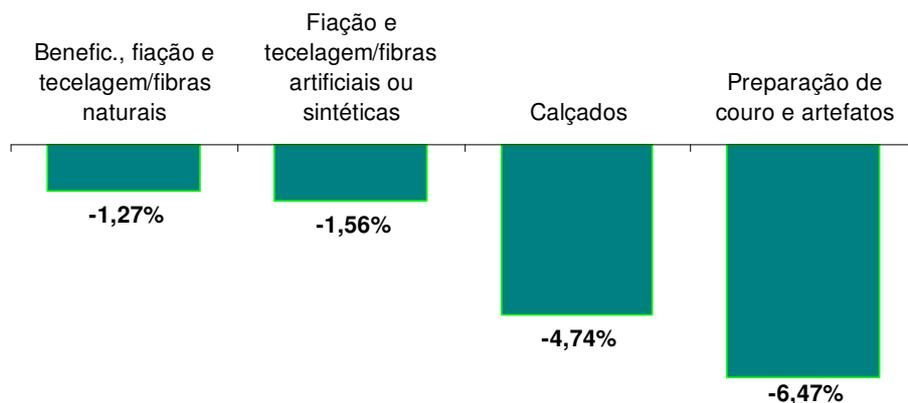


Fonte: IBGE

Outro segmento que também é muito sensível a variações da renda é o têxtil, vestuário e acessórios e calçados. Porém, mesmo diante do aumento do emprego e do salário real, presenciado no Brasil nos últimos cinco anos, a resposta da produção tem sido aquém da esperada. O motivo principal foi a valorização da taxa de câmbio, que representou um duro golpe, tanto para os exportadores de calçados, em especial de couro, quanto também para a concorrência desleal com os produtos importados. Adiciona-se a esse cenário os elevados tributos, a entrada de produtos ilegais e também a pirataria.

Talvez, a melhor forma de descrever o cenário atual para esse grupo de subsetores é apontando quem é que está “menos mal”. Como pode ser visto, de todas as quatro possíveis aberturas, não há quem apresente variação positiva no ano. A sinalização é clara no sentido de que a cadeia produtiva do calçado, desde a preparação de couro, até a fabricação de calçados, a queda é acentuada. Ainda é cedo para afirmar se a desvalorização cambial irá representar um “alento” para essas indústrias mas, diante da queda da renda mundial, e da contínua entrada de produtos no País sem a devida fiscalização, as perspectivas ainda seguem negativas e, na melhor das hipóteses, estável.

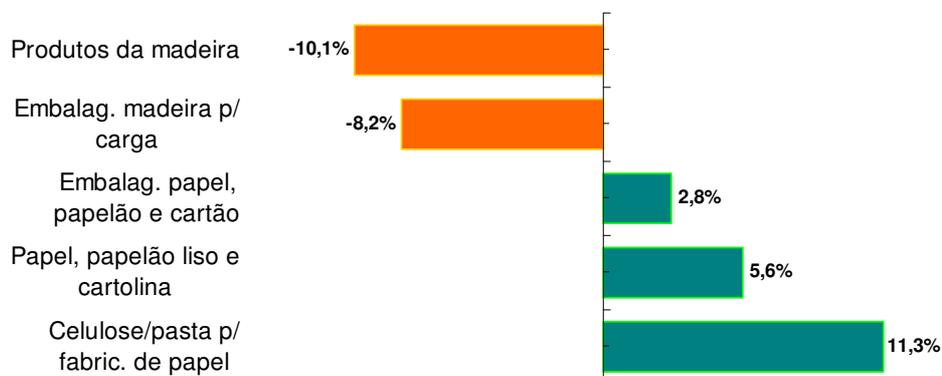
**GRAFICO 3.4 – PRODUÇÃO INDUSTRIAL – SETORIAL
TAXA DE CRESCIMENTO (%) - ACUMULADA NO ANO (JAN-OUT 2008)**



Fonte: IBGE

Um conjunto de subsetores é útil para antever o comportamento futuro da economia, que são aqueles relacionados à cadeia produtiva de embalagens. Nesse caso, o foco é na parte derivada de madeira, papel e papelão, não sendo considerados os produtos químicos como plástico, vidro e metálicas. O segmento de embalagem, produção de papel e celulose como matéria-prima, apresentam desempenho satisfatório, ao passo que os produtos de madeira, com destaque para os compensados, e as embalagens, seguem em forte queda, e deve encerrar 2008 um ciclo de três anos seguidos de retração.

**GRAFICO 3.5 – PRODUÇÃO INDUSTRIAL – SETORIAL
TAXA DE CRESCIMENTO (%) - ACUMULADA NO ANO (JAN-OUT 2008)**



Fonte: IBGE

Os segmentos relacionados à indústria química e petroquímica representam, em conjunto, 24% do PIB setorial. De maneira isolada, a produção de derivados de petróleo é uma das mais importantes indústrias do País. Em 2008, de janeiro a outubro, a indústria de refino de petróleo, produtos químicos inorgânicos, adubos e fertilizantes, petroquímico de básicos e intermediários, produção de resinas, fios e cabos, produção de sabão, sabonete e detergente e artefatos de perfumaria, como a produção de pasta de dente e de creme dental e sabões, tiveram queda. Destaca-se que boa parte desse segmento pode ser classificada como produtor de matéria-prima, e revela parte de uma demanda fraca ocorrida nos meses de setembro e outubro.

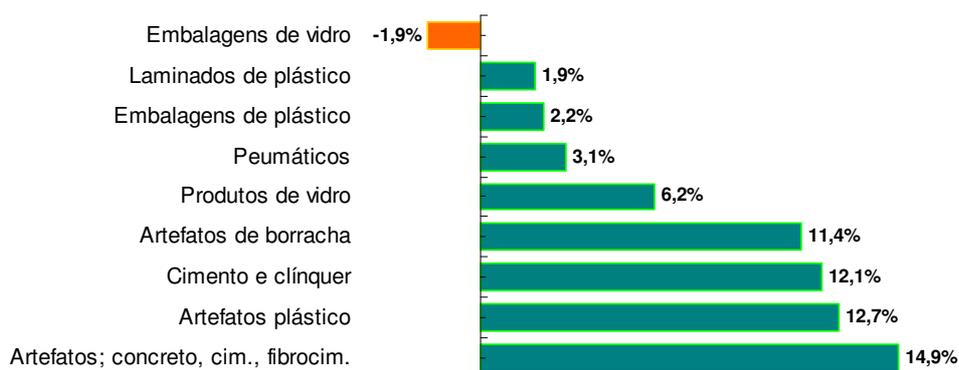
Por outro lado, a produção de álcool expande de forma mais acentuada e, no acumulado do ano, já está em 6,7%, com destaque para álcool etílico. Outros dois destaques positivos na indústria química são a produção de defensivos agrícolas, como herbicidas, com recorde de 20% no ano, e tintas, vernizes e solventes, destinados à construção civil, expansão de 14%. Porém, os resultados do mês de outubro sinalizam uma verdadeira inflexão no indicador, basta ver que, em relação a outubro de 2007, a produção de defensivos agrícolas caiu 30%. Apesar de o cenário de crise internacional colocar a perspectiva de retração na demanda, destaca-se que a indústria química possui poucas empresas, de maior porte e atuantes em vários mercados. Dessa forma, mesmo que ocorra uma desaceleração, essa deve ser de menores proporções nesse segmento.

Os segmentos de borracha, plástico e minerais não-metálicos são classificados, em sua maioria, em bens intermediários, e seguem, de perto, o comportamento da cadeia produtiva que estão mais relacionados. Os artefatos de borracha, muito relacionados à indústria de veículos, como as peças e acessórios de borracha vulcanizada, é um dos destaques do ano. Porém, o mês de outubro representou uma mudança importante, com a produção caindo 4,4% relativamente ao mesmo mês do ano passado.

Já os artefatos de plástico, com destaque para os tubos, canos e mangueiras, e também os minerais não-metálicos relacionados com a construção civil, como por exemplo, os artefatos de concreto, cimento e fibrocimento, a produção de cimento e clínquer, estão respondendo de forma positiva ao crescimento da demanda daquele setor. O bom momento vivido pela construção civil contrasta com o comportamento das demais indústrias nesse ambiente de incertezas com a crise. Somente no mês de outubro a produção de artefatos de concreto, cimento e fibrocimento, expandiu-se em 22%, ao passo que a produção de cimento e clínquer, outros 12% sobre outubro do ano passado.

Porém, é importante destacar que essa boa performance dificilmente se repete em 2009, na medida em que se projeta uma acomodação da atividade econômica no segmento de veículos automotores e também na construção civil, na esteira das restrições de crédito e da menor dinâmica do mercado de trabalho. Não será surpresa verificar, inclusive, alguns meses de retração nos indicadores relacionados a essa indústria, que se encontra em uma base de produção elevada.

**GRAFICO 3.6 – PRODUÇÃO INDUSTRIAL – SETORIAL
TAXA DE CRESCIMENTO (%) - ACUMULADA NO ANO (JAN-OUT 2008)**



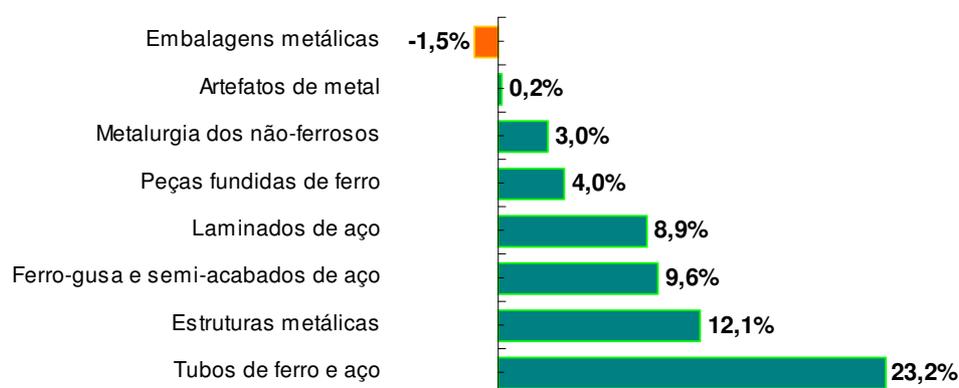
Fonte: IBGE

Outra indústria importante no segmento de produtos intermediários é a metalurgia básica e a fabricação de produtos de metal que, em conjunto, representam 12% do PIB setorial. Os resultados verificados para o ano de 2008 apontam uma performance

excelente, em especial para a fabricação de tubos de ferro e aço, laminados e demais itens relacionados a siderurgia. São produtos demandados tanto pelo segmento metal-mecânico, como produção de tratores, veículos automotores, bens de capital e eletrodomésticos, quanto pela indústria da construção civil.

Porém, os dados do mês de outubro contribuem para acender a luz amarela nessas atividades. À exceção da produção de metalurgia de não-ferrosos, todas as demais apresentaram uma desaceleração. Os mais significativos vieram da produção de tubos de ferro e aço e de estruturas metálicas, como tanques e caldeiras. A mudança de cenário para o ano de 2009, com a perspectiva de menor demanda deve impactar todas as demais atividades, não sendo descartada, inclusive, uma retração na produção, provavelmente já no primeiro trimestre.

**GRAFICO 3.7 – PRODUÇÃO INDUSTRIAL – SETORIAL
TAXA DE CRESCIMENTO (%) - ACUMULADA NO ANO (JAN-OUT 2008)**

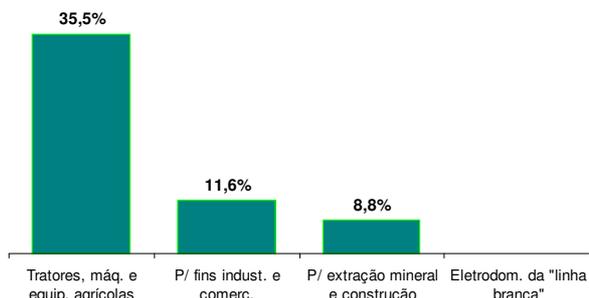


Fonte: IBGE

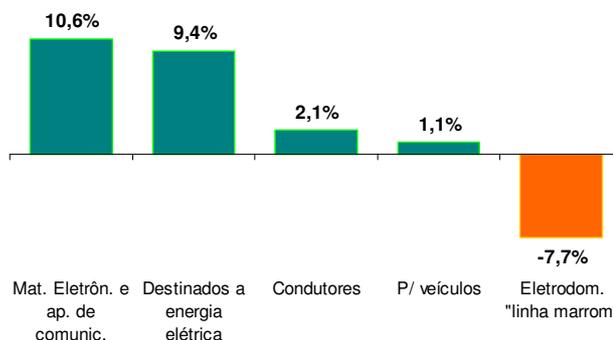
A análise seguinte tem como foco a chamada “indústria pesada”. Quando olhamos os indicadores acumulados no ano da produção de máquinas e equipamentos, a impressão é que o setor passa ao largo da crise. Porém, esse desempenho sofre a influência da boa performance durante os nove primeiros meses do ano, quando as percepções sobre os efeitos da crise ainda não tinham a magnitude de agora. A despeito da reversão dos resultados no mês de outubro, quando é possível ver que a produção de eletrodomésticos da linha branca (geladeira, fogão e máquina de lavar roupa), por exemplo, caíram -3% sobre outubro de 2007, e ocorreu uma forte desaceleração na produção de máquinas e equipamentos para fins industriais e na produção de tratores, as projeções de encerramento do ano são bem positivas, com vários subsetores devendo apresentar a melhor performance em décadas. No acumulado do ano, apenas os eletrodomésticos da linha marrom, do qual fazem parte os rádio, som e televisores têm performance negativa. Em outubro, a produção nessa indústria permaneceu estável, mesmo diante da proximidade das vendas de final de ano.

Os subsetores aqui apresentados sofrem diretamente os impactos de aumento dos custos de empréstimos, como a taxa de juros e impostos, bem como a menor liquidez de recursos com direcionamento para o crédito. Como a perspectiva para 2009 é de manutenção da incerteza no cenário produtivo, os reflexos sobre a expectativa dos agentes econômicos, como consumidores, produtores e investidores deve limitar a volta da normalidade no mercado de crédito, afetando diretamente a “indústria pesada”.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL – SETORIAL
TAXA DE CRESCIMENTO (%) - ACUMULADA NO ANO (JAN-OUT 2008)
GRÁFICO 3.8 – MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICO 3.9 – MAT. ELETRÔNICO E COMUNICAÇÃO



Fonte: IBGE

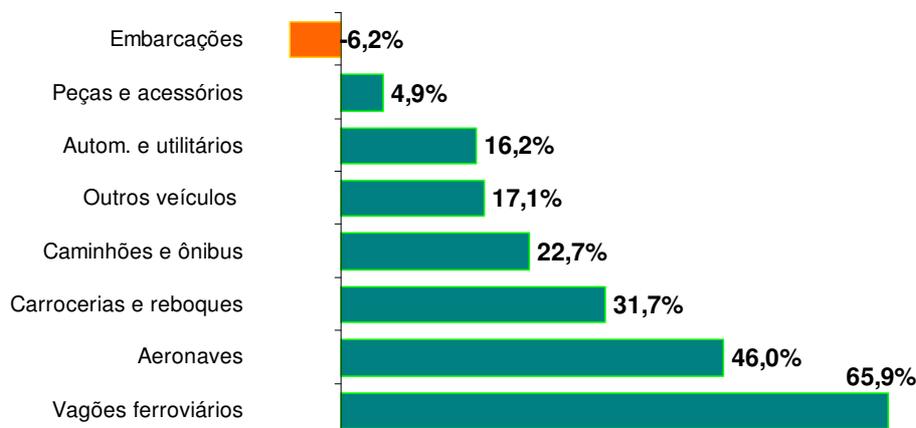


Fonte: IBGE

Ainda no complexo metal-mecânico, temos importantes indústrias de fabricação e montagem de veículos automotores e equipamentos de transporte, com participação de 10,7% no PIB da indústria de transformação. Os resultados do ano continuam a sinalizar uma produção aquecida, com destaque para a produção de vagões e de aviões. Com crescimento de dois dígitos também se destaca a produção de automóveis, jipes, camionetes e caminhões. Porém, assim como em outros subsetores, os impactos da menor oferta de crédito externo para a economia brasileira, e o empocamento de liquidez no sistema financeiro nacional, bem como a retração dos consumidores, mudaram esse quadro durante o mês de outubro.

À exceção da construção de aeronaves, todos os demais subsetores apresentaram sinais de retração quando se compara outubro de 2008 com o mesmo mês do ano passado em relação ao desempenho de setembro. Em alguns casos, a reversão foi muito forte, a exemplo a indústria de autoveículos, caminhões e ônibus e peças e acessórios. Apesar disso, o ano de 2008 deve se encerrar com resultados recordes de produção e vendas, muito por conta dos bons nove primeiros meses. Nesse ponto, a questão mais importante é saber o tamanho do ajuste no setor. Ou seja, a indústria de veículos e equipamentos de transporte está se ajustando a um patamar mais realista com a estrutura produtiva, e capacidade de absorção do mercado interno e externo, ou estamos realmente experimentando uma reversão no quadro com potencial de criar uma maior ociosidade no setor?

**GRAFICO 3.10 – PRODUÇÃO INDUSTRIAL – SETORIAL
TAXA DE CRESCIMENTO (%) - ACUMULADA NO ANO (JAN-OUT 2008)**



Fonte: IBGE

Ainda que seja difícil determinar o cenário de médio prazo para o setor, algumas colocações servem de referência. Primeiro, podemos nos reportar à estimativa de “produto potencial”. Nesse caso, o filtro HP, permite⁸ estimar a existência de um *gap*, ou seja, se a indústria está produzindo mais do que efetivamente seria possível. Para o caso de automóveis e utilitários, pode-se notar que o mês de outubro representou uma acomodação dessa produção a patamares mais condizentes com a média de longo prazo. De qualquer forma, esse nível ainda se encontra bem acima do verificado no ano de 2007, sugerindo que novas acomodações na produção são factíveis ao longo do último trimestre de 2008. Por outro lado, as estimativas para o subsector de caminhões e ônibus sinaliza que esse ainda não promoveu um ajuste ao seu produto potencial em outubro, ou ainda, que esse não foi suficiente para trazer a produção a uma chamada “normalidade”. Tal resultado indica que ajustes mais fortes podem ocorrer ainda durante o ano de 2008.

**EMPRESAS BRASILEIRAS JÁ SENTEM EFEITOS DA CRISE E REVÊM
EXPECTATIVAS PARA 2009**

A queda na demanda é o principal efeito da crise financeira internacional, segundo pesquisa realizada pela CNI. Além disso, na avaliação dos empresários, a turbulência mundial gerou escassez e aumento do custo dos financiamentos e fez com que as empresas reavaliassem seus planos de investimento para 2009.

A Confederação Nacional da Indústria divulgou na semana passada os resultados de uma consulta com 385 empresas industriais com o objetivo de avaliar a percepção dos empresários acerca da crise financeira internacional sob alguns aspectos. A consulta foi dividida em três blocos de assuntos relacionados aos impactos da crise: nos negócios, nos planos de investimentos e nos financiamentos disponíveis. Além disso, os participantes opinaram acerca das medidas tomadas pelo governo e sobre as perspectivas de duração da crise.

Em linhas gerais, os resultados demonstraram que, para 9 em cada 10 empresários consultados, a crise afetou os negócios de sua empresa. Os principais efeitos adversos foram a retração nas vendas, a suspensão dos planos de investimentos

⁸ Essa é uma técnica econométrica que tem como objetivo extrair uma informação cíclica de longo prazo de uma série temporal, podendo ser útil para identificar os movimentos ao longo do tempo.

e a escassez de crédito para capital de giro. Os resultados da atuação do governo brasileiro foram considerados moderados e a percepção da maioria dos empresários é que a crise será superada em 2010.

Com relação aos impactos nos negócios das empresas, o principal efeito adverso mencionado foi a redução da demanda, fato que levou a maioria dos empresários brasileiros (57%) a reduzir a sua projeção de vendas para 2009. Os demais efeitos em ordem decrescente de importância foram: o aumento do preço de insumos e equipamentos importados (41%), o encarecimento (38%) e dificuldade de acesso ao crédito (31%), as perdas em operações financeiras (9%) e a redução dos prazos de financiamentos (6%). Vale ressaltar que, se somados, os problemas associados ao financiamento atingem 55% das respostas. Importante referir ainda nesse bloco que praticamente todas as empresas (98%) que refizeram suas projeções de vendas para 2009, projetaram para menor.

Segundo a pesquisa, parte dos investimentos das indústrias prevista para o próximo ano também deverá ser adiada e/ou reduzida e mesmo cancelada em função das turbulências externas. Nesse sentido, 71% dos entrevistados com intenção de investir em 2009 afirmaram que a crise afetou seus planos de investimentos. Entre essas empresas, 7% cancelaram os investimentos e 22% mantiveram, mas com um cronograma mais longo. A metade (50%) adiou os investimentos previstos por tempo indeterminado, 13% protelaram, mas ainda pretendem realizá-lo em 2009 e 8% adiaram para depois de 2009. Apenas 1% das mesmas mantiveram o cronograma previsto.

A maioria das indústrias pesquisadas está preocupada com a situação do crédito, especialmente, no que se refere à obtenção de capital de giro, escasso e mais caro. De fato, os resultados da consulta, no que se refere a financiamento, apontam que a maioria dos participantes (61%) reporta que o financiamento disponível para sua empresa foi de alguma forma atingido pela turbulência mundial. Desses, praticamente a metade (49%) afirmou que o financiamento de curto prazo foi o mais afetado (capital de giro/desconto de duplicatas, etc.) enquanto a modalidade de financiamento de longo prazo foi o segundo item mais apontado: 21%. O financiamento para exportações e fornecedores obteve, respectivamente, 14% e 11% das respostas. O principal efeito da crise sobre o financiamento foi a elevação no custo, item apontado por 68% das empresas que perceberam algum impacto no crédito. Em segundo lugar, com 49% das respostas, foi a escassez seguida da redução dos prazos (21%).

Já as medidas do governo para melhorar as condições de crédito tiveram resultados modestos, conforme avaliação da maioria dos empresários (52%). Uma parte expressiva desses (34%), por outro lado, considerou que as mesmas não estão surtindo efeito. De um rol de nove propostas de medidas sugeridas aos governos federal e estaduais, a maioria dos empresários (59%) preferiu a ampliação do prazo de recolhimento de tributos. Na seqüência, as propostas mais desejadas pelos empresários foram a facilitação do acesso a linhas de crédito oficiais (39%), o aumento dos recursos disponíveis às linhas oficiais de financiamento (35%), maior facilidade na compensação de créditos tributários federais no pagamento de contribuições ao INSS (32%) e a redução de alíquotas de IOF nas operações de crédito (30%).

Por fim, os empresários foram convidados a avaliar a duração da crise mundial. A percepção da metade (49%) é que a crise deverá ser superada no ano que vêm. Porém, parcela expressiva dos participantes (34%) acredita que a crise será debelada apenas em 2010. Somente 1% dos entrevistados aposta no final da crise em 2008 e 9% após 2010. Em resumo, os resultados da Consulta Empresarial sugerem que a indústria brasileira deverá, no curto e médio prazos, demonstrar sinais de desaceleração no ritmo de crescimento. Essa perda de dinamismo deverá ter impactos negativos no investimento e

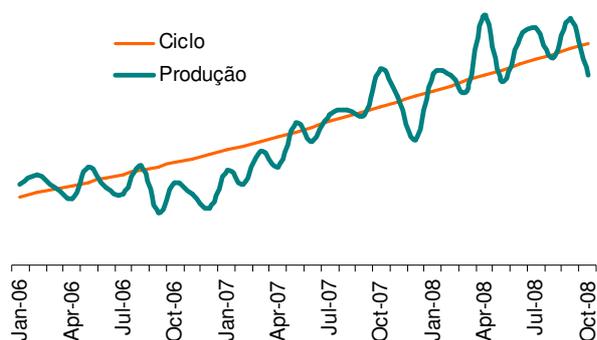
na geração de emprego e renda. Esse cenário deve perdurar pelo menos até meados do próximo ano.

Publicado no Informe Econômico Nº 48 de 24/11/2008

A estimativa de uma desaceleração na produção industrial em outros subsetores, durante os meses de novembro e dezembro, também será uma realidade. Na medida em que os efeitos da restrição de crédito se tornarem mais claros, e os efeitos multiplicadores da menor quantidade de horas trabalhadas, perda de postos de trabalho e menor dinamismo da massa de salários se fizerem sentir, a produção de bens de consumo semi-duráveis e não duráveis terá que se ajustar.

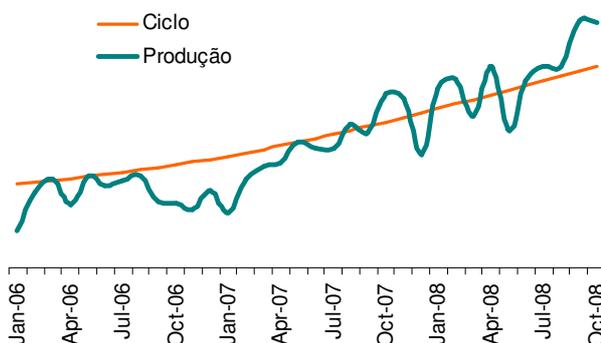
PRODUTO POTENCIAL

GRÁFICO 3.11 – AUTOMÓVEIS E UTILITÁRIOS



Fonte: IBGE/ uso do filtro HP.

GRÁFICO 3.12 – CAMINHÕES E ÔNIBUS

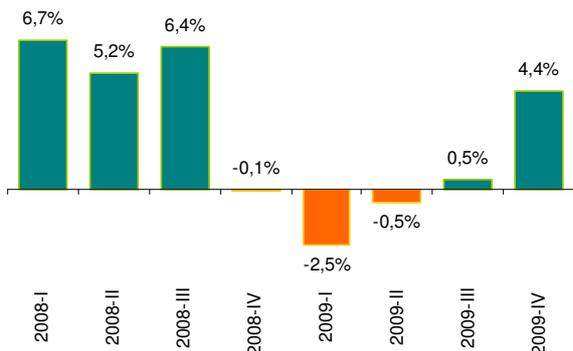


Fonte: IBGE/ uso do filtro HP

Por hora, as estimativas indicam que, no último trimestre de 2008, a indústria de transformação nacional já apresenta uma queda frente o terceiro trimestre. O cenário moderado considera a existência de uma desaceleração na economia brasileira, na esteira de dificuldades no mercado de crédito internacional e nacional. Diante disso, é natural supor que a indústria tenha um comportamento de ajuste a um novo patamar de demanda. Nesse caso, a adaptação da produção deve se estender até o segundo trimestre de 2009. A partir de então, nos dois trimestres seguintes a perspectiva é de aumento da produção industrial, terminando o ano em uma expansão de 4,4% sobre o trimestre anterior. Na estimativa final do ano, em 2009 a indústria total deve crescer cerca de 0,45%. Dentre os motivos apontados para uma performance bem aquém da verificada em anos anteriores, além das já citadas, está a alta base de comparação.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL (%)

GRÁFICO 3.13 – TRIMESTRE SOBRE TRIMESTRE ANTERIOR



Fonte: IBGE/ previsão UEE/FIERGS

GRÁFICO 3.14 – TRIMESTRE SOBRE MESMO TRIMESTRE DO ANO ANTERIOR



Fonte: IBGE/ previsão UEE/FIERGS

No cenário mais pessimista, tanto a produção na indústria extrativa mineral, quanto na de transformação, apresentam queda, derrubando a produção industrial total para um valor próximo a 1,2%. Por fim, no cenário mais otimista, a crise não se faz tão presente e, já a partir do segundo semestre é possível identificar uma recuperação da demanda externa e interna, impulsionando a produção. Porém, os efeitos estatísticos de uma base de comparação elevada impedem que o setor tenha um resultado maior.

TABELA 3.1- PERSPECTIVAS PARA A PRODUÇÃO INDUSTRIAL - BR

	2007	2008*	Cenários 2009		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Indústria Extrativa Mineral	5,8%	6,1%	-1,9%	-0,24%	1,0%
Indústria de Transformação	5,9%	4,4%	-1,0%	0,62%	1,8%
Indústria Total	5,9%	4,5%	-1,2%	0,45%	1,6%

Fonte: IBGE. * Estimativa UEE/FIERGS. Previsão UEE

5. MERCADO DE TRABALHO DO BRASIL

NUNCA ANTES NA HISTÓRIA DESSE PAÍS

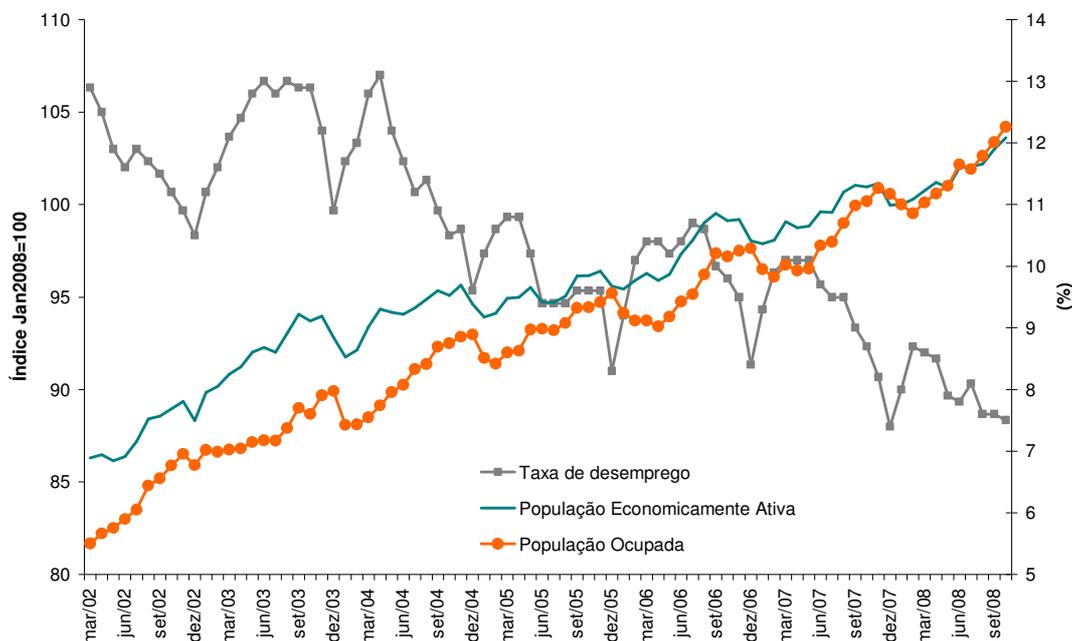
A robustez dos indicadores do mercado de trabalho é um dos aspectos mais visíveis do crescimento econômico brasileiro em 2008. O emprego atinge níveis recordes e se expande de forma generalizada entre os setores econômicos, reduzindo o desemprego a patamares históricos e aumentando a renda dos trabalhadores. Para 2009, entretanto, diante da crise internacional, o desempenho não deverá se repetir mesmo no melhor dos cenários.

O comportamento do mercado de trabalho no Brasil será analisado sob enfoque de seus principais componentes: o nível de emprego, a taxa de desemprego e os rendimentos dos trabalhadores. A análise abrangerá a economia brasileira (no caso da taxa de desemprego, as principais regiões metropolitanas) com maior ênfase para a Indústria de transformação. Para tal, serão utilizadas as informações disponibilizadas pelo Cadastro Geral de Admitidos e Demitidos (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), pela pesquisa Indicadores Industriais do Brasil divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Todos os indicadores indicam que a expansão da atividade econômica vem produzindo efeitos extremamente positivos no mercado de trabalho brasileiro. As contratações, especialmente no mercado formal, crescem, atingem patamares recordes e se generalizam por todos os setores econômicos. Nesse contexto, o desemprego alcança os menores níveis da série histórica e o rendimento médio e a massa de salários se expandem impulsionando as vendas do comércio. A robustez dos resultados supera as expectativas do final de 2007 e excedem amplamente os anos anteriores.

De acordo com a PME, a taxa de desemprego registrada nas seis regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa foi de 8,0% no período de janeiro a outubro de 2008, 1,6 pontos percentuais abaixo da taxa registrada no mesmo período do ano passado e a menor da série histórica. Esse recuo traduziu o crescimento da ocupação de forma mais intensa que a expansão da força de trabalho, medida pela população economicamente ativa. Essa dinâmica possibilitou uma redução de 14,5% (318 mil) no contingente de desempregados na comparação com o período análogo do passado.

GRÁFICO 4.1 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO E SEUS COMPONENTES - REGIÕES METROPOLITANAS



Fonte: PME

A queda do desemprego em 2008 foi disseminada por todas as regiões pesquisadas, sendo mais intensa nas regiões metropolitanas de Recife (menos 3,0 pontos percentuais) e de Salvador (menos 2,4 pontos percentuais), onde a retração esteve associada, principalmente, ao recuo da força de trabalho, e em menor grau, ao aumento da ocupação.

TABELA 4.1 – TAXA DE DESEMPREGO - REGIÕES METROPOLITANAS

	Jan-Out/2007	Jan-Out/2008
Recife	12,3%	9,3%
Salvador	14,1%	11,7%
Belo Horizonte	7,9%	6,7%
Rio de Janeiro	7,3%	6,8%
São Paulo	10,4%	8,6%
Porto Alegre	7,6%	6,1%
Total das regiões	9,6%	8,0%

Fonte: PME

Já o nível de ocupação atingiu 21,6 milhões de trabalhadores, uma expansão de 3,9% no acumulado de janeiro a outubro de 2008 ante igual período do ano passado o que correspondeu a um total de 814 mil novas oportunidade de trabalho. O indicador cresceu em todas as áreas cobertas pela PME, especialmente, nas regiões de Porto Alegre (5,2%) e São Paulo (5,0%). Esses percentuais representam, respectivamente, 93 mil e 444 mil novos postos de trabalho. Em termos absolutos, a região metropolitana do Rio de Janeiro gerou a segunda maior quantidade de empregos, atrás apenas de São Paulo. Os piores desempenhos, em termos absolutos e relativos, foram registrados nas regiões de Recife (1,6%) e de Salvador (1,0%).

**TABELA 4.2 – NÍVEL DE OCUPAÇÃO - REGIÕES METROPOLITANAS
(EM MIL EMPREGADOS)**

	Jan- Out/2007	Jan- Out/2008	Varição (mil)	Varição (%)
Recife	1.321	1.342	21	1,6%
Salvador	1.491	1.506	15	1,0%
Belo Horizonte	2.281	2.392	111	4,9%
Rio de Janeiro	5.107	5.238	131	2,6%
São Paulo	8.805	9.249	444	5,0%
Porto Alegre	1.771	1.864	93	5,2%
Total das regiões	20.776	21.591	814	3,9%

Fonte: PME

No âmbito setorial, o nível de ocupação nas regiões metropolitanas apresentou crescimento, no período de janeiro a outubro, nas principais atividades econômicas, com destaque para os Serviços, especialmente, em outros serviços e no grupamento composto pela administração pública, defesa, seguridade social, educação e serviços sociais. A indústria (incluindo extrativa, transformação e produção e distribuição de eletricidade gás e água) e o comércio registraram aumento no nível de emprego de 4,2% e 3,1% respectivamente. Houve redução no número de vagas, em serviços domésticos e outras atividades⁹.

**TABELA 4.3 – NÍVEL DE OCUPAÇÃO – SETORES ECONÔMICOS –
TOTAL DAS RMS (EM MIL EMPREGADOS)**

	Jan- Out/2007	Jan- Out/2008	Diferença (mil)	Varição (%)
Indústria extrativa e de transformação e produção e distribuição de eletricidade, gás e água	3.548	3.696	148	4,2%
Construção	1.505	1.567	62	4,1%
Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos	4.019	4.142	123	3,1%
Intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados à empresa	3.107	3.272	165	5,3%
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde e serviços sociais	3.244	3.412	168	5,2%
Serviços domésticos	1.724	1.683	(41)	-2,4%
Outros serviços	3.497	3.700	203	5,8%
Outras atividades	132	121	(11)	-8,4%
Total	20.776	21.591	815	3,9%

Fonte: PME

O bom momento registrado pelo mercado de trabalho metropolitano não é caracterizado apenas pela quantidade, mas pela qualidade dos postos de trabalho gerados. Considerando os indivíduos ocupados por posição na ocupação, no período de janeiro a outubro, destacou-se o expressivo aumento no número de empregados com carteira assinada, representando 90% das vagas, enquanto o montante de empregados sem carteira recuou. Esse dinamismo propiciou a elevação do grau de formalidade no mercado de trabalho metropolitano e gerou impactos na arrecadação previdenciária. De fato, a proporção de trabalhadores formais no setor privado em relação ao total de empregados alcançou 56%, 1,7 ponto percentual acima do mesmo período de 2007 e o

⁹ Destaca-se que o indicador do IBGE não é o mais apropriado para demonstrar a evolução do emprego na indústria pelo fato de estar restrito às regiões metropolitanas e não abranger todas as localidades do Brasil.

mais alto da série histórica, confirmando o processo de formalização no mercado de trabalho brasileiro.

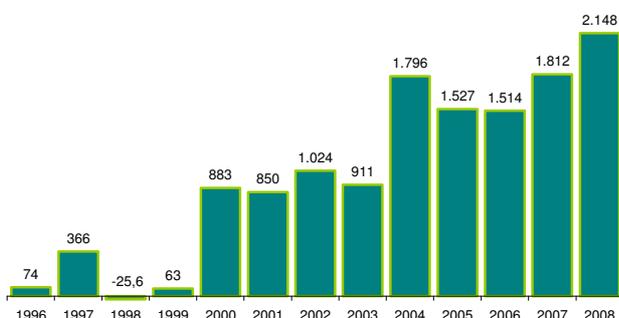
TABELA 4.4 – NÍVEL DE OCUPAÇÃO – POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO – TOTAL DAS RMS (EM MIL)

	Ocupação		Diferença (mil)	Diferença (%)
	Jan/Out-2007	Jan/Out-2008		
Empregados com carteira de trabalho assinada	9.761	10.484	723	7,4%
Empregados sem carteira de trabalho assinada	4.321	4.261	-60	-1,4%
Conta própria	4.021	4.064	43	1,1%
Empregadores	990	1.003	13	1,3%
Militares ou funcionários públicos estatutários	1.531	1.627	96	6,3%
Outros	152	152	0	0,2%
Total	20.776	21.591	815	3,9%

Fonte: PME

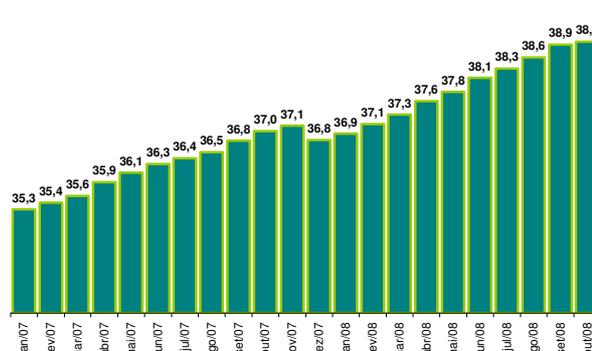
O movimento de formalização do emprego não atinge apenas as regiões metropolitanas. Com base nos dados do CAGED/MTE disponíveis até outubro, foram gerados 2,15 milhões de empregos com carteira assinada no Brasil. Esse número é 18,5% superior às novas vagas criadas no mesmo período do ano passado e refletiu o aumento no ritmo das contratações nos serviços (755 mil), na indústria de transformação (506 mil) e, surpreendentemente pela intensidade, na construção civil (318 mil). O setor agropecuário foi responsável pelo acréscimo de 201 mil novas vagas. Vale destacar que o desempenho até aqui se configura na maior quantidade de postos de trabalho criados da série disponível para o Brasil.

GRÁFICO 4.2 – GERAÇÃO DE EMPREGO FORMAL – JAN-OUT (EM MIL EMPREGADOS)



Fonte: MTE

GRÁFICO 4.3 – ESTOQUE DE EMPREGO FORMAL (EM MILHOES DE EMPREGADOS)



Fonte: MTE

A intensa geração de postos de trabalho em 2008 elevou o nível de emprego formal em 5,1% no ano, atingindo em outubro 38,9 milhões de trabalhadores no País. Na mesma direção, ocorreu um crescimento generalizado nos principais setores da economia, registrando 6,9% no comércio, 6,2% na indústria de transformação e 3,6% nos serviços. A construção civil gerou menos vagas, mas o número representa um montante de empregados 17,8% superior ao ano passado, o maior desde o início da série e entre as atividades econômicas. Diante desse desempenho, os níveis de emprego alcançado nos dez meses do ano constituíram-se em recordes históricos.

**TABELA 4.5 –EMPREGOS COM CARTEIRA ASSINADA -
SETORES ECONÔMICOS - BRASIL – JAN-OUT 2008**

	Estoque médio de empregados		Variação (empregos)	Variação (%)
	Jan/Out-2007	Jan/Out-2008		
Agropecuária	1.554.016	1.574.017	20.002	1,3%
Indústria Extrativa	191.288	205.614	14.326	7,5%
Indústria de Transformação	6.514.599	6.912.515	397.917	6,1%
SIUP	372.868	385.067	12.199	3,3%
Construção Civil	1.533.001	1.806.362	273.361	17,8%
Comércio	6.442.476	6.886.844	444.368	6,9%
Serviços	19.493.713	20.193.263	699.550	3,6%
Total	36.101.959	37.963.683	1.861.723	5,2%

Fonte: MTE

Mais especificamente na indústria de transformação brasileira, foram gerados, de janeiro a outubro de 2008, em torno de 500 mil novos postos de trabalho de acordo com os dados do CAGED. As empresas produtoras de alimentos, vestuário e refino de petróleo (incluídos biocombustíveis) forneceram as maiores contribuições para esse resultado. Apenas o setor de fabricação de produtos de madeira registrou fechamento de postos de trabalho no período (ver tabela 4.6).

Como consequência, o contingente de empregados com carteira assinada na indústria de transformação atingiu 6,9 milhões de trabalhadores – nível médio mensal - no período de janeiro a outubro de 2008, um aumento de 6,6% comparativamente à igual período de 2007. Em termos absolutos, esse percentual representou 398 mil empregados a mais no setor. Com exceção dos setores madeireiro e fumageiro, todos os demais apresentaram crescimento no indicador, com destaque em termos absolutos, para as empresas de alimentos, veículos automotores, produtos de metal e máquinas e equipamentos.

Em termos percentuais, o número de trabalhadores aumentou de forma mais acentuada nas indústrias de máquinas e equipamentos, de outros equipamentos de transporte e de veículos automotores.

**TABELA 4.6 EMPREGOS COM CARTEIRA ASSINADA
INDÚSTRIA - BRASIL**

	Estoque médio de empregados		Variação (empregos)	Variação (%)
	Jan/Out-2007	Jan/Out-2008		
Produtos alimentícios	1.223.774	1.275.290	51.516	4,2%
Bebidas	107.298	115.474	8.176	7,6%
Produtos de fumo	22.520	22.395	-125	-0,6%
Produtos têxteis	301.487	309.640	8.153	2,7%
Vestuário e acessórios	591.178	624.569	33.391	5,6%
Couros e calçados	401.547	416.811	15.264	3,8%
Produtos de madeira	229.823	218.969	-10.854	-4,7%
Celulose	156.588	161.389	4.801	3,1%
Impressão e reprodução	103.162	108.775	5.613	5,4%
Coque e deriv. petróleo e biocomb.	125.238	137.427	12.189	9,7%
Produtos químicos	242.596	250.319	7.723	3,2%
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	85.095	89.277	4.182	4,9%
Produtos de borracha e material plástico	401.924	425.683	23.759	5,9%
Produtos de minerais não metálicos	329.808	348.411	18.602	5,6%
Metalurgia	239.709	259.231	19.522	8,1%
Produtos de metal	430.337	474.798	44.460	10,3%
Equip. inform., mat. eletrônico e ópticos	145.321	160.542	15.222	10,5%
Máquinas, aparelhos e material elétrico	180.733	197.811	17.077	9,4%
Máquinas e equipamentos	303.983	344.724	40.742	13,4%
Veículos automotores, reboques e carrocerias	403.031	450.412	47.381	11,8%
Outros equipamentos de transporte	72.309	81.272	8.963	12,4%
Móveis	219.294	228.523	9.229	4,2%
Produtos diversos	108.925	115.072	6.147	5,6%
Manut., reparação e inst. máquinas e equip.	88.918	95.702	6.784	7,6%
Total	6.514.599	6.912.515	397.917	6,1%

Fonte: CAGED/RAIS

A trajetória do emprego na indústria de transformação, com base nos Indicadores Industriais da CNI, confirma o singular desempenho da geração de emprego no parque industrial brasileiro em 2008. De fato, o nível de emprego aponta uma expansão de 4,4% no acumulado de janeiro a setembro em relação ao mesmo período de 2007 (ver tabela 4.7). Da mesma forma que os dados divulgados pelo MTE, tal desempenho se configura no melhor da série.

As atividades industriais que mais contribuíram para a expansão do emprego foram máquinas e equipamentos, alimentos e bebidas e veículos automotores. Vale destacar, a intensidade do crescimento do emprego no setor de outros equipamentos de transporte: 20,0%. Por outro lado, os setores de madeira, vestuário e acessórios e material eletrônico e comunicação reduziram o quadro de funcionários no período.

**TABELA 4.7 – NÍVEL DE EMPREGO – ATIVIDADES INDUSTRIAIS - BRASIL
(JAN-SET 2008)**

	Varição acumulada no ano (%)	Varição acumulada em 12 meses (%)
Alimentos e bebidas	4,5%	4,8%
Produtos têxteis	3,7%	3,1%
Conf. art. vestuário e acessórios	-4,7%	-4,6%
Prep. couro, fab. art. couro e calçados	0,1%	-1,1%
Produtos de madeira	-12,0%	-11,2%
Celulose, papel e prod. papel	1,9%	1,8%
Edição, impr. e reprod. gravações	2,2%	1,9%
Coque, refino comb. nuclear, álcool	2,8%	4,1%
Produtos químicos	3,9%	3,5%
Artigos borracha e plástico	5,9%	6,0%
Prod. minerais não-metálicos	3,0%	2,3%
Metalurgia básica	4,8%	4,7%
Prod. metálicos - excl. máquinas	5,9%	6,3%
Máquinas e equipamentos	12,5%	12,1%
Máq., aparelhos e mat. elétricos	8,1%	8,9%
Mat. eletrônico e equip. comunic.	-1,6%	-1,7%
Veículos automotores	9,0%	9,2%
Outros equipamentos de transporte	20,0%	21,9%
Móveis, indústrias diversas	3,6%	3,6%
Indústria de Transformação	4,4%	4,4%

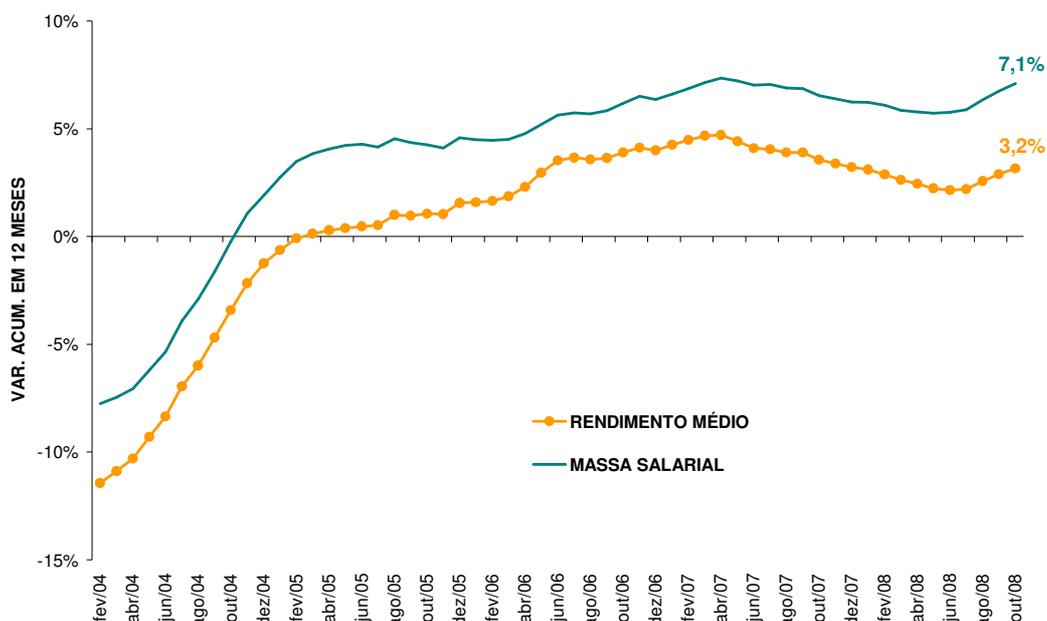
Fonte: CNI

Por fim, a última variável analisada do mercado de trabalho brasileiro é o rendimento do trabalhador. Nesse caso, há duas fontes de informações: a primeira é a Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE), que abrange o setor formal e informal da economia das seis principais regiões metropolitanas. A segunda, a partir da Pesquisa Indicadores Industriais do Brasil (CNI), se refere aos salários recebidos pelos trabalhadores da indústria de transformação brasileira.

O crescimento da atividade econômica vem produzindo melhorias significativas também nos salários dos trabalhadores. O rendimento médio nas seis regiões metropolitanas abrangidas pela PME/IBGE cresceu 3,2% no período de janeiro a outubro em relação a igual período de 2007. Esse desempenho confirma a manutenção da tendência de ganhos reais: desde março de 2005, os rendimentos médios dos trabalhadores não registram queda na variação em doze meses. A massa salário não cai, na mesma base de comparação, desde novembro de 2004.

A estabilização dos preços, os aumentos reais do salário mínimo e os reajustes no setor público e privado explicam este comportamento.

GRÁFICO 4.4 – EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS - REGIÕES METROPOLITANAS (%) ACUMULADO EM 12 MESES



Fonte: PME

Em valores de outubro, o rendimento médio real habitualmente recebido pelo trabalhador, nos nove primeiros meses do ano, chegou a R\$ 1.245,93, R\$ 38,6 acima do valor recebido no mesmo período de 2007, R\$ 1.207,32. Assim, cada trabalhador recebeu em média R\$ 38,6 por mês a mais do que o ano passado o que totaliza R\$ 386,00 reais nos dez primeiros meses de 2008, já descontados os efeitos inflacionários.

A massa salarial do total das regiões pesquisadas, resultado do produto do rendimento médio real habitualmente recebido pelo número de ocupados, cresceu 7,3% no período de janeiro a outubro de 2008 ante o mesmo período de 2007, impulsionada pela forte expansão do emprego. Em valores, o crescimento dos rendimentos recebidos habitualmente pelos trabalhadores representou uma injeção média de R\$ 1,81 bilhão a mais por mês na comparação com o ano passado. Esse valor representa, para as economias das regiões metropolitanas pesquisadas, em dez meses cerca de R\$ 18 bilhões.

**TABELA 4.8 – RENDIMENTOS REAIS HABITUALMENTE RECEBIDOS - RMS
(%) ACUMULADO JAN-OUT 2008**

	Rendimentos reais	
	Médio	Massa salarial
Recife	-1,3%	-0,1%
Salvador	6,1%	7,0%
Belo Horizonte	3,6%	8,5%
Rio de Janeiro	4,7%	7,5%
São Paulo	2,4%	7,6%
Porro Alegre	3,1%	8,5%
Total	3,2%	7,3%

Fonte: PME

Considerados por posição na ocupação, os ganhos atingiram 4,7% no segmento dos trabalhadores por conta-própria, seguindo-se os relativos aos trabalhadores do setor público, 4,2%, do setor privado sem carteira, 2,6%, enquanto os trabalhadores com carteira assinada apresentaram um crescimento bem inferior de 1,7%.

**TABELA 4.9 – RENDIMENTOS REAIS POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
TOTAL DAS REGIÕES**

	Rendimento médio (R\$)		Variação (R\$)	Variação (%)
	Jan/Out-2007	Jan/Out-2008		
Contra-própria	1.003	1.050	47,5	4,7%
Setor privado com carteira	1.224	1.245	21,2	1,7%
Setor privado sem carteira	788	809	20,4	2,6%
Setor Público	1.865	1.942	77,4	4,2%
Total	1.207	1.246	38,6	3,2%

Fonte: PME

No mesmo sentido, segundo dados da Pesquisa Indicadores Industriais da CNI, a massa salarial na Indústria de Transformação brasileira cresceu 5,3%, em termos reais, no ano encerrado em setembro comparativamente ao mesmo período do ano passado. Em termos setoriais, a maioria das atividades industriais registrou aumento nos salários pagos aos trabalhadores. Pela intensidade, vale destacar a expansão da massa de salários nos setores de outros equipamentos de transporte, veículos automotores e máquinas e equipamentos. As contribuições negativas foram dadas pelas empresas de vestuário e confecções, couros e calçados, madeira e edição e impressão.

Já a remuneração média por trabalhador na indústria nacional, considerada a mesma base de comparação, aumentou apenas 0,5% reproduzindo as reduções significativas nas empresas produtoras de outros equipamentos de transporte, máquinas e aparelhos elétricos e couros e calçados. Por outro lado, o rendimento médio cresceu de forma intensa nos setores de material eletrônico e de comunicação e veículos automotores.

É importante referir que o crescimento modesto do salário médio não pode ser encarado, a priori, como um aspecto negativo. O que ocorre, em períodos de grande crescimento do emprego, é o ingresso de um número significativo de trabalhadores iniciantes que recebem um salário inferior aos funcionários empregados há mais tempo, diminuindo a média.

**TABELA 4.10– RENDIMENTOS - INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO – BRASIL
(%) ACUMULADO NO ANO – JAN-SET 2008**

	Rendimentos reais	
	Salário médio	Massa salarial
Alimentos e bebidas	1,9%	6,5%
Produtos têxteis	2,4%	6,2%
Conf. art. vestuário e	1,7%	-3,1%
Prep. couro, fab. art. couro e	-3,5%	-3,2%
Produtos de madeira	5,0%	-7,6%
Celulose, papel e prod. papel	-0,6%	1,3%
Edição, impr. e reprod.	-2,3%	-0,2%
Coque, refino comb. nuclear,	0,0%	2,5%
Produtos químicos	-3,2%	0,5%
Artigos borracha e plástico	-0,5%	5,4%
Prod. minerais não-metálicos	-0,1%	2,8%
Metalurgia básica	0,3%	5,1%
Prod. metálicos - excl.	1,5%	7,4%
Máquinas e equipamentos	-2,1%	10,1%
Máq., aparelhos e mat.	-3,8%	4,1%
Mat. eletrônico e equip.	5,8%	4,0%
Veículos automotores	3,0%	12,3%
Outros equipamentos de	-5,3%	13,7%
Móveis, indústrias diversas	1,0%	4,6%
Indústria de Transformação	0,5%	5,3%

Fonte: CNI

Segundo as projeções da Unidade de Estudos Econômicos, mantido o atual padrão de crescimento do emprego formal brasileiro em 2008 o País deverá encerrar o ano contabilizando algo em torno de 1,9 milhões de novas vagas. Na indústria total, este número deverá ser de 710 mil, acima do registrado no ano passado: 588 mil. Mais especificamente na indústria de transformação, espera-se a geração de 428 mil postos de trabalho, número superior ao registrado no ano passado.

Já para 2009, com a mudança significativa na conjuntura para a atividade econômica no Brasil e tendo como base o cenário moderado, têm-se as condições para se criar 681 mil de empregos, bem abaixo dos números de 2008. Vale ressaltar que em qualquer dos cenários o ritmo de geração de empregos, em 2009, deverá ser um bem menor do que o ano de 2008, devido à intensidade da crise e à alta base de comparação. Na indústria total projeta-se uma criação de 222 mil postos de trabalho, sendo 174,5 mil na indústria de transformação.

No cenário mais pessimista, as projeções para a economia são, naturalmente piores, e como consequência estima-se um ritmo ainda menor de geração de empregos formais. Porém, acredita-se que 500 mil de empregos no ano de 2009 sejam criados.

No cenário otimista, expresso em uma expectativa de expansão econômica mais intensa, a geração de emprego formal no Brasil deverá alcançar 858 mil.

**TABELA 4.11- PERSPECTIVAS PARA A GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO
FORMAIS - BRASIL**

	2007	2008*	Cenários 2008		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Agropecuária	21.093	56.996	11.770	13.833	15.945
Indústria Total	588.853	710.408	167.900	222.472	301.079
Indústria de transformação	394.584	428.254	121.261	174.538	237.815
Serviços	1.007.446	1.125.984	323.767	445.072	586.377
Total	1.617.392	1.893.388	503.437	681.377	903.401

Fonte: MTE. *Previsão. Estimativas: UEE/FIERGS

6. SETOR EXTERNO BRASILEIRO

O BALANÇO DE PAGAMENTOS BRASILEIRO EM 2008 SUPORTOU AOS MENORES SALDOS COMERCIAIS E À MENOR ENTRADA DE CAPITAIS, NO SEGUNDO SEMESTRE, MANTENDO-SE ESTÁVEL.

O saldo da balança comercial contrair-se-á pelo terceiro ano consecutivo. A despeito do bom desempenho das exportações, foram as importações que mais cresceram. O estoque de IED resultou num maior fluxo de rendas enviadas para o exterior, e a escassez de liquidez no mercado financeiro internacional resultaram em elevado déficit nas transações correntes.

O Balanço de Pagamentos brasileiro em 2008, foi alvo do olhar atendo do mercado e dos analistas. O elevado déficit em Transações Correntes, que no acumulado do ano até outubro atingiu US\$ 24,8 bilhões, foi observado com atenção, pois, nos últimos 12 meses, o déficit atingiu 1,71% do PIB, enquanto no mesmo período do ano passado a proporção era positiva em 0,43%. Nem mesmo o superávit de US\$ 20,8 bilhões na Balança Comercial e de US\$ 3,3 bilhões nas transferências unilaterais correntes foi suficiente para cobrir os quase US\$ 49 bilhões de renda líquida enviada ao exterior neste ano.

**TABELA 6.1 – BALANÇO DE PAGAMENTOS
(EM US\$ MILHÕES)**

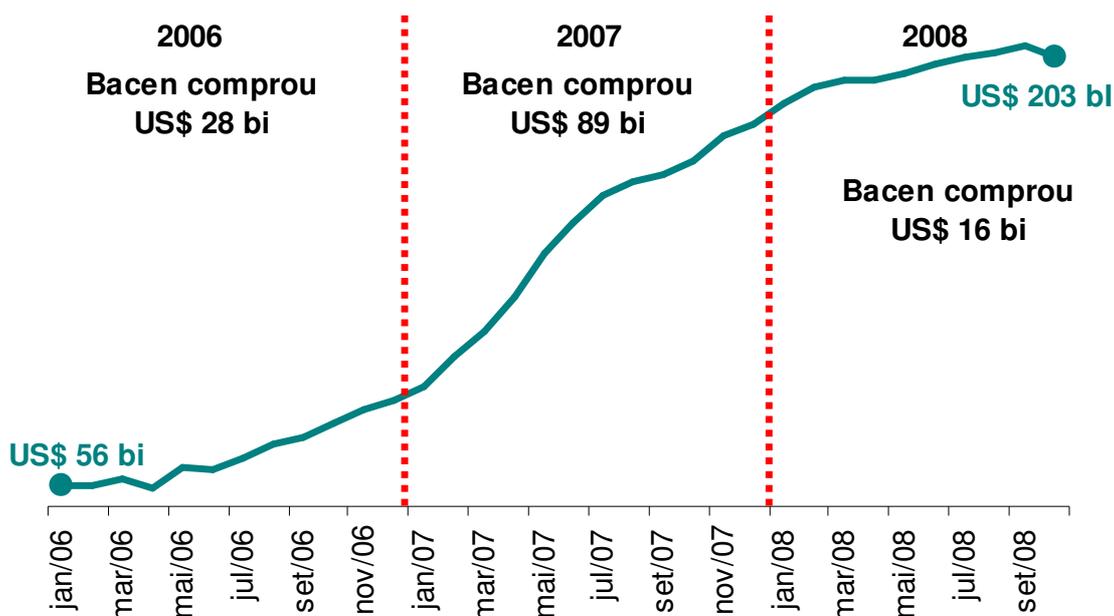
	Jan-Out 2007	Jan-Out 2008	Var. (%)
Balança comercial (FOB)	34.366	20.845	-39%
Exportação de bens	132.367	169.372	28%
Importação de bens	-98.001	-148.527	52%
Serviços e rendas (líquido)	-34.123	-48.961	43%
Transferências unilaterais correntes	3.258	3.344	3%
TRANSAÇÕES CORRENTES	3.500	-24.771	-808%
Conta capital	616	935	52%
Conta financeira	76.375	40.872	-46%
Investimento direto	30.322	19.100	-37%
Investimento brasileiro direto	-848	-15.647	1746%
Participação de capital	-7.721	-10.209	32%
Empréstimos Intercompanhia	6.873	-5.438	-179%
Investimento estrangeiro direto	31.169	34.747	11%
Participação de capital	22.514	22.759	1%
Empréstimos Intercompanhia	8.655	11.988	39%
Investimentos em carteira	40.894	9.600	-77%
Investimento brasileiro em carteira	-1.050	509	-148%
Investimento estrangeiro em carteira	41.945	9.092	-78%
Ações de companhias brasileiras	19.094	-4.897	-126%
Títulos de renda fixa	22.851	13.989	-39%
Derivativos	-392	-345	-12%
CONTA CAPITAL E FINANCEIRA	76.991	41.807	-46%
Erros e Omissões	-2.496	-1.686	-32%
RESULTADO DO BALANÇO	77.996	15.350	-80%

Fonte: BCB. Elaboração: FIERGS

Esse resultado pode ser creditado, em parte, ao aumento da atividade interna, que tende a absorver recursos do exterior, e, também, ao aumento do estoque de investimento externo no País. Esse estoque resulta num maior fluxo de rendas enviadas para o exterior. Na atual conjuntura, o crescimento nas remessas enviadas pode ser explicado por três fatores: (a) o aumento no estoque de IED no Brasil, que expande o montante de recursos (lucros) obtidos aqui; (b) a apreciação do real em relação ao dólar, fazendo com que a rentabilidade em dólares dos ativos em reais seja maior; (c) a conjuntura externa de baixa liquidez e necessidade de caixa das matrizes de muitas empresas. Segundo o Banco Central, as rendas de investimento direto (lucros e dividendos) atingiram US\$ 22 bilhões no acumulado de janeiro a outubro. As remessas da indústria somaram US\$ 15,2 bilhões, em que se destacam os setores automotivo (US\$ 5,2 bilhões) e metalúrgico (US\$ 3,6 bilhões). Esses gêneros são justamente os que registram bons resultados no Brasil e estão entre aqueles com maiores prejuízos nos países de origem. O mesmo ocorre nas remessas de rendas do setor de serviços, o montante enviado foi de US\$ 6,3 bilhões, sendo que, o setor financeiro foi responsável por cerca de 38% desse valor.

Mas, cabe destacar que o déficit nas Transações Correntes, por si só, não deve ser encarado como um problema, dado que haja um fluxo positivo na Conta Capital e Financeira suficiente para financiar o excesso de consumo externo (esse movimento pode ser mais bem compreendido no Box situado no final do texto). De fato, pelo menos nos nove primeiros meses do ano, foi o que se observou. A entrada de recursos externos tanto via investimentos diretos, quanto em carteira foram suficientes para financiar os déficits nas Transações Correntes, de modo que o saldo da Conta Capital e Financeira fechou positivo em US\$ 41,8 bilhões no acumulado do ano. Contudo, o que se observa é um movimento de desalavancagem em âmbito mundial que se reflete em uma menor entrada de investimentos, principalmente em carteira, mês após mês.

GRÁFICO 6.1 – EVOLUÇÃO DAS RESERVAS BRASILEIRAS (ATÉ OUTUBRO/2008)



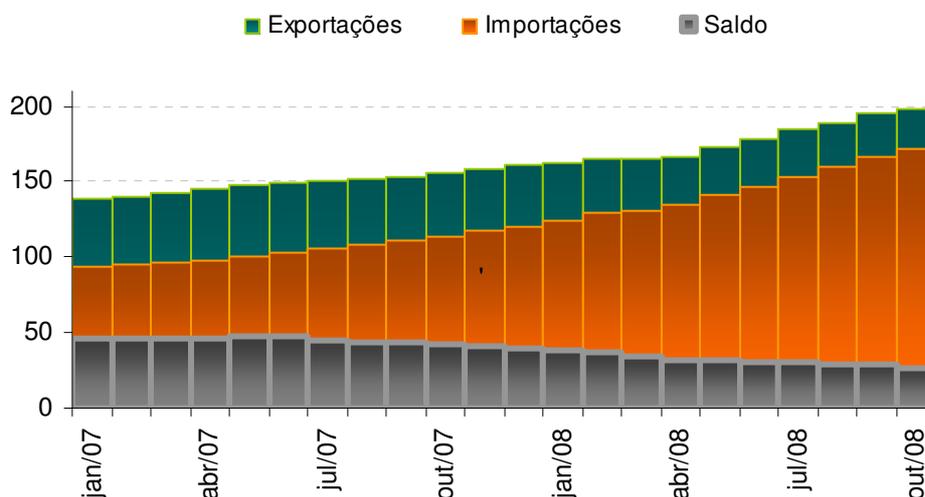
Fonte: BCB

Contudo, a tendência que se observou durante o ano, em que os déficits nas Transações Correntes eram financiados pela entrada de investimentos não se repetiu em outubro. O déficit na conta financeira atingiu US\$ 8,3 bilhões, e esse resultado decorreu, em parte, da liquidação de posições de investidores estrangeiros no mercado financeiro doméstico, que totalizaram US\$ 7,8 bilhões. É um valor superior ao de setembro de 1998 (US\$ 5,8 bi), que precedeu a crise cambial que levou ao colapso do regime de bandas cambiais. As vendas mais expressivas ocorreram na Bovespa, onde se verificou a saída de US\$ 6,06 bilhões, valor recorde da série histórica do Banco Central, que se inicia em 1995. A situação é menos grave no segmento de renda fixa, em que predominam os títulos do Tesouro Nacional, essas saídas totalizaram US\$ 1,8 bilhão.

De qualquer forma, o saldo do Balanço de Pagamentos no acumulado do ano até outubro é positivo em aproximadamente US\$ 15 bilhões, valor bem menos expressivo que os US\$ 78 bilhões atingidos em 2007. E esse saldo pode diminuir com os resultados dos dois últimos meses do ano. Os dados de outubro merecem atenção e podem dar a tônica do que está por vir. Quanto às reservas cambiais, estas totalizaram US\$ 203,6 bilhões em julho, no conceito de liquidez¹⁰. Até o agravamento da crise, o Banco Central revelou uma menor intervenção no câmbio, comprando cerca de US\$ 18 bilhões até agosto, já nos meses de agosto e setembro as vendas líquidas foram de aproximadamente US\$ 2 bilhões. No total, a autoridade monetária comprou US\$ 16 bilhões em 2008 (de janeiro a outubro) frente aos US\$ 89 bilhões de 2007.

Na Balança Comercial, as exportações brasileiras superaram as expectativas de mercado do início do ano, que indicavam um valor próximo a US\$ 171 bilhões. Os dados computados até outubro registram vendas no valor de US\$ 169,4 bilhões, enquanto que os dados acumulados em 12 meses, que representam mais precisamente a tendência da variável, apontam valor superior a US\$ 197 bilhões, conforme mostra o gráfico 6.2.

GRÁFICO 6.2 - EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA ACUMULADO EM 12 MESES (EM US\$ BILHÕES)



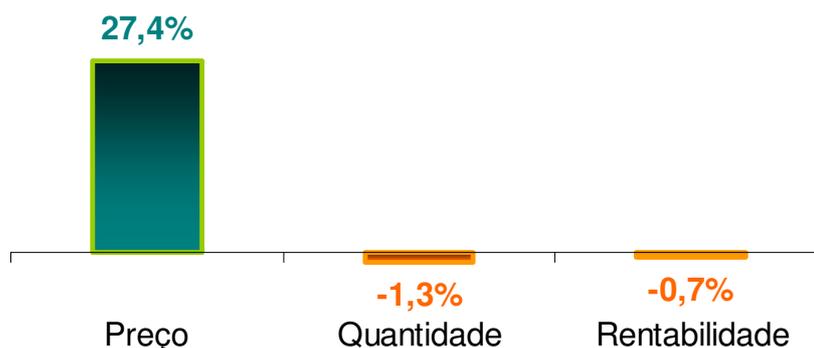
Fonte: Secex/MDIC .Elaboração: UEE / FIERGS

Outro ponto que mereceu atenção nesse ano foram os saldos comerciais menores, resultado de um forte crescimento das importações. Apesar do crescimento de 28% das exportações, as importações cresceram mais, 52% no acumulado do ano até outubro.

¹⁰ Inclui o saldo de linhas com recompra.

Mesmo assim, o ano de 2008, mostrou-se bastante favorável para as exportações brasileiras. Ademais, deve-se lembrar que o desempenho de 2007 frente a 2006 também foi bastante satisfatório. O país está numa trajetória de crescimento das exportações que já dura 9 anos, portanto a base comparativa para o crescimento é bastante elevada. E, mesmo sofrendo os efeitos do Real valorizado, na maior parte do ano, os exportadores souberam aproveitar o momento de preços favoráveis no mercado internacional.

**GRÁFICO 6.3 – EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS -
INDICES DE PREÇO, QUANTIDADE E RENTABILIDADE
(VAR % DO ACUMULADO NOS ÚLTIMOS 12 MESES TERMINADOS OUTUBRO)**



Fonte: Funcex. Elaboração: FIERGS

A manutenção das altas taxas de crescimento das economias emergentes até meados de 2008, quando o nível de incerteza sobre a dimensão e o alcance da crise eram elevados, ainda existia a expectativa de o crescimento da economia mundial, neste ano, permanecesse bastante elevado e que em 2009 haveria apenas uma desaceleração em relação à 2008. Nesse contexto, seja pelos motivos acima citados, de expansão da produção e da demanda, seja pela especulação no mercado de futuros, o preço das *commodities* no mercado internacional mantinham-se bastante elevados. Essa situação beneficiou, sobremaneira, as exportações brasileiras, que tem um perfil bastante voltado para esses tipos de bens. Por exemplo, as exportações de óleos brutos de petróleo, grãos de soja e minério de ferro representaram mais de 20% do total exportado pelo País, neste ano, e esse cálculo não contempla outras mercadorias que também foram beneficiadas por essa conjuntura e que apresentam grande participação na pauta, como o *fuel-oil*, as carnes e óleo de soja.

GRÁFICO 6.4 – PREÇO DO BARRIL DO PETRÓLEO - 1ºJAN-25NOV (EM US\$)



Fonte: Ipeadata. Elaboração: FIERGS

Dessa forma, o aumento das exportações brasileiras, explicado pelo maior preço das exportações, como podemos observar pela variação no índice de preço exportado, apresentado no gráfico 6.3 (+27,4%), os setores mais beneficiados foram petróleo e carvão (80,6%), óleos vegetais (61,1%), agropecuária (50,1%) e siderurgia (36,1%). O resultado obtido também revela uma redução na quantidade (-1,3%), principalmente dos setores de minerais não metálicos (-20%), madeira e mobiliário (-17%) e couro e calçados (-14%), e da rentabilidade das exportações (-0,7%), em que se destacam as quedas nos setores de equipamentos eletrônicos, veículos (-10%) e máquinas e tratores (-9,4%). Essa variável reflete, em parte, a valorização do real, que diminui a competitividade dos produtos brasileiros, forçando as empresas a reduzirem suas margens de retorno¹¹.

Dois fatores podem ser identificados como causadores da diminuição no *quantum* das exportações. O primeiro é o aumento na absorção doméstica, visto que parte da produção que seria exportada é direcionada para o mercado interno. O segundo fator está na valorização da taxa de câmbio, que torna os bens produzidos no Brasil mais caros em dólares.

**TABELA 6.2 – EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS - POR GÊNERO DA INDÚSTRIA
(EM US\$ MILHÕES)**

Gênero da Indústria	Jan-Out 2007	Part. (%)	Jan-Out 2008	Part. (%)	Var. (%)	US\$ milhões
Alimentos e Bebidas	22.313	17%	29.046	17%	30%	6.733
Extrativa Mineral	17.328	13%	28.237	17%	63%	10.909
Material de Transporte	17.688	13%	20.455	12%	16%	2.767
Metalurgia Básica	14.503	11%	18.246	11%	26%	3.743
Química	7.718	6%	8.853	5%	15%	1.135
Máquinas e Equipamentos	7.457	6%	8.629	5%	16%	1.172
Refino de Petróleo	4.826	4%	6.431	4%	33%	1.605
Material Elet. e de Comunic.	4.997	4%	5.682	3%	14%	685
Celulose e Papel	3.824	3%	4.967	3%	30%	1.143
Couros, Artefatos e Calçados	3.630	3%	3.501	2%	-4%	-129
Indústrias diversas	3.350	3%	3.344	2%	0%	-6
Borracha e Plástico	2.124	2%	2.480	1%	17%	356
Madeira	2.783	2%	2.439	1%	-12%	-344
Fumo	1.968	1%	2.420	1%	23%	452
Têxteis	1.486	1%	1.652	1%	11%	166
Produtos de Metal	1.327	1%	1.546	1%	16%	219
Móveis	821	1%	836	0%	2%	15
Vestuário e Acessórios	259	0%	230	0%	-11%	-29
Total da Indústria	118.402	89%	148.996	88%	26%	30.594
Básicos	11.533	9%	16.112	10%	40%	4.579
Transações Especiais	2.432	2%	4.265	3%	75%	1.833
Total Geral	132.367	100%	169.372	100%	28%	37.005

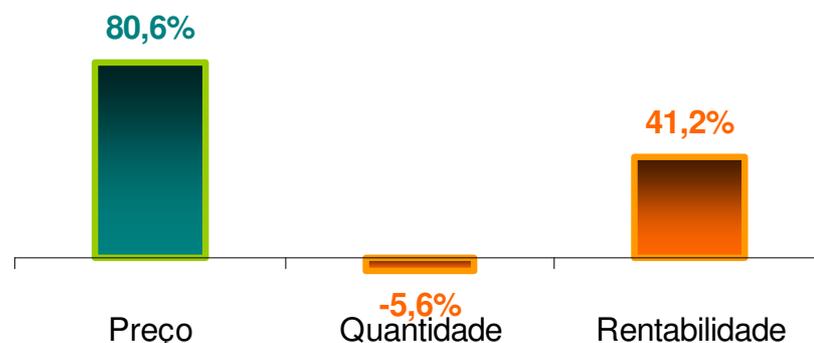
Fonte: MDIC/SECEX. Elaboração: FIERGS

Nessa conjuntura, o destaque das exportações brasileiras no ano ficou por conta de alimentos e bebidas que exportou mais 30% na comparação de janeiro a outubro 2007/2008. A expansão na demanda mundial por alimentos, principalmente, nos países asiáticos favoreceu as exportações brasileiras de carnes (US\$ 11,3 bilhões) e óleo de soja (US\$ 2,4 bilhões). O gênero de extrativa mineral, onde estão as atividades de extração de minérios de ferro (US\$ 14,2 bilhões) e óleos brutos de petróleo (US\$ 11,4

¹¹ Segundo nota técnica da Funcex, a evolução da rentabilidade é determinada a partir dos índices de preço de exportação (total e setorial), a taxa de câmbio nominal e os índices de custo (total e setorial).

bilhões), por exemplo, vendeu mais 63% neste ano, representando cerca de 30% do crescimento das exportações totais do País. Nas exportações de material de transporte destacam-se as vendas de aeronaves (US\$ 3,5 bilhões) e automóveis com motor a explosão (US\$ 3,6 bilhões).

**GRÁFICO 6.5 – EXPORTAÇÕES DE PETRÓLEO E CARVÃO -
ÍNDICES DE PREÇO, QUANTIDADE E RENTABILIDADE
(VAR. % DO ACUMULADO NOS QUATRO TRIMESTRES ATÉ 3º TRIM.)**



Fonte: Funcex

Nas exportações por grau de elaboração, os semi-manufaturados e os manufaturados também foram impulsionados pelo fator preço. Ambos os grupos apresentaram crescimento de 27,5% e 18,1% nos índices de preços, respectivamente. Por outro lado, o quantum de semi-manufaturados aumentou apenas 1,47% e o de manufaturados reduziu 4,7%. Essa conjuntura foi bastante prejudicial às indústrias que tiveram de enfrentar os maiores custos de matérias-primas, produtos intermediários e combustíveis e lubrificantes, como os petroquímicos e polietilenos, e não alcançaram preços tão favoráveis no mercado externo quanto o das matérias-primas. Além disso, as receitas em Reais foram mais fracas, pesando novamente sobre os custos.

**TABELA 6.3 – EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS - POR GRAU DE ELABORAÇÃO
(EM US\$ MILHÕES)**

	US\$ milhões		Variação		Participação	
	Jan-Out	Jan-Out	%	US\$ milhões	Jan-Out	Jan-Out
	2007	2008			2007	2008
Manufaturados	69.194	78.209	13%	9.015	52%	46%
Semimanufaturados	18.069	23.477	30%	5.407	14%	14%
Básicos	42.443	63.111	49%	20.668	32%	37%
Outros	2.661	4.575	72%	1.915	2%	3%
Total	132.367	169.372	28%	37.006	100%	100%

Fonte: MDIC/SECEX. Elaboração: FIERGS

Outro destaque foram as exportações de básicos, como a soja, os óleos brutos de petróleo e o minério de ferro. O grupo cresceu 40% na comparação dos dez primeiros meses de 2008 com o mesmo período de 2007, totalizando US\$ 63 bilhões. Esse resultado foi impulsionado por um aumento de 47% dos preços no período, enquanto o crescimento no *quantum* foi de apenas 0,1%.

**TABELA 6.4 – EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS - POR ESTADOS
(EM US\$ MILHÕES)**

	US\$ milhões		Variação		Participação	
	Jan-Out	Jan-Out	%	US\$ milhões	Jan-Out	Jan-Out
	2007	2008			2007	2008
SAO PAULO	42.545	48.842	15%	6.297	32,1%	28,8%
MINAS GERAIS	15.202	21.216	40%	6.014	11,5%	12,5%
RIO GRANDE DO SUL	12.577	16.127	28%	3.550	9,5%	9,5%
RIO DE JANEIRO	11.525	15.233	32%	3.708	8,7%	9,0%
PARANA	10.288	13.399	30%	3.111	7,8%	7,9%
PARA	6.465	9.060	40%	2.596	4,9%	5,3%
ESPIRITO SANTO	5.736	8.664	51%	2.929	4,3%	5,1%
BAHIA	5.919	7.614	29%	1.695	4,5%	4,5%
SANTA CATARINA	6.098	7.206	18%	1.108	4,6%	4,3%
MATO GROSSO	4.287	6.794	58%	2.507	3,2%	4,0%
TOTAL DO GRUPO	120.641	154.155	28%	33.514	91%	91%
TOTAL GERAL	132.367	169.372	28%	37.006	100,0%	100,0%

Fonte: MDIC/SECEX. Elaboração: FIERGS

O ranking dos principais estados exportadores do Brasil ficou da seguinte forma: São Paulo consolidou sua posição de maior exportador alcançando a soma de US\$ 48,8 bilhões até outubro. A pauta de exportação de São Paulo é bastante diversificada, desta forma é difícil apontar os produtos que determinam esse resultado, mas podemos destacar as vendas de aviões, telefones celulares, automóveis, álcool etílico e açúcar.

Minas Gerais assume com certa folga a posição de segundo maior exportador, acumulando até outubro US\$ 21,2 bilhões. Os destaques são as vendas de minério de ferro e seus derivados, além de café. O estado de Minas foi favorecido pelo aumento da demanda mundial por *commodities* minerais e, em função disso, o incremento significativo dos preços destes produtos.

O Rio Grande do Sul manteve a terceira colocação, exportando até outubro US\$ 16,1 bilhões. O resultado é determinado fundamentalmente pela recuperação das exportações de soja, após a safra de 2004/05 afetada fortemente pela estiagem. Pelo lado da indústria, o destaque ficou por conta do segmento de alimentos, impulsionado pelo crescimento das exportações de óleo de soja e carnes (suína e bovina) principalmente para a China e Rússia; e de máquinas e implementos agrícolas e químicos para a Argentina.

O Rio de Janeiro, na quarta posição, aproximou-se bastante do Rio Grande do Sul devido ao crescimento nas vendas de petróleo e seus derivados. O estado do Paraná que foi atingido por forte estiagem que prejudicou significativamente a exportações de produtos primários. Por outro lado, o Rio de Janeiro teve aumento das exportações de petróleo e do elevado nível de preços que vigorou durante boa parte de 2006. Com isso, acumulou US\$ 9,5 bilhões em vendas para o exterior e registrou um crescimento de 47% em relação ao mesmo período do ano passado. Cabe também destacar o crescimento de 40% das exportações do estado do Pará, resultado dos embarques de minério de ferro.

No que tange aos destinos das exportações brasileiras, destaca-se o desempenho da China com expansão de cerca de 63% nos dez primeiros meses do ano. Esse resultado não foi surpreendente, pois as exportações para o país asiático crescem aceleradamente ano após ano, impulsionado pelas exportações de soja e minério de ferro e seus derivados. Vale ressaltar que o crescimento da China tem sido um dos principais

motivos para aceleração dos preços internacionais das *commodities* metálicas e orgânicas.

TABELA 6.5 – DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (EM US\$ MILHÕES)

	US\$ milhões		Variação		Participação	
	Jan-Out 2007	Jan-Out 2008	%	US\$ milhões	Jan-Out 2007	Jan-Out 2008
ESTADOS UNIDOS	20.736	23.664	14%	2.928	15,7%	14,0%
ARGENTINA	11.820	15.426	31%	3.606	8,9%	9,1%
CHINA	9.282	15.133	63%	5.850	7,0%	8,9%
HOLANDA	7.195	8.931	24%	1.736	5,4%	5,3%
ALEMANHA	5.812	7.442	28%	1.630	4,4%	4,4%
JAPAO	3.593	5.162	44%	1.569	2,7%	3,0%
RUSSIA	2.999	4.231	41%	1.232	2,3%	2,5%
VENEZUELA	3.821	4.226	11%	405	2,9%	2,5%
ITALIA	3.693	4.154	12%	461	2,8%	2,5%
CHILE	3.472	4.027	16%	555	2,6%	2,4%
TOTAL DO GRUPO	72.424	92.396	28%	19.972	55%	55%
TOTAL GERAL	132.367	169.372	28%	37.006	100%	100%

Fonte: MDIC/SECEX. Elaboração: FIERGS.

Nosso principal parceiro comercial, os EUA, mesmo sendo o epicentro da crise financeira mundial, apresentou crescimento nas suas compras. O Brasil expandiu suas vendas para o mercado americano em 14%, ou em valores, aproximadamente US\$ 3 bilhões. Apesar deste crescimento, o país vem perdendo participação no total exportado pelo Brasil, passando de 19% em 2005 para 18% em 2006, 15,7% em 2007 e, até outubro de 2008, passou a representar 14%.

Enquanto isso, a Argentina, que não vem mostrando um bom desempenho econômico em 2008, com instabilidade política, estratégias econômicas confusas e insuficiência na infra-estrutura, mostrou um crescimento das compras de produtos brasileiros acima da média do ano, aumentando assim sua participação. O crescimento da vendas para nossos vizinhos foi de 31%, com destaque para veículos automotores e petroquímicos.

Entretanto, está nas importações a maior diferença em relação ao ano passado. As compras externas cresceram 52% na comparação dos dez primeiros meses com igual período do ano anterior. Combustíveis e lubrificantes apresentaram a maior taxa de crescimento no período (71%). Esse desempenho é considerado normal, uma vez que o petróleo e seus derivados permaneceram com preços em patamar elevado durante boa parte do ano.

Entretanto, as matérias-primas e intermediários foi a categoria com maior crescimento absoluto, US\$ 21,7 bilhões. Essas duas categorias refletem tanto o cenário de aquecimento da demanda interna, quanto de uma alta nos preços internacionais. Além disso, a taxa de câmbio valorizada torna os produtos importados relativamente mais baratos. Ressalta-se que, num momento em que o crescimento da economia é comandado pela demanda interna, o crescimento das importações contribuiu para arrefecer as pressões inflacionárias, que estiveram presentes em grande parte do ano, decorrentes desse aumento na demanda.

Em resumo, as contas externas brasileiras deverão sentir os efeitos da desaceleração mundial em 2009. Pelo lado comercial, esses impactos serão

conseqüência da retração do comércio global. Assim, o saldo comercial contrair-se-á pelo terceiro ano consecutivo, o que indica uma projeção de saldo positivo, mas próximo do equilíbrio, em aproximadamente US\$ 13 bilhões. Esse resultado decorre da queda das vendas externas, em valores, uma vez que o efeito preço observado em 2008, possivelmente não estará presente em 2009. Dessa forma, as exportações deverão atingir US\$ 198 bilhões em 2009, ante aos US\$ 201 bilhões de 2008, retração de 1,5%, após uma taxa média de expansão de 20% nos últimos seis anos. Portanto, a desaceleração na economia mundial e, principalmente, nos parceiros comerciais do Brasil juntamente com a queda do preço das *commodities*, configura-se como o principal risco para a perspectiva de ingressos de divisas via comércio exterior no ano que vem. A taxa de câmbio mais desvalorizada pode compensar, em parte, a perda de rentabilidade em reais do setor exportador ocorrida em 2008, mas a menor procura por insumos e matérias-primas no mercado internacional não evitarão uma contração das exportações.

TABELA 6.6 - IMPORTAÇÕES - POR CATEGORIA DE USO (EM US\$ MILHÕES)

Categorias de Uso	Jan-Out	Part.	Jan-Out	Part.	Var.	US\$ milhões
	2007	(%)	2008	(%)	(%)	
Bens de Capital	20.883	21%	30.990	21%	49%	10.107
Mat Primas e Prod Intermediários	46.739	48%	68.534	46%	47%	21.795
Bens de Consumo Não Duráveis	6.482	7%	8.329	6%	29%	1.847
Bens de Consumo Duráveis	6.611	7%	10.681	7%	62%	4.070
Combustíveis e Lubrificantes	17.485	18%	29.830	20%	71%	12.345
Transações Especiais	0	0%	0	0%	0%	0
Total Geral	97.992	100%	148.035	100%	52%	50.043

Fonte: MDIC. Elaboração: FIERGS

Para as importações, os preços também deverão ser menores em dólares, a queda nos custos de produção e o excesso de recursos ociosos em diversas economias resultarão em preços mais baixos em 2009. Contudo, essa redução de preços das importações não será da mesma proporção daquela observada nas exportações. Dessa forma, os termos de troca do País, relação entre os índices de preços dos bens exportados e importados, seriam menos favoráveis ao Brasil do que nos últimos anos. O crescimento das importações depende da taxa de câmbio, que no cenário previsto para 2009 desestimulará, mas também depende do crescimento interno e, por conseqüência, dos gastos públicos. Sendo assim, conforme for o crescimento da economia brasileira em 2009 e quanto maiores forem os gastos do governo, de modo que a absorção de recursos do exterior continue elevada, pode ocorrer uma deterioração ainda maior da Balança Comercial no próximo ano.

TABELA 6.7 – PERSPECTIVAS PARA O SETOR EXTERNO BRASILEIRO

	2007	2008*	Cenários 2009		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Exportações	161	201	190	198	206
Importações	121	178	180	185	190
Saldo	40	24	10	13	16
Saldo em Transações Correntes	2	(30)	(45)	(35)	(25)
Investimento Estrangeiro Direto	35	35	20	25	40

Fonte: BCB. Elaboração: Fiergs. *Previsão UEE/FIERGS.

Pelo lado das rendas, ressalta-se o aumento do estoque de investimento externo direto, a maior rentabilidade das empresas aqui instaladas e dificuldades financeiras nos países de origem dessas companhias, com destaque para os setores automotivo e financeiro, itens que pesam para manter o fluxo negativo das rendas. Porém, outras contas de serviços devem sofrer desaceleração, como é o caso das viagens internacionais. Dessa forma, considerando um fluxo semelhante de transferências unilaterais, o déficit das transações correntes deve atingir US\$ 35 bilhões.

Entretanto, o resultado do Balanço de Pagamentos em outubro deixa claro que o momento é falta de liquidez do mercado internacional, bem como, de maior aversão dos investidores externos ao risco. Esses dois fatores, somados à expectativa de aprofundamento da crise econômica mundial, dão a tônica de quão mais difícil será sustentar os déficits nas Transações Correntes no ano de 2009.

TABELA 6.8 – PERSPECTIVAS PARA A TAXA DE CÂMBIO R\$/US\$

	2007	2008*	Cenários 2009		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Taxa de Câmbio – Desvalorização (%)**	(10,55)	6,46	(28,24)	(18,67)	(10,73)
Taxa de Câmbio – Média do Ano	1,95	1,83	2,55	2,25	2,05

Fonte: BCB. *Previsão UEE/FIERGS. **Variação em relação à média do período anterior.

Pelo lado da conta Capital e Financeira, os investimentos estrangeiros diretos líquidos (IED) devem fechar 2008 em aproximadamente US\$ 35 bilhões, valor próximo às expectativas do mercado feitas no final do ano passado. Em 2009, estima-se que o IED continue sendo importante fonte de financiamento do balanço de pagamentos, mas deve ser reduzido para cerca de US\$ 25 bilhões. No cenário otimista, esse valor poderia aumentar na medida em que a economia mundial se recupere mais rapidamente da crise e o governo dê sinais claros de que trabalha para agilizar as reformas estruturais que melhoram o ambiente de negócios no país. Mesmo no cenário pessimista, é possível que o ingresso de capitais via IED continue forte. De acordo com as variáveis que determinam o IED, sejam elas o risco-país, o nível de atividade e as remessas de lucros e rendas, não há sinais de forte desaceleração nesse tipo de investimento. Assim, o balanço de pagamentos ficaria praticamente equilibrado em 2009, sem a necessidade de utilizar os recursos das reservas internacionais.

Quanto à taxa de câmbio, essa variável é a mais suscetível às condições do fluxo de capitais internacionais, da especulação e da aversão ao risco para economias emergentes. Mesmo tratando-se de um preço, que depende da lei da oferta e da demanda e das expectativas, a taxa de câmbio pode mudar de patamar repentinamente. Desde início de 2008, a previsão era de uma desvalorização do real, mas essa só foi ocorrer no segundo semestre do ano e, mesmo assim, pegou muitos de surpresa. Entretanto a taxa de câmbio (R\$/US\$) deve encerrar 2008 em 2,40 reais e, para 2009 permanecer no patamar de 2,25 reais.

DÉFICITS EM TRANSAÇÕES CORRENTES NÃO É O FIM DO MUNDO.

A sustentabilidade das contas externas pode ser assegurada, mas as exportações podem sofrer ainda mais.

Os fatores que estão influenciando o Saldo Comercial da contas externas brasileiras vêm sendo discutidos nesse espaço há bastante tempo. Entretanto, o resultado do Saldo em Transações Correntes tem apresentado déficits acumulados nos últimos

meses. Esse resultado deve-se, principalmente, a fatores relacionados ao Balanço de Serviços, mais especificamente a remessa de lucros e dividendos para o exterior. Entretanto, a conjuntura brasileira parece favorecer o ajuste das contas.

A remessa de lucros e dividendos para exterior, por muito tempo, principalmente na década de 80, foi visto como algo negativo. O País enfrentava um grave problema de falta de Dólares, e todas as medidas que viessem a aumentar a oferta de divisas eram utilizadas, visto que, a possibilidade de uma crise no Balanço de Pagamentos estava sempre presente. Hoje a situação é diferente. O equilíbrio das contas externas é sustentado por saldos comerciais positivos e forte entrada de investimentos e, acima de tudo, por um momento de expansão da economia mundial.

O crescimento da remessa de lucros e dividendos não conta com o fator câmbio como principal propulsor, mas simplesmente no crescimento do lucro auferido pelas empresas transnacionais que operam no Brasil, bem como, grande parte das empresas privadas independentemente da origem do capital. Na medida em que o Investimento Externo Direto (IED) tem crescido muito nos últimos anos é natural que a remessa de lucros e dividendos aumente. Além disso, ao contrário do que muitos pensam que isso seria um sinal do desinteresse dos investidores estrangeiros, o que ocorre é justamente o inverso. O crescimento nas remessas indica a boa lucratividade das empresas que operam no País e o aumento na atividade econômica, fatores que são importantes para a atração de novos investimentos.

Há algum tempo tem se observado déficits recorrentes no Saldo de Serviços, impulsionados pelas remessas de lucros e dividendos, resultando em déficits em Transações Correntes, e assim aumentando a dependência da entrada de capitais para manter o equilíbrio do Balanço de Pagamentos. Veja que o déficit em Transações Correntes acumulado nos últimos 12 meses foi US\$ 9,5 bilhões, equivalente a 0,71% do PIB, e há previsões de que atinja US\$ 28 bilhões em 2008, representando 1,4% do PIB.

Para ficar mais claro, o saldo em Conta Corrente (ou Transação Corrente) do Balanço de Pagamentos é dado pela soma do Balanço Comercial com o Balanço de Serviços e com as Transferências Unilaterais. Dessa forma, um saldo negativo em transações correntes pode ser resultado de um desequilíbrio no Balanço Comercial e/ou Balanço de Serviços. No presente caso, os déficits em transações correntes são gerados pelos serviços. E o principal item são os chamados serviços fatores, aqueles que remuneram os fatores de produção, tal como lucro, juros, royalties e renda. Uma vez que o déficit ocorre, pode ser financiado através da Conta Capital e Financeira, principalmente, via entrada de capitais autônomos, ou então via capitais compensatórios (empréstimos de regularização no FMI, reservas, etc.).

Em uma rápida análise do Balanço de Pagamentos do mês de março destaca-se o saldo positivo de US\$ 5,8 bilhões na Conta Capital e Financeira que, por sua vez, se contrapõe ao déficit assinalado nas Transações Correntes (US\$ 4,4 bilhões). Nessa conta, cabe sublinhar o superávit da Balança Comercial (US\$ 1,0 bilhão, sendo as exportações iguais a US\$ 12,6 bilhões e as importações totalizando US\$ 11,6 bilhões) que, em conjunto ao saldo positivo das Transferências Unilaterais (US\$ 349 milhões), fizeram frente ao déficit de US\$ 5,8 bilhões no Balanço de Serviços. Resumindo, o envio de rendas para o exterior implica em saldo negativo em Transações Correntes que está sendo financiado pela entrada de mais investimentos estrangeiros.

O primeiro item que deve ser ressaltado é o de que não é o fim do mundo ter déficits em Transações Correntes, desde que existam condições de financiá-los. As formas mais comuns de financiamento são via entrada de capitais autônomos como os

IED ou investimentos em carteira (chamados capitais de curto prazo), o que, conforme resultados mostrados acima, estão ocorrendo. Perceba que, no mês de março as remessas líquidas de renda para o exterior somaram US\$ 4,8 bilhões, enquanto o ingresso líquido de investimento externo direto e em carteira somaram US\$ 9,4 bilhões.

Em resumo, o déficit em Transações Correntes é ajustado a partir da utilização de poupança externa. Esse deslocamento de recursos para o país torna-se possível devido a uma variedade de fatores entre eles o diferencial da taxa de juros, o crescimento da economia mundial e a alta liquidez de dólares internacional. Mas nada disso será suficiente se os fundamentos da economia brasileira não continuar a melhorar e atrair mais investimentos. A obtenção do Grau de Investimento concedido pela agência de rating Standard & Poor's elevando a nota da dívida soberana do Brasil para "BBB-" somado ao corte dos juros pelo Federal Reserve, pode aprofundar ainda mais essa dinâmica, gerando sustentabilidade para as contas externas. Sem dúvida, podemos ter conseqüências que podem ser danosas para os exportadores, caso o câmbio continue sendo um componente fundamental para a competitividade.

Publicado no Informe Econômico Nº 19 de 05/05/2008

COFRES CHEIOS E BOLSOS ABERTOS, MAIS UMA VEZ

Nunca na história desse país se arrecadou tanto. O problema é que as receitas conjunturais estão deixando espaço para despesas permanentes que certamente serão um problema quando o ritmo da atividade econômica for menor.

A arrecadação federal continua batendo recordes. Em outubro, no acumulado do ano, as receitas federais totalizaram R\$ 564,7 bilhões, registrando um crescimento de, nada menos que 10,33% (descontada a inflação pelo IPCA). A receita de tributos foi de R\$ 399,8 bilhões, resultado 8,61% maior que no mesmo período do ano passado. Já a previdenciária alcançou a cifra de R\$ 141,4 bilhões, com expansão de 11,33%, no acumulado do ano, resultado bastante influenciado pela dinâmica do emprego formal. As demais receitas foram de R\$ 23,4 bilhões. Até outubro, o governo federal já adicionou aos cofres públicos um incremento (real) de R\$ 54 bilhões, o equivalente a cerca de 10% do PAC.

TABELA 7.1 – ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS (DADOS NOMINAIS)

	2007	2008	variação	
	jan -out	jan -out	%	R\$ (Bilhões)
Imposto de Renda	127,8	159,3	24,7%	31,5
IPI	27,1	32,7	20,7%	5,6
IOF	6,3	16,7	164,6%	10,4
Imp. de Importação	10,0	13,8	38,4%	3,8
Cofins	83,5	100,5	20,3%	17,0
PIS/PASEP	21,8	26,3	20,5%	4,5
CSLL	28,6	38,3	33,7%	9,7
CIDE	6,5	5,2	-20,9%	(1,4)
SUB TOTAL	311,8	392,9	26,0%	81,1
TOTAL	484,8	564,7	16,5%	79,9

Fonte: Receita Federal

TABELA 7.2 – ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS (DADOS REAIS – IPCA)

	2007	2008	variação	
	jan -out	jan -out	%	R\$ (Bilhões)
Imposto de Renda	137,8	162,8	18,1%	25,0
IPI	29,2	33,4	14,3%	4,2
IOF	6,8	17,1	150,5%	10,3
Imp. de Importação	10,8	14,1	30,9%	3,3
Cofins	90,1	102,6	13,9%	12,5
PIS/PASEP	23,5	26,8	14,1%	3,3
CSLL	30,9	39,1	26,7%	8,2
CIDE	7,1	5,3	-24,8%	(1,8)
SUB TOTAL	336,1	401,2	19,4%	65,1
TOTAL	522,6	576,6	10,3%	54,0

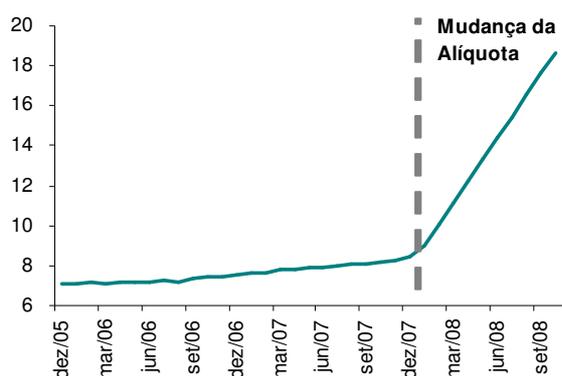
Fonte: Receita Federal

Apesar do excelente desempenho, a arrecadação já mostra sinais de arrefecimento. Entretanto, a desaceleração da economia mundial não pode ser a justificativa principal para tal desempenho. Destaca-se, especialmente, a alta base de comparação verificada no ano passado que torna cada vez mais difícil a manutenção de elevadas taxas de expansão das receitas. Porém, a dinâmica da expansão das receitas mostra que, se a desaceleração mundial se aprofundar, ficará cada vez mais difícil manter o atual patamar da arrecadação. Num estudo apresentado pela Secretaria da Receita Federal, os técnicos evidenciaram que ao longo de 2008 a tributação sobre o lucro foi a maior responsável pelo incremento de arrecadação do ano, sendo que cerca de 50% do excesso de arrecadação das receitas administradas pela Receita Federal sobre o mesmo período do ano passado se deu através de incrementos em três tributos: Imposto de Renda Pessoa Jurídica, Contribuição sobre Lucro Líquido e Imposto de Renda Pessoa Física sobre venda de ativos com lucro. Com a desaceleração econômica espera-se a redução dos lucros verificados pelas empresas, e, com isso, estes tributos certamente deverão diminuir seus incrementos no total de recursos.

O desempenho da arrecadação em 2008 pode, até então, ser explicado por três conjuntos de fatores: os econômicos, os de ordem administrativa e os de natureza legislativa. No primeiro caso, destaca-se o conjunto de indicadores que refletem o aumento expressivo do nível de atividade ao longo de 2008, entre os quais salienta-se o crescimento da massa de salários, o aumento das vendas no comércio, a expansão da produção industrial, bem como das importações, em dólar.

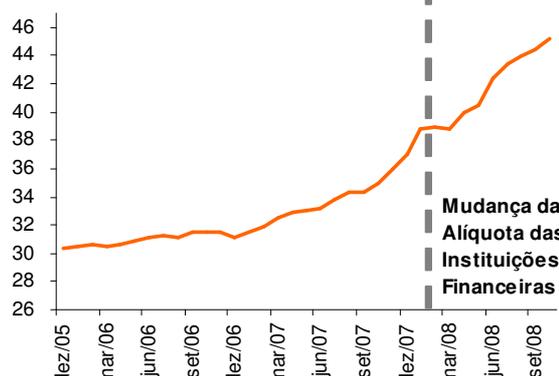
Na questão administrativa, as ações de recuperação dos débitos em atraso e de manutenção do fluxo regular de arrecadação, foram responsáveis pelo crescimento real (IPCA) de 26% na arrecadação de multas e juros (parte integrante das demais receitas da Receita Federal). Por fim, somam-se as mudanças legislativas, com destaque para o aumento das alíquotas do IOF e das alíquotas da CSLL das instituições financeiras de 9% para 15%. No ano, em termos nominais, o IOF arrecadou cerca de R\$ 10,4 bilhões a mais que no mesmo período do ano passado. Já a CSLL, teve um incremento de R\$ 9,6 bilhões, porém somente R\$ 1,4 bilhão provém da arrecadação das instituições financeiras. No meio de tantos números vultuosos, chama a atenção, justamente, um evento (a eliminação da CPMF) que tenderia a reduzir a arrecadação e que, no entanto, em termos de caixa, não tem tido o efeito alarmado no ano passado quando da votação da permanência ou não do tributo. Em 2007, a CPMF havia somado, até outubro, nada menos do que R\$ 29,6 bilhões¹².

GRAFICO 7.1 – ARRECADAÇÃO DE IOF – AC. EM 12 MESES (R\$ BILHÕES - DADOS REAIS- IPCA)



Fonte: Receita Federal

GRÁFICO 7.2 -ARRECADAÇÃO DA CSLL- AC. EM 12 MESES (R\$ BILHÕES -DADOS REAIS – IPCA)



Fonte: Receita Federal

Para 2009, no entanto, a expectativa é de uma expansão muito mais tímida da arrecadação total. Como se espera que o PIB brasileiro diminua seu ritmo de crescimento (resultado da desaceleração da atividade econômica mundial), isso certamente irá refletir na performance das receitas.

Além disso, certamente a crise financeira mundial terá impactos sobre a trajetória do câmbio, ao menos no curto prazo, gerando efeitos fiscais. Na atual conformação do endividamento público, uma desvalorização cambial é benéfica para o país uma vez que provoca a redução da razão Dívida/PIB (36,6% em out/08). Segundo informações do Banco Central, enquanto em set/02 uma desvalorização cambial de 10% elevava a razão dívida/PIB em 3,1%, em set/08 essa mesma desvalorização provoca uma redução da razão dívida/PIB de 1,1 p.p. Diferentemente do que ocorre na Argentina e na Venezuela, a combinação do efeito positivo da desvalorização cambial sobre a dívida pública, a

¹² Os resíduos da arrecadação da CPMF em 2008 equivale a R\$ 1,1 bilhão no acumulado do ano até outubro.

menor razão dívida/PIB e o menor déficit nominal como proporção do PIB permitem que a diminuição do superávit primário em 2009 seja transformada numa elevação do endividamento público sem problemas de solvência para o mesmo.

Em 2008, o setor público deverá encerrar o ano com um superávit primário de 4,45%, do PIB resultado em grande parte explicado pelo desempenho da arrecadação. Quanto ao governo central, no que diz respeito às despesas, no acumulado do ano até setembro, verificou-se uma expansão de 12,2% (nominal) em relação ao mesmo período de 2007, sendo que o gasto com Pessoal e Encargos Sociais foi 9,5% superior ao do ano anterior. Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, o aumento do gasto com funcionalismo acima da inflação resulta, entre outros fatores, as reestruturações das carreiras dos Poderes. Apesar de se reduzir como proporção do PIB (já que no mesmo período de 2007 representava 4,47% e atualmente está em 4,34%), os gastos com funcionalismo continuam muito elevados e tem apresentado persistente crescimento, o que preocupa dado o caráter permanente desse tipo de despesa. As outras Despesas de Custeio e Capital, responderam por 50% do incremento das despesas totais. Essa rubrica aumentou 16,2% (R\$ 11,4 bilhões de incremento) em relação ao mesmo período do ano anterior, divididos em duas partes: R\$ 5,6 bilhões referentes a custeio R\$ 5,8 bilhões referentes a capital.

TABELA 7.3 – RESULTADO DO GOVERNO (R\$ BILHÕES)

	2007 jan-set	% PIB	2008 jan-set	% PIB	Varição (R\$ bilhões)
Governo Central	53,33	2,84%	80,88	3,82%	27,55
Estados	23,10	1,23%	23,72	1,12%	0,62
Municípios	2,49	0,13%	2,40	0,11%	(0,09)
Estatais	12,31	0,66%	11,42	0,54%	(0,89)
Resultado Primário	91,22	4,85%	118,41	5,59%	27,19
Governo Central	(93,74)	4,99%	(73,53)	3,47%	20,21
Estados	(22,91)	1,22%	(44,30)	2,09%	(21,40)
Municípios	(4,24)	0,23%	(7,96)	0,38%	(3,72)
Estatais	1,52	0,08%	0,31	0,01%	1,21
Juros Nominais	(119,36)	6,35%	(125,47)	5,92%	(6,11)
Governo Central	(40,41)	2,15%	7,35	0,35%	47,76
Estados	0,19	0,01%	(20,58)	0,97%	(20,78)
Municípios	(1,75)	0,09%	(5,55)	0,26%	(3,80)
Estatais	13,83	0,74%	11,73	0,55%	(2,10)
Resultado Nominal	(28,14)	1,50%	(7,06)	0,33%	21,08

Fonte: BACEN

O déficit da Previdência Social alcançou R\$ 31,8 bilhões no acumulado até setembro de 2008. No mesmo período do ano passado, o déficit observado foi de R\$ 35,7 bilhões. Com isso, verifica-se uma redução de 11,0% no déficit apurado. A arrecadação líquida passou de R\$ 97,1 bilhões para R\$ 113,4 bilhões (16,7%). O restabelecimento das alíquotas da contribuição previdenciária dos segurados empregados, empregados domésticos e avulsos foram um importante elemento para o resultado verificado. Outro fator que contribuiu foi a variação real (IPCA) da massa salarial de: 9,55% (acumulado – PME/IBGE – setembro/08) com a criação de aproximadamente 2,1 milhões de postos de trabalho nos nove primeiros meses do ano. O aumento do salário mínimo e do teto previdenciário também foram importantes na composição da receita. Por sua vez, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 12,3 bilhões,

atingindo R\$ 145,2 bilhões, segundo o Relatório do Tesouro Nacional. Dado o cenário bastante aquecido do mercado de trabalho, com o aumento significativo de trabalhadores com carteira assinada, como se era de esperar, o déficit da previdência se reduziu, registrando 1,5% do PIB no período de janeiro a setembro de 2008, 0,4% do PIB menor que o verificado no mesmo período de 2007, quando registrou déficit de 1,9% do PIB.

No caso das despesas, o ano de 2009 será marcado por uma série de possíveis gastos que podem colocar o equilíbrio fiscal do governo federal e o controle inflacionário em xeque. Se por um lado, o Tesouro pode voltar a contar com parte da CPMF, ora rebatizada de CSS (Contribuição Social à Saúde), também está sendo “ameaçado” a arcar com um esqueleto que remota aos R\$ 7 bilhões ainda no ano que vem. A cifra se divide em duas contas.

A primeira diz respeito ao pagamento de auxílio-moradia a todos os juizes no País, retroativo ao período de setembro de 1994 a dezembro de 1997, ainda que eles trabalhem na cidade onde moram. Destaca-se que esse benefício já era pago aos Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e aos parlamentares. O Conselho de Justiça Federal ao promulgar sua decisão pretendeu fazer uma equiparação. A medida se aplica a juizes, desembargadores, aposentados que estavam em atividade no período, bem como pensionistas, totalizando aproximadamente 4 mil pessoas. A outra cifra vem do pagamento de incorporações de salário de 1998 a 2001 aos servidores comissionados dos três poderes. Esses pagamentos remetem a inclusão de partes da respectiva comissão dos funcionários que, por uma seqüência de leis e medidas provisórias, sofreram inúmeras alterações abrindo a possibilidade de questionamentos na justiça.

Por outro lado, o que mais gera preocupação são os projetos relacionados à Previdência Social. Atualmente são 3 projetos já aprovados no Senado. Segundo os cálculos do Ministério do Planejamento, as despesas anuais da Previdência com benefícios subiria para 26% do PIB até 2050 (atualmente correspondem a cerca de 7% do PIB) caso os projetos fossem aprovados na Câmara. Com isso, o valor seria superior à receita primária bruta estimada para 2009, de 25,38% do PIB.

Um primeiro projeto diz respeito à recuperação do valor das aposentadorias em número de salários mínimos. Como se sabe, os reajustes muito acima da inflação dados nos últimos anos para o salário mínimo foram aplicados apenas para aqueles que recebem 1 salário. Para os demais, os reajustes foram menores. Com isso, gerou-se uma aproximação do teto com relação ao piso das aposentadorias. A idéia do projeto é recuperar o poder de compra dos aposentados e pensionistas, em termos de salários mínimos. Quanto a esse projeto, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado aprovou o substitutivo que garante aos aposentados o mesmo número de salários mínimos que eram auferidos na data da concessão da aposentadoria. Segundo a decisão, o projeto deve ser implementado em cinco anos, aplicando-se Índice de Correção Previdenciária (ICP). Segundo cálculos do Ministério do Planejamento, o custo estimado da medida é de R\$ 9 bilhões.

Outro projeto, que de certa forma complementa o primeiro, é o que vincula o reajuste de todos os benefícios à variação do salário mínimo a partir de 2009. Já houve outras tentativas nesse sentido em outros momentos, porém, se o primeiro projeto emplacar, abre-se uma larga possibilidade para a aprovação deste, uma vez que este impede a deterioração dos salários maiores que o mínimo. Por fim, o último projeto é o que extingue o fator previdenciário. Esse redutor foi implementado em 1999 e, segundo, a Previdência Social, no ano de 2005 somente foi aplicado a 3,9% dos casos de pedidos de benefício. O fator pode provocar uma redução no benefício, dependendo de 3 variáveis: o tempo de contribuição, a idade do trabalhador e a expectativa de sobrevida do segurado no momento da aposentadoria (calculado a partir de estimativas do IBGE). Sempre que o

fator previdenciário for menor do que um, há redução no valor da aposentadoria. O fator determina que quanto maior a idade e o tempo de contribuição, no momento em que o segurado solicitar a aposentadoria, maior será seu benefício. O redutor foi criado para conter o déficit da previdência e desestimular a aposentadoria precoce. Segundo a Previdência Social, a substituição do fator previdenciário por outro mecanismo é possível, porém sua simples supressão não é algo financeiramente viável para as contas da Previdência Social.

Mas as despesas não acabam por aí. O próprio Executivo já encaminhou medidas aumentando os gastos. A medida provisória 446 imprime anistia a entidades filantrópicas, permitindo que estas deixem de pagar cerca de R\$ 2,1 bilhões em impostos. Já as MP's 440 e 441 pretendem aumentar os salários do funcionalismo público a um custo orçado de R\$ 32 bilhões até 2012. Assim, apesar dos discursos recentes de controle dos gastos, as ações não têm comprovado as intenções. As contas se multiplicam enquanto as potenciais receitas para fazer frente ao gastos diminuem diante de um cenário econômico menos otimista.

REFORMAR (BEM) É PRECISO

A reforma tributária é uma grande oportunidade de transformar o sistema em um promotor da eficiência e da equidade.

Em 1988, o Brasil recebeu a sua nova Constituição e com ela uma série de problemas. O motivo foi que a Constituição que reformou amplamente o papel do Estado na economia criou um sistema de financiamento insuficiente para o tamanho de Estado que definiu. A consequência foi a necessidade de ajustes com a criação de tributos com a simples finalidade arrecadatória, sem preocupações com as leis da economia. Hoje, é quase que uma unanimidade que o sistema tributário brasileiro é ultrapassado, ineficiente, muitas vezes injusto do ponto de vista social, burocrático e, assim, muito caro e com impacto sobre a competitividade das empresas. Nesse caso, a necessidade de reforma é inquestionável, porém instaura-se a dúvida: que reforma deseja o Brasil? Isso é uma resposta que certamente passará entre o ideal e o possível.

Implementar reformas é uma tarefa difícil pela simples idéia de mudança. Por um lado, os beneficiários do antigo regime lutarão bravamente para defendê-lo; por outro, os que ganharão com a mudança, diante da incerteza, a defenderão timidamente. Nesse caso, para começar, precisamos encarar a Reforma Tributária como uma solução *second best*. Diferentemente daquilo que na economia conhecemos como processo de otimização (em que o formulador de política procura atingir o melhor sujeito a restrições legais, institucionais e as derivadas da informação incompleta), no caso real o formulador precisa enfrentar outros problemas de difícil equacionamento e que quase sempre transformam-se em concessões. Os exemplos mais claros disto são decorrentes do federalismo fiscal, dos interesses das bancadas e da pressão do executivo para a não-redução da carga.

Apesar das dificuldades, nas últimas décadas, verificou-se um grande movimento de reformas tributárias no mundo inteiro. Apesar de muitas diferenças entre as reformas implementadas, alguns elementos destacam-se como comuns a todas: a diminuição do número de alíquotas e de seu valor marginal máximo no imposto de renda da pessoa física; a redução das alíquotas das corporações e o aumento de participação dos impostos sobre o consumo em detrimento dos impostos sobre a renda. Vale ressaltar que esse último item tem sido um elemento importante nas discussões de política tributária nos últimos anos.

O imposto sobre a renda foi, durante muito tempo, considerado como superior a outros impostos por avaliar o indivíduo por sua capacidade contributiva. Nesse caso, como a renda é uma variável de fácil observação, também seria fácil a implementação de um sistema progressivo. Porém, a tributação sobre a renda passou, com o tempo, a ser questionada pelo critério da eficiência. Nas últimas décadas, inúmeros autores mostraram que o imposto progressivo na economia tenderia a reduzir a oferta de trabalho. Apesar das críticas a esses estudos, vários países tem reduzido a alíquota marginal máxima nas do imposto de renda.

Quando se discute a tributação sobre o capital, por sua vez, devemos lembrar que existe, basicamente, duas naturezas de capital que podem ser objeto da tributação: a renda gerada pelo capital (resultante de aplicações financeiras, por exemplo) e a propriedade do capital. No primeiro caso, há duas dificuldades básicas: o problema da justiça fiscal e o de interferência na eficiência econômica, na medida que tributar capitais diferentemente gera interferência na alocação de recursos de mercado, ao incentivar-se a conversão de capitais em formas com menor incidência tributária. Já o caso da tributação sobre o patrimônio, se por um lado é de fácil aplicabilidade, por outro pode incorrer em um grande conflito com uma máxima que todo tributo deve respeitar: a capacidade contributiva dos indivíduos. Ter propriedade nem sempre significa efetiva capacidade de pagamento e como a Constituição brasileira veda tributos com caráter confiscatório, cria-se aí mais um dilema. Outra questão é a tributação sobre grandes fortunas, que cada vez mais tem sido entendida como uma tributação adicional a valores já tributados.

Por fim, tem-se aquela que tem sido a tendência em termos mundiais: a tributação sobre o consumo. Esse tipo de tributação é entendido hoje como superior a da renda pelo critério da eficiência. Por praticamente não alterar a oferta de trabalho e isentar a poupança, estimula o investimento e permite a acumulação de capital, variáveis-chave para o crescimento econômico. No entanto, vale salientar que são as alíquotas que de fato desenham o grau de eficiência e equidade desse tipo de tributação. Isso, porém, depende do objetivo da política tributária. Se os países desejam maior eficiência, alíquotas uniformes desempenham bem o papel, porém penalizam a equidade. Já alíquotas conforme a essencialidade dos bens atendem a esse requisito, todavia prejudicam a eficiência.

Qualquer que seja a reforma que se implemente, o sistema tributário brasileiro necessita observar um conjunto de máximas já referidas há muito tempo: o respeito à capacidade contributiva dos cidadãos, a existência de regras para a fixação de impostos para evitar arbitrariedades das autoridades, a facilidade para o contribuinte pagar seus tributos, o baixo custo do sistema arrecadador e a eficiência econômica. Se estes requisitos não forem atendidos e se as leis econômicas não forem levadas em consideração na conformação do sistema, não só se perderá uma grande oportunidade, como também aprisionaremos por ainda mais tempo o país em modelo que o impede de crescer.

Publicado no Informe Econômico Nº 48 de 24/11/2008

Para o próximo ano, construímos três cenários. No moderado, aquele, que acreditamos ser o mais possível de se materializar, a preservação do ritmo de expansão das despesas combinado com um crescimento mais lento das receitas provoca uma diminuição do superávit primário, que acaba o ano de 2009 registrando 3,8% do PIB. Com isso, registra-se um déficit nominal da ordem de 2% do PIB, o que provoca uma deterioração da razão dívida/PIB, que seria de aproximadamente de 38% do PIB. No cenário pessimista, a diminuição da atividade econômica provoca uma redução abrupta do ritmo de expansão das receitas, levando o superávit primário a 2,8% do PIB. Já no

cenário otimista, as despesas são majoradas, mas as receitas ainda crescem mais, levando o superávit primário a 4,1% do PIB.

TABELA 7.4 – PERSPECTIVAS PARA INDICADORES FISCAIS (% do PIB)

	2007	2008*	Cenários 2009		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Resultado Primário	4,00	4,45	2,80	3,80	4,10
Resultado Nominal	-2,30	-1,05	-3,20	-2,00	-1,60
Pagamento de Juros Nominais	6,30	5,50	6,00	5,80	5,70
Dívida Líquida do Setor Público	42,80	38,45	39,20	38,00	37,40

Fonte: STN *Estimativas. Previsões: UEE / FIERGS

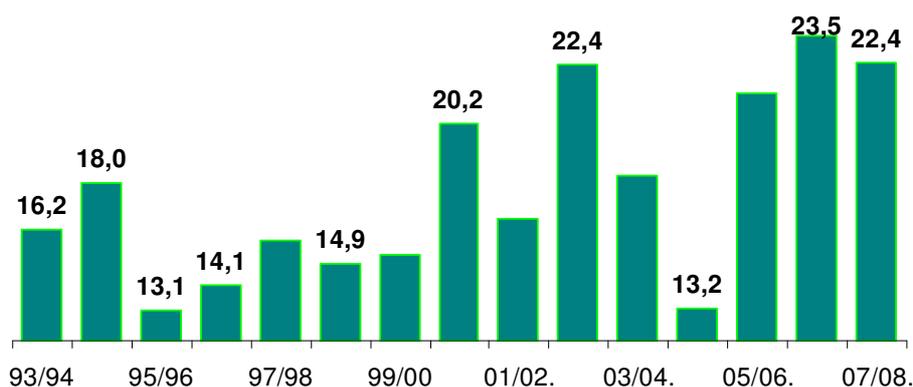
DESACELERAÇÃO À FRENTE

A crise internacional deve atingir diretamente o desempenho da atividade econômica no Rio Grande do Sul durante o ano de 2009. Os principais canais de impacto estão relacionados à menor demanda por parte de nossos principais parceiros comerciais, o desaquecimento do mercado interno, o menor volume de crédito e a incerteza dos agentes econômicos, que deve reduzir a taxa de investimento, com impactos sobre a demanda da produção de bens de capitais.

Após as dificuldades com a seca no período 2005/06, que atingiu todos os setores da economia do Rio Grande do Sul, e fez com que o PIB recuasse, somente em 2005, 4,8%, a atividade produtiva se recuperou, chegando a ter uma expansão de 3,5% no ano seguinte e de 7% em 2007. Desde então, na esteira da boa performance do mercado interno, e de um cenário positivo no ambiente externo, a economia gaúcha seguiu, durante os primeiros nove meses de 2008, apresentando bons indicadores.

No caso da agricultura, a safra 2007/08 deve encerrar um ciclo de três anos de produção acima de 20 milhões de toneladas de grãos que contou, na parte de comercialização, com bons preços no mercado internacional. Porém, do ponto de vista de quantidade, variável importante para caracterizar o PIB, a expectativa é que o ano se encerre com uma queda de cerca de 4,6% na safra de grãos. Esse resultado contrasta com o verificado no Brasil, que deve ter uma expansão em torno de 13 milhões de toneladas no período, ou seja, aumento da ordem de 9,1%.

**GRÁFICO 7.1 – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE GRÃOS - RIO GRANDE DO SUL
(EM MILHÕES DE TONELADAS)**



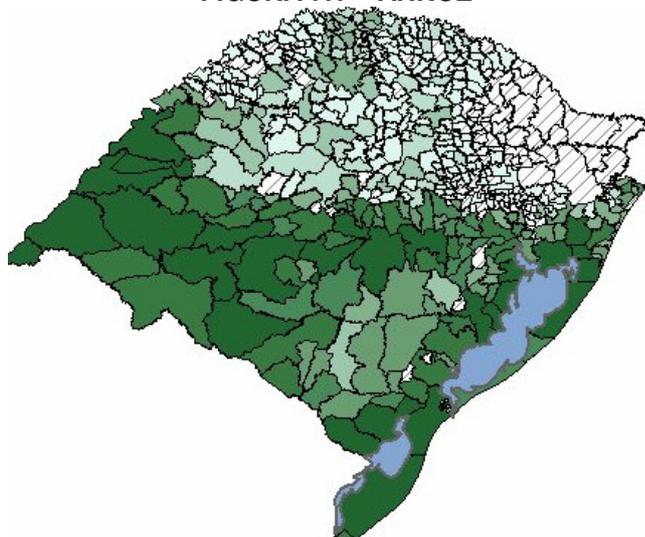
Fonte: CONAB.

A produção nacional de arroz na safra 2007/08 deve ser da ordem de 12,1 milhões de toneladas, dos quais, a Região Sul representa 70,6%. Nesse caso, destaque para o Rio Grande do Sul, com uma produção da ordem de 7,36 milhões de toneladas e um incremento sobre a safra 2006/07 de 14,7%, o que representa quase 1 milhão de toneladas. Porém, a produção de milho, importante para o Estado, que é o 4º maior produtor nacional, caiu cerca de 10% no mesmo período, passando de 5,9 para 5,3 milhões de toneladas.

A distribuição da produção de arroz no Rio Grande do Sul indica as regiões que devem sentir os efeitos positivos da safra. Como pode ser visto na figura 1, a produção se concentra nos municípios da metade sul do Estado, onde apenas 12 deles respondem por cerca de metade da produção total. Dentre os principais, destaque para Uruguaiana, Alegrete, São Borja, Santa Vitória do Palmar, São Gabriel, Arroio Grande, Mostardas e Camaquã.

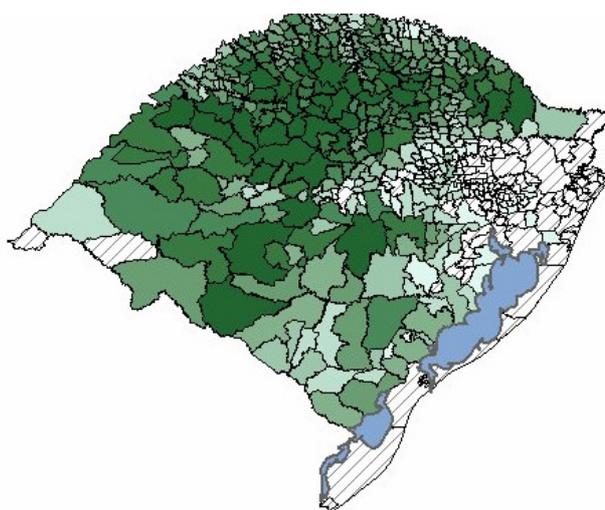
DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALGUMAS CULTURAS - RS (ANO DE 2007)

FIGURA 7.1 – ARROZ



Fonte: IBGE

FIGURA 7.2 – SOJA



Fonte: IBGE

No caso da Soja, a produção brasileira nessa última safra foi da ordem de 60 milhões de toneladas, já representando uma expansão de 2,8% sobre a safra 2006/07. Dentre os motivos apontados pelo bom resultado nessa cultura foram os preços e as boas condições climáticas. Porém, os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, foram os mais atingidos por intempéries climáticas, como o La Nina. Dessa forma, a produção não teve a mesma performance que a nacional. Em Santa Catarina, a queda na produção foi da ordem de 14% ao passo que, no Rio Grande do Sul, essa foi de 21%. Assim, no Estado gaúcho, a produção de soja passou de 9,9 milhões de toneladas na safra 2006/07 para 7,7 milhões em 2007/08.

Como pode ser visto na figura 7.2, a região noroeste do Estado concentra a produção de soja do Rio Grande do Sul. Porém, essa é mais distribuída entre os municípios do que no caso do arroz, espelhando as características de distribuição geográfica que diferenciam os municípios dessa região com aqueles da metade sul, onde é comum faixas maiores de fronteira. De qualquer forma, Tupanciretã, Palmeira das Missões e Cruz Alta, devem ser os municípios a sentirem de forma mais forte a retração na produção¹³. Outras culturas de menor peso para o Rio Grande do Sul também experimentaram queda entre as safras de 2006/07 e 2007/08, como é o caso do feijão, -29%, sorgo -8,8% e centeio -35%.

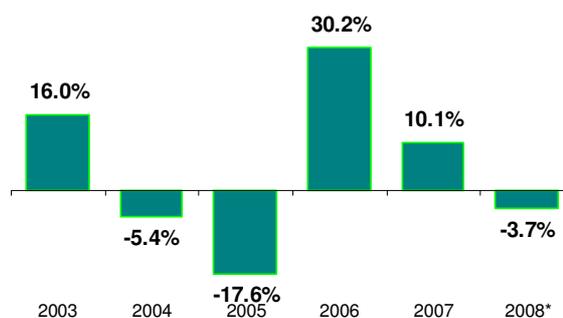
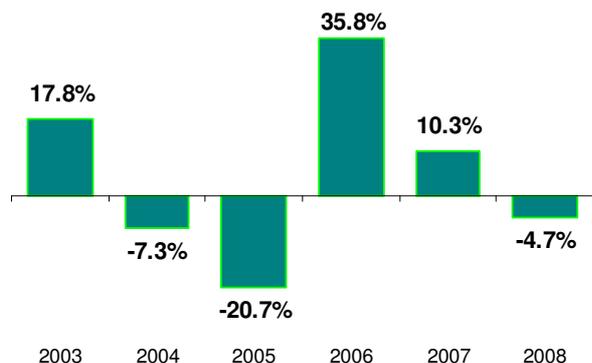
Os dados do primeiro semestre da pecuária apontam uma expansão, no número de abates, da ordem de 6,3%. Tal resultado¹⁴ encontra-se aquém do observado em 2007 porém, é bem significativo, e representa uma expansão sobre uma base já elevada.

¹³ É importante deixar claro que essas estimativas consideram que os problemas da seca se distribuem de forma linear entre os municípios.

¹⁴ Até o momento da elaboração desse relatório não estavam disponíveis os dados do terceiro trimestre.

seca de 2005, e está sendo puxada para baixo, em especial, pelo comportamento da safra de grãos. Para o ano, as estimativas são de uma retração um pouco menor, de 3,7%. Ressalta-se que a performance gaúcha deve caminhar na contramão da projetada para o Brasil, com uma estimativa de crescimento da ordem de 4,2% para o setor agropecuário.

TAXA DE CRESCIMENTO – AGROPECUÁRIA - RS
GRÁFICO 7.4 – 1º SEMESTRE **GRÁFICO 7.5 – NO ANO**



Fonte: ITAP/FEE

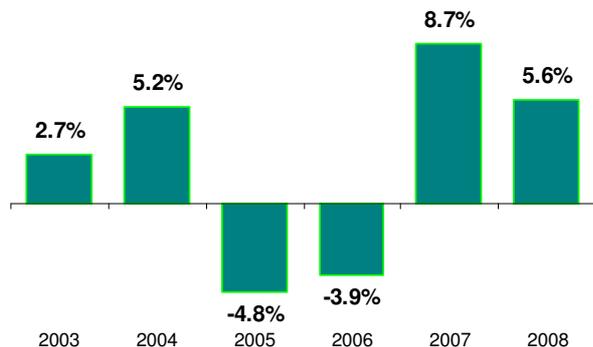
Fonte: ITAP/FEE. *Estimativas UEE/FIERGS

A despeito das condições não tão promissoras para a agropecuária, a indústria gaúcha apresenta bons resultados em 2008. Como pode ser visto na seção destinada à discussão do setor, entre janeiro e setembro, o crescimento é recorde em vários segmentos produtivos. Os primeiros problemas com a crise de crédito internacional na indústria do Estado, começaram a ser sentidos no mês de outubro. A retração nas vendas durante o mês fez com que o setor experimentasse um aumento dos estoques, obrigando o mesmo a ajustar a produção. Assim, os primeiros movimentos puderam ser sentidos na retração das horas trabalhadas, com repercussões sobre as contratações e o nível de produção e faturamento.

Porém, os números que retratam a realidade passada ainda espelham um forte crescimento. Os dados de atividade da FEE apontam que, no primeiro semestre de 2008, a indústria gaúcha cresceu 5,6% sobre mesmo período do ano passado. Pelos dados da Produção física do IBGE, somente a indústria de transformação expandiu-se, nos seis primeiros meses do ano, 4,84%. Além disso, os dados do IBGE sinalizam que, no terceiro trimestre, a indústria gaúcha ainda não sentiu os efeitos da crise. No caso específico da indústria de transformação, a expansão foi da ordem de 7,4%, elevando a performance acumulada no ano para 5,7%. Portanto, quando a FEE divulgar os dados do terceiro trimestre, esses ainda vão estar captando momentos pré-crise, uma vez que o cenário econômico começou a se modificar apenas a partir de 15 de setembro, se intensificando nos meses seguintes.

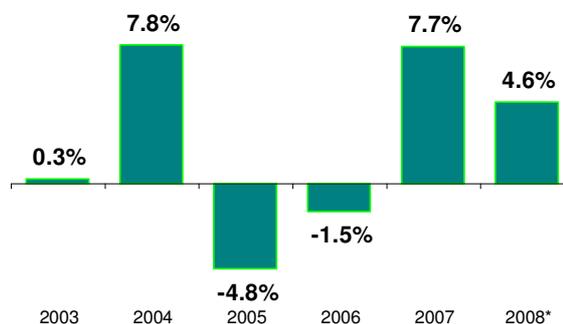
Dificilmente essa performance passada se mantém para os próximos meses e, como já apontado nos primeiros indicadores de outubro e novembro, tanto do mercado de trabalho, quanto dos números de atividade econômica da FIERGS, está em curso uma forte desaceleração nesse setor. Nossas estimativas são de que, no quarto trimestre do ano, o PIB da indústria do Rio Grande do Sul se retraia sobre o terceiro trimestre, puxando a taxa de crescimento do ano para 4,6%, valor próximo ao estimado para o Brasil.

TAXA DE CRESCIMENTO – INDÚSTRIA - RS
GRÁFICO 7.6 – 1º SEMESTRE



Fonte: ITAP/FEE.

GRÁFICO 7.7 – NO ANO



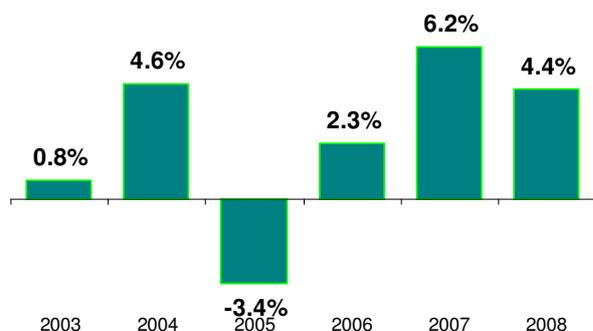
Fonte: ITAP/FEE. *Estimativas UEE/FIERGS

Outra atividade econômica que também teve desempenho satisfatório nos últimos anos foram os serviços. Após os problemas vividos com a seca, concentrados em 2005, os anos seguintes foram de recuperação, inclusive com 2007 apresentando valores elevados. O cenário de expansão do mercado interno continuou durante o ano de 2008. Nesses primeiros seis meses, o setor de serviços apresentava taxa de crescimento da ordem de 4,4%, na esteira do aumento do crédito, das horas trabalhadas, do emprego e da renda real.

Atividades do comércio ligadas ao crédito e intermediação financeira apresentaram forte expansão, assim como o aumento da arrecadação de impostos pode estar contribuindo para os maiores gastos do setor público. Os dados do terceiro trimestre para o Rio Grande do Sul ainda não estão disponíveis. Mas, assim como na indústria, é esperado que esses ainda não tenham sentido os efeitos da crise no período julho-setembro. Tal fato deve apenas ser captado a partir do quarto trimestre, quando o crédito se retraiu e o emprego perde dinâmica, resultando em menor impulso para esse setor.

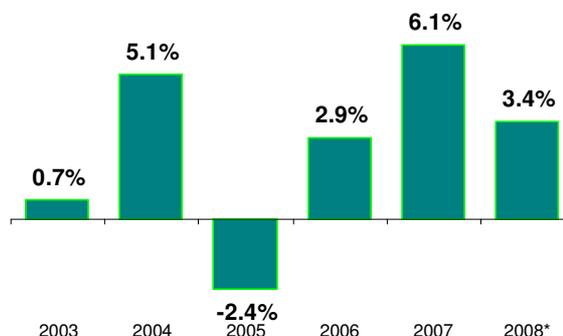
A estimativa de 2008 para o Brasil é de um crescimento da ordem de 3,6% para o PIB de serviços. Como os elementos que ditam essa trajetória são os mesmos, a expectativa é que, no Rio Grande do Sul, o PIB do setor tenha performance próxima, com expansão da ordem de 3,4%. Como pode ser visto, o valor estimado deve representar uma ligeira desaceleração sobre o primeiro semestre.

TAXA DE CRESCIMENTO - SERVIÇOS - RS
GRÁFICO 7.8 – 1º SEMESTRE



Fonte: ITAP/FEE.

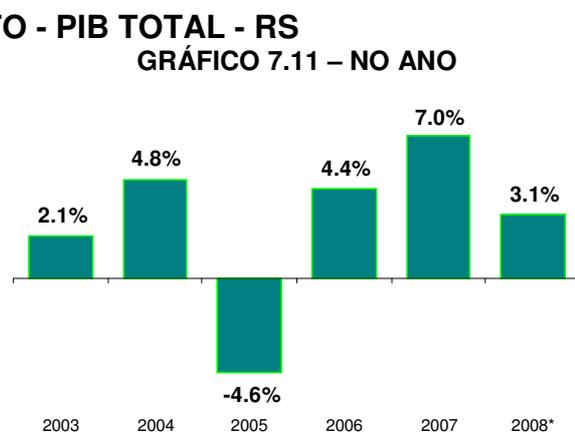
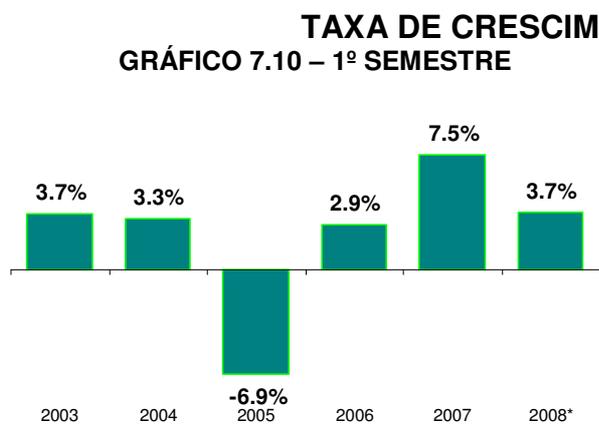
GRÁFICO 7.9 – NO ANO



Fonte: ITAP/FEE. *Estimativas UEE/FIERGS

Assim, no agregado, o PIB do Rio Grande do Sul no primeiro semestre aponta uma taxa de crescimento da ordem de 3,7%, bem abaixo da verificada em 2007, mas a segunda maior desde 2003. A desaceleração estimada para o quarto trimestre do ano, apontado acima para os três setores da economia, deve puxar o desempenho do Estado para próximo a 3,1%, abaixo da média nacional, que deve se situar em 5,1%. Dois elementos são importantes para justificar essa performance menor na economia gaúcha, frente a brasileira.

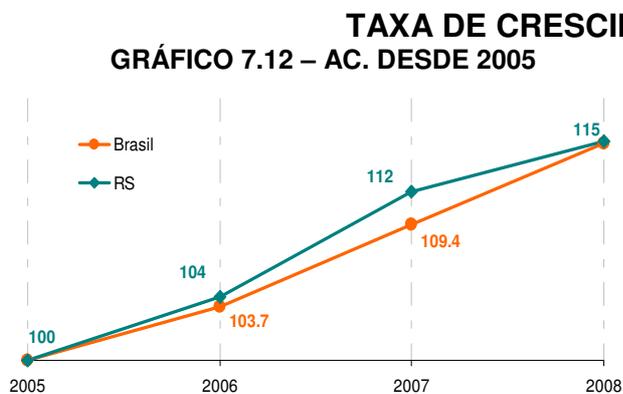
Em primeiro lugar, o resultado da agropecuária. Enquanto que no Brasil as estimativas apontam para uma expansão de 4,2% em 2008, no Rio Grande do Sul essa deve ter uma queda de 3,7%. Se, ao invés de queda, esse setor apresentasse a mesma performance que a verificada no Brasil, o PIB poderia ser, pelo menos, 0,9 ponto percentual mais elevado.



Fonte: ITAP/FEE.

Fonte: ITAP/FEE. *Estimativas UEE/FIERGS

O segundo fator importante é a alta base de comparação. O PIB do Brasil, no ano de 2007, expandiu-se em 5,4%, ao passo que, no Rio Grande do Sul, esse foi de 7%. Se olharmos os últimos três anos 2006-2008 (inclusive, com as estimativas), a taxa média anual de crescimento da economia brasileira terá sido de 4,74%, enquanto a do Rio Grande do Sul de 4,8%. Como não há elementos que possam justificar uma performance de longo prazo para o PIB do Estado, que destoe da nacional, o resultado de 2008 apenas irá contribuir para trazer a taxa de crescimento da economia gaúcha para a média histórica.



Fonte: IBGE E FEE.

TAXA DE CRESCIMENTO - PIB TOTAL
TABELA 7.1 – EM 2008

	Brasil	RS
Agropecuária	4.21%	-3.7%
Indústria	4.76%	4.6%
Serviços	3.65%	3.4%
PIB total	5.09%	3.11%

Fonte: *Estimativas UEE/FIERGS.

Isso posto, a questão mais importante é caracterizar como que a economia do Rio Grande do Sul pode ser afetada pela mudança de cenário para 2009, com a crise internacional e a perspectiva de desaceleração para o Brasil. É possível imaginar três possíveis canais de impacto da crise internacional no Rio Grande do Sul:

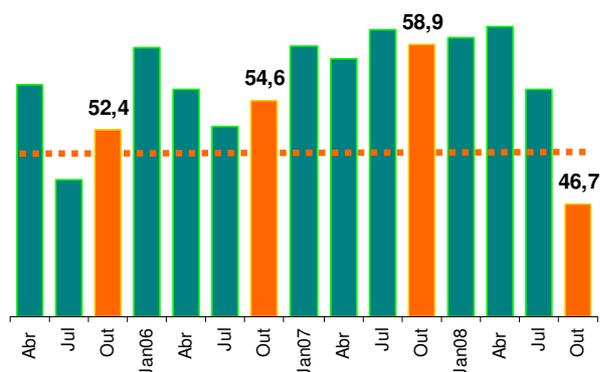
- a) a diminuição do crédito;
- b) a redução do preço das *commodities*;
- c) a redução do fluxo de comércio com os EUA, a União Européia e a Argentina;
- d) Incerteza e investimento.

Como se sabe, as exportações são muito importantes para a economia gaúcha. Assim, o financiamento das mesmas via ACC – Adiantamento de Contrato de Câmbio, é parte fundamental para a garantia dos embarques. No entanto, o que tem se observado é que desde setembro, os contratos de ACC sofreram uma forte redução que certamente terá como conseqüência impactos (em maior ou menor escala) nas quantidades exportadas. Por outro lado, a diminuição do crédito também é um limitante para a demanda interna, uma vez que uma das suas primeiras conseqüências serão as elevações das taxas de juros e as reduções de prazos de pagamento. Com isso, reduzem-se as vendas dado o maior comprometimento dos recebimentos com o pagamento dos parcelamentos, o que inviabiliza certas transações. Além disso, o maior custo financeiro reduz a rentabilidade das operações, podendo comprometer investimento futuro.

Ainda no âmbito das exportações, percebe-se que além do crédito, somam-se outros dois problemas. O primeiro é a redução do preço das *commodities*, resultante do menor nível de atividade mundial. Essa terá conseqüências na renda do campo, que no caso do Rio Grande do Sul, tem fortes impactos sobre o restante da economia. Outro fator importante é a redução já verificada das vendas para os EUA e para a União Européia, e a potencial diminuição das vendas para a Argentina. A retração econômica nesses países e a conseqüente diminuição da renda é ponto fundamental para entendermos a dinâmica de arrefecimento das exportações para esses destinos. E eis aí um problema dessa crise: os países que estão com problemas financeiros são importantes consumidores de nossos produtos e não os nossos concorrentes.

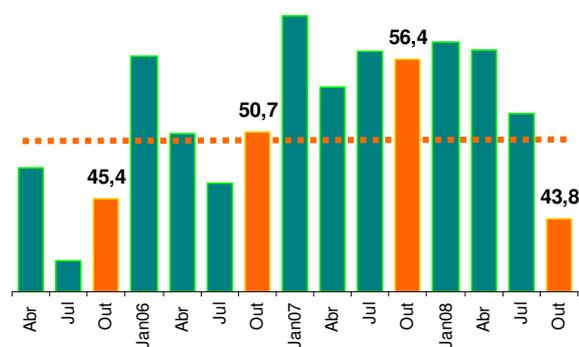
Por fim, é importante abordar sobre o sentimento do empresário. A última sondagem da CNI, feita para Brasil e Rio Grande do Sul, apontava que os industriais mudaram de forma significativa sua percepção sobre o futuro da economia. De um pico no primeiro trimestre de 2008, onde o sentimento era de otimismo, para uma situação que pode ser definida como de pessimismo. Essa percepção deve ter impactos sobre o planejamento de vendas, de investimento e conseqüências sobre as novas contratações.

ÍNDICE DE EXPECTATIVA DO EMPRESÁRIO - ECONOMIA BRASILEIRA
GRÁFICO 7.13 – INDUSTRIAL NO BRASIL



Fonte: CNI.

GRÁFICO 7.14 – INDUSTRIAL NO RS



Fonte: CNI.

Vale citar, ainda dentro do tema incerteza e investimento, a pesquisa da CNI sobre os efeitos da crise na indústria. Feita entre os dias 6 e 14 de novembro em 385 empresas no Brasil, os principais resultados apontaram que 88% das empresas consultadas já sentiam os efeitos da crise. Os impactos sobre as atividades são nítidos nos níveis de produção, vendas e emprego. Além disso, 57% dos empresários disseram que reviram para baixo suas projeções de vendas para 2009. No caso dos investimentos, 71% afirmaram que esses foram afetados. Um percentual também elevado, cerca de 61%, apontou dificuldades nos financiamentos. Porém, o mais importante é que 40% dos empresários acreditam que a crise só será superada depois de 2009.

DETERIORAÇÃO NAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS REDUZ CONFIANÇA DA INDÚSTRIA GAÚCHA

Embora ainda otimista, a confiança do industrial gaúcho com relação à economia diminuiu relativamente a abril, com a reavaliação para baixo das condições atuais e das expectativas sobre a economia brasileira.

Construído com base em um bloco especial de perguntas, o índice que mede a confiança do empresário industrial gaúcho, denominado de ICEI-RS, atingiu 54 pontos, em uma escala de 0 a 100. Esse é o patamar mais baixo desde julho de 2006, ainda que expresse confiança. A pesquisa procura captar dos empresários os sentimentos relativos à economia brasileira e à sua empresa. Além disso, a avaliação é feita tomando como base o cenário dos últimos seis meses e a perspectiva para os próximos seis meses.

Nesse caso, o índice geral revela a crença na manutenção de um cenário nacional favorável para o ano de 2008, embora seja menor na comparação com os meses anteriores. Ressalta-se que essa pequena redução da confiança é consensual entre os diferentes portes de empresas porém, é de maior intensidade nas grandes. Nesse segmento, o indicador recuou tanto na comparação com a última pesquisa em abril quanto na comparação com o mesmo período do ano passado.

A melhor forma de compreender essa mudança de confiança é desagregando a pesquisa. Nesse caso, o ICEI menor pode estar sofrendo tanto a influência do cenário econômico dos últimos seis meses quanto da expectativa para os próximos seis. Os impactos econômicos que a crise do mercado *subprime* nos EUA estão produzindo sobre outros Países, com um crescimento da atividade produtiva em ritmo mais lento, conjugado com índices de inflação mais elevados, na esteira dos preços do petróleo e das

commodities, são dois fatores que podem estar influenciando as respostas dos empresários. Essa é a segunda pesquisa seguida que aponta queda na avaliação sobre o cenário econômico nacional atual, colocando o nível de confiança abaixo da linha de 50 pontos, patamar esse que não era atingido desde janeiro de 2007.

Além do levantamento sobre o sentimento corrente, a metodologia dos índices com base na opinião dos empresários permite análises interessantes, especialmente aqueles referentes às expectativas. Esses são indicadores de antecedência que têm como objetivo antecipar um movimento futuro da atividade econômica. Em outras palavras, procuram adiantar o comportamento dos empresários acerca de diversos indicadores. Se os mesmos estão otimistas, acredita-se que aumentem a produção e o emprego de modo a atender a maior demanda esperada.

Nesse caso, da mesma forma que a percepção sobre o cenário atual piorou, o indicador que mede as expectativas também apresentou queda na avaliação, mas ainda está em patamar considerado otimista (57 pontos). A parcela de empresário que tinha expectativa positiva com a evolução futura da economia brasileira caiu de 34,9% em abril para 23,3% em julho, enquanto, que a mesma avaliação, quando feita para a situação esperada das próprias empresas, recuou de 61,4% para 44,7% no mesmo período. Ou seja, a avaliação desagregada indica que os empresários avaliam o cenário atual com mais cautela mas, se permitem acreditar em bons resultados para os próximos seis meses.

A pesquisa também procura levantar aspectos relacionados a diversos outros fatores como, por exemplo, a margem de lucro. Mesmo diante de um cenário relativamente positivo, os empresários de todos os portes seguem descontentes com suas margens de lucro. O indicador específico registrou 41,4 pontos e refletiu a grande proporção de empresários (42,9%) que a consideraram insatisfatória.

A produção nas fábricas segue aquecida, como confirmam os números de pesquisas da FIERGS e do IBGE. Porém, as expectativas dos empresários para demanda de seus produtos (59,1 pontos) e para o número de empregados (51,8 pontos), para os próximos seis meses, mesmo que apontem aumentos, mostraram-se, em julho, menos otimistas que em abril.

Um ponto de destaque é a avaliação do setor externo. Na esteira de uma contínua valorização da taxa de câmbio desde 2004, as respostas sobre a perspectiva relativa às exportações se deterioraram. Porém, na última pesquisa o indicador de 49,6 pontos sugere que os empresários esperam uma estabilização das vendas externas nos próximos seis meses. Ou seja, pelo menos, nesse caso, o cenário parou de se deteriorar.

Como pode ser visto, os resultados da pesquisa sobre o sentimento do empresário industrial sugerem que a conjuntura econômica atual não é mais tão positiva quanto a experimentada nos últimos meses. O aumento da incerteza diante dos custos crescentes de produção, do aumento dos juros e dos índices de preços, da crise nos EUA e da valorização cambial está na raiz desse processo.

Além disso, as expectativas apontam claramente para uma acomodação no ritmo de crescimento da atividade industrial no Estado que continuará sendo determinada, principalmente, pelo dinamismo da demanda doméstica. A pesquisa do segundo trimestre é particularmente importante para o Rio Grande do Sul pois coincide com a sazonalidade da produção e nível de atividade industrial no estado. No agregado dos setores, os meses de julho a outubro são os que apresentam maior sazonalidade, período esse onde estamos trabalhando, em especial, para atender as encomendas de final de ano.

Publicado no Informe Econômico Nº 35 de 25/08/2008

O pano de fundo para as previsões em 2009 é uma forte desaceleração na economia internacional, preservadas as diferenças entre regiões. Os EUA, a Europa e o Japão, já se encontram em recessão, cenário esse que pode se estender por boa parte do próximo ano. Uma discussão mais detalhada das perspectivas internacionais foi feita na seção específica. Mas, o importante é considerar que importantes parceiros comerciais do Rio Grande do Sul devem demandar menos produtos nos próximos meses.

Um pilar importante da dinâmica do crescimento gaúcho nos últimos dois anos foi o mercado interno. Como deve também ocorrer uma desaceleração da economia brasileira, na esteira do crédito mais restrito, da menor dinâmica do mercado de trabalho e da própria retração dos investimentos, espera-se que esse vetor tenha implicações negativas durante o ano de 2009. Do ponto de vista das atividades setoriais, as primeiras perspectivas de safra para o Brasil apontam uma retração, ver seção sobre o PIB do Brasil. Uma menor quantidade conjugada com preços também não tão satisfatórios em algumas culturas, pode representar um risco para a cadeia produtiva do agronegócio no Rio Grande do Sul. De forma contrária ao traçado para o Brasil, o 2º levantamento feito pela Conab, no mês de novembro, apontava que a safra 2008/09 no Rio Grande do Sul pode ter uma expansão entre 4,3% e 5,9%, voltando ao patamar de 23 milhões de toneladas.

TABELA 7.2 – ESTIMATIVA DA ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO PARA A SAFRA 2008/09

	ÁREA (em mil ha)					PRODUÇÃO (em mil t)				
	Safra 07/08 (a)	Safra 08/09		VARIÇÃO (%)		Safra 07/08 (a)	Safra 08/09		VARIÇÃO (%)	
		Lim Inf (b)	Lim Sup (c)	(b/a)	(c/a)		Lim Inf (b)	Lim Sup (c)	(b/a)	(c/a)
PR	8.485	8.746	8.818	3,1	3,9	30.450	30.721	31.082	0,9	2,1
SC	1.439	1.446	1.476	0,5	2,6	6.459	6.504	6.632	0,7	2,7
RS	7.380	7.582	7.684	2,7	4,1	22.439	23.415	23.766	4,3	5,9
SUL	17.305	17.774	17.978	2,7	3,9	59.348	60.639	61.480	2,2	3,6

Fonte: Conab. 2º levantamento da Safra 2008/09. Produtos selecionados: caroço de algodão, amendoim (1ª e 2ª safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª, 2ª e 3ª safras), girassol, mamona, milho (1ª e 2ª safras), soja, trigo e triticale.

No caso da indústria, é difícil imaginar alguma atividade produtiva que não seja atingida pela crise. O que deve diferenciar essa análise é o prazo e a intensidade. Por exemplo, os primeiros impactos no Rio Grande do Sul já foram sentidos durante os meses de setembro e outubro, em especial nas indústrias que exportam para a Argentina e EUA.

No caso da Argentina, a indústria química e de refino de petróleo, além de máquinas e equipamentos, com destaque para o segmento que fornece para o agronegócio, além da indústria de couro e calçado, foram, nesse primeiro momento, as mais atingidas. Para os EUA, destacam-se as indústrias de fumo, material de transporte, couro e calçado e máquinas e equipamentos. Acreditamos que esse cenário de piora nas exportações deve perdurar até meados de 2009 (para maiores detalhes, ver seção que discute a indústria do Rio Grande do Sul)

Apesar de ainda não se ter os indicadores relacionados ao mês de novembro¹⁵, é possível identificar que a indústria de material de transporte, em especial a produção de automóveis, deve sofrer com a queda de demanda interna, bastando ver os resultados apontados pela Anfavea. Nesse caso, a expectativa é que exista um impacto negativo sobre toda a cadeia, deteriorando os resultados para o segmento metal-mecânico do Rio

¹⁵ Quando esse relatório estava sendo elaborado, os indicadores de atividade industrial da FIERGS e do IBGE abrangiam até o mês de outubro de 2008.

Grande do Sul. Os resultados podem ser majorados na medida em que a base de comparação é elevada. Outro segmento que já sente a retração na carteira de pedidos, seja para o mercado interno ou externo, é o de máquinas agrícolas, na esteira das recentes dificuldades apontadas no centro do país na atividade ligada ao agronegócio.

Em resumo, vale destacar que, a tônica dessa crise, com a restrição do crédito e a retração do consumidor e do investidor em um ambiente de incerteza, deve ser a menor compra de bens duráveis e de capital. Exatamente duas categorias importantes para a composição do PIB industrial gaúcho.

No setor de serviços, os impactos maiores devem ocorrer no comércio, na intermediação financeira, nos transportes e nas atividades imobiliárias e aluguéis. Ambas estão muito relacionadas ao comportamento do crédito e na evolução da massa de salários reais, ver seção sobre emprego no Rio Grande do Sul. De qualquer forma, assim como no Brasil, para o Rio Grande do Sul espera-se uma desaceleração nesse setor. Outro ponto importante a representar uma diminuição na demanda interna é a elevada inflação, que deve corroer parte do poder de compra do trabalhador.

O cenário moderado é onde acreditamos tenha a maior probabilidade de ocorrência. Uma recessão nos países desenvolvidos e uma desaceleração nos emergentes. Essa, não será suficiente para reverter a menor dinâmica do comércio e da renda mundiais mas, pode representar um importante amortecedor da crise. Nesse caso, a perspectiva é que a agropecuária cresça 4,7%, a indústria 1% e os serviços 1,3%.

Os outros dois cenários contemplam situações um pouco mais extremas. No caso mais pessimista, a desaceleração dos países emergentes, dentre os quais o Brasil, é mais forte e, por conseqüência, os impactos no Rio Grande do Sul devem ser maiores. A exceção deve ser a agropecuária, pautada por uma perspectiva de aumento da produção de grãos (o PIB mede quantidade). Porém, nesse cenário, as atividades industriais e de serviços sentem mais os impactos da crise, e apresentam performance pior.

Por fim, no cenário mais otimista, a crise se dissipa ainda no primeiro semestre, e a desaceleração presenciada no Brasil e no Rio Grande do Sul durante o último trimestre do ano de 2008 tem curta duração, podendo ser revertida já a partir do final do primeiro trimestre de 2009. Com isso, o desempenho da indústria e dos serviços pode ser mais satisfatório do que o projetado no cenário moderado. Porém, vale destacar que, em qualquer dos cenários traçados, o desempenho da economia gaúcha deve ficar aquém do verificado em 2008, mesmo que a agropecuária tenha crescimento.

Dois motivos justificam esse resultado. Em primeiro lugar que a base de comparação encontra-se elevada. E, em segundo lugar, que a atividade de serviços, com peso de 62,5% no PIB, e a indústria, com 28%, terão uma dinâmica menor.

TABELA 7.3 – PERSPECTIVAS PARA O PIB DO RIO GRANDE DO SUL

	2007	2008*	Cenários 2009		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Agropecuária	10,1%	-3,7%	3,8%	4,7%	5,2%
Indústria Total	7,7%	4,6%	-1,5%	1,0%	2,0%
Serviços	6,1%	3,4%	0,6%	1,3%	2,0%
PIB total	6,9%	3,1%	0,3%	1,6%	2,3%

Fonte: ITAP/FEE, IBGE, FIERGS. *Estimativas UEE/FIERGS. Previsão.

9. INDÚSTRIA DO RIO GRANDE DO SUL

INDÚSTRIA GAÚCHA AVANÇA, MAS FUTURO É INCERTO

A dinâmica da atividade industrial no Estado em 2008, assim como no País, vem sendo marcada pela forte intensidade. A consumo das famílias foi estimulado por meio do aumento do nível de emprego, da massa salarial, do crédito e das transferências governamentais, e os investimentos. Esse cenário que se propagou pela maioria dos setores e empresas industriais, principalmente, no setor metal-mecânico do Estado. Para o próximo ano, a reversão da conjuntura econômica mundial, com desaceleração da economia mundial, retração dos preços das commodities e deterioração das condições de crédito, deverá atingir especialmente os setores atualmente mais dinâmicos da indústria gaúcha.

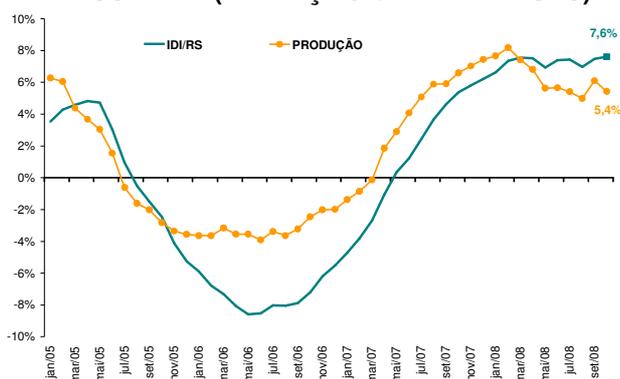
A análise da evolução da indústria de transformação será realizada através das informações das pesquisas Indicadores Industriais e Sondagem Industrial do Rio Grande do Sul realizadas pela FIERGS e da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física do IBGE.

Consolidando o ciclo de expansão observado nos últimos dois anos, a atividade industrial no Estado demonstra um crescimento vigoroso, impulsionada pelo dinamismo da demanda interna e que repercute o maior investimento e o consumo das famílias. Esse cenário reproduz a ampliação das operações de crédito, o crescimento do emprego e da massa salarial e das transferências governamentais. Em menor grau, a demanda externa tem uma contribuição positiva em 2008, a despeito da valorização cambial. Esse fato se deve, principalmente, à economia mundial aquecida na maior parte do ano e aos maiores preços dos produtos exportados.

Nessa conjuntura, ocorre um re-direcionamento de parte da produção para o mercado interno, fenômeno este que deve se intensificar no próximo ano em razão da recessão em alguns dos nossos principais parceiros comerciais no exterior. E como a crise mundial pode repercutir nos indicadores industriais? Em outubro, foi possível registrar que a crise internacional já repercute nos indicadores da indústria gaúcha de outubro com registro de quedas na produção, no emprego, nas horas trabalhadas, na remuneração e na utilização da capacidade instalada, embora os resultados anuais ainda sejam auspiciosos.

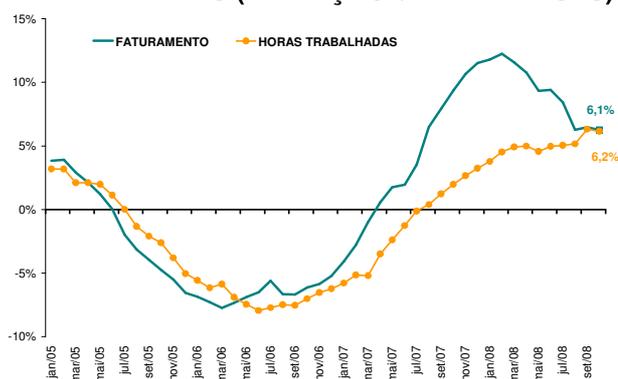
A expansão da atividade industrial gaúcha manteve o ritmo acelerado ao longo de todo o ano de 2008, mas sinais de acomodação já eram percebidos em alguns de seus indicadores, em especial, no faturamento e na produção, mesmo antes da crise, reflexo da alta base de comparação.

GRÁFICO 8.1 – IDI /RS E PRODUÇÃO INDUSTRIAL (VARIÇÃO % EM 12 MESES)



Fonte: UEE/FIERGS – IBGE

GRÁFICO 8.2– FATURAMENTO E HORAS TRABALHADAS (VARIÇÃO % EM 12 MESES)



Fonte: UEE/FIERGS

De acordo com os dados da UEE/FIERGS, o Índice de Desempenho Industrial cresceu 7,6% de janeiro a outubro comparativamente ao período correspondente de 2007. O exame da composição do IDI/RS evidência a expansão de todas as suas variáveis componentes, em especial, as compras de insumo e matérias-primas, a massa salarial e as horas trabalhadas na produção. A dimensão do cenário econômico favorável pode ser percebida na intensidade dos resultados: o IDI/RS registrou até outubro a maior taxa de expansão anual dos últimos oito anos, o emprego e as horas trabalhadas na produção, o maior crescimento desde 2001, enquanto o grau de utilização da capacidade instalada registrou recorde histórico. O faturamento industrial, mesmo diante da valorização cambial, que impacta negativamente a rentabilidade das empresas exportadoras, apontou a segunda maior alta taxa (a maior foi em 2007) em seis anos.

TABELA 8.1 – INDICADORES INDUSTRIAIS – RS

	Variação (%)	
	Ano	12 meses
Faturamento	5,2%	6,2%
Compras	13,4%	13,7%
UCI	2,6%	2,4%
UCI (Grau médio)	87,4%	87,0%
Emprego	5,2%	4,9%
Massa salarial	10,4%	9,4%
Horas Trabalhadas na Produção	6,5%	6,1%
Índice de Desempenho Industrial	7,7%	7,6%

Fonte: UEE/FIERGS

A análise da evolução da atividade industrial setorial, medida pelo respectivo IDI, revela que a distribuição do crescimento se espalha pela indústria gaúcha em 2008. Assim, 15 dos 17 gêneros industriais analisados apresentaram aumento no nível de atividade no ano encerrado em outubro, comparativamente ao período correspondente do ano passado. Os resultados mais expressivos ocorreram nos setores de máquinas e equipamentos, em especial máquinas agrícolas, montagem de veículos e produtos de metal. Essas atividades foram as mais favorecidas pelo cenário de redução de taxas de juros, crescimento da renda e do crédito ao longo do ano.

A evolução positiva do setor de máquinas e equipamentos deriva, em grande medida, do crescimento da renda agrícola resultados da boa safra e dos preços internacionais das *commodities*. Nesse cenário, o nível de atividade do segmento de

máquinas agrícolas cresceu no ano, até outubro, 29,4%, a maior taxa entre todos os segmentos pesquisados. O gênero industrial que registrou recuo foi químicos, com quedas ocorrendo também nos sub-gêneros de bebidas e couros.

Na mesma base de comparação, o faturamento elevou-se 5% em termos reais. O relativo menor dinamismo da variável é explicado pelo impacto da trajetória de valorização do Real frente ao Dólar, ocorrida na maior parte do ano, nas receitas das exportações em moeda nacional. A abertura por gêneros industriais demonstra que a variável vem crescendo em 15 dos 17 dos setores pesquisados e mais intensamente nas indústrias de máquinas e equipamentos, montagem de veículos e alimentos e recuando nas empresas de refino de petróleo, química e nos sub-gêneros de bebidas e couros.

Registrando a maior taxa em dez anos, as horas trabalhadas na produção elevaram-se 6,5% nos meses de janeiro a outubro de 2008 relativamente ao período análogo do ano passado, impulsionadas pelo vigoroso crescimento da variável nos setores de máquinas e equipamentos, alimentos e montagem de veículos automotores.

O nível da utilização da capacidade instalada (UCI) da indústria gaúcha é outro sinalizador do forte ritmo de expansão da atividade manufatureira gaúcha em 2008. O grau médio da UCI situou-se em 87,4%, 2,2 pontos percentuais acima do verificado no ano passado, e se constitui no maior valor da série histórica. Os setores com níveis de UCI acima de 90% são metalurgia básica, produtos químicos, madeira, máquinas e aparelhos elétricos, calçados, couros e artefatos e alimentos, um sinal claro de que o nível de atividade estava realmente elevado. Por fim, é importante referir que a preocupação que dominou em boa parte do ano de 2008 foi sobre a sustentabilidade do crescimento, diante do alto nível de ocupação das instalações industriais e de uma possível demora na maturação dos projetos de investimentos no Estado. Porém, essa diminuiu de importância, pelo menos no curto e médio prazos, devido à crise internacional.

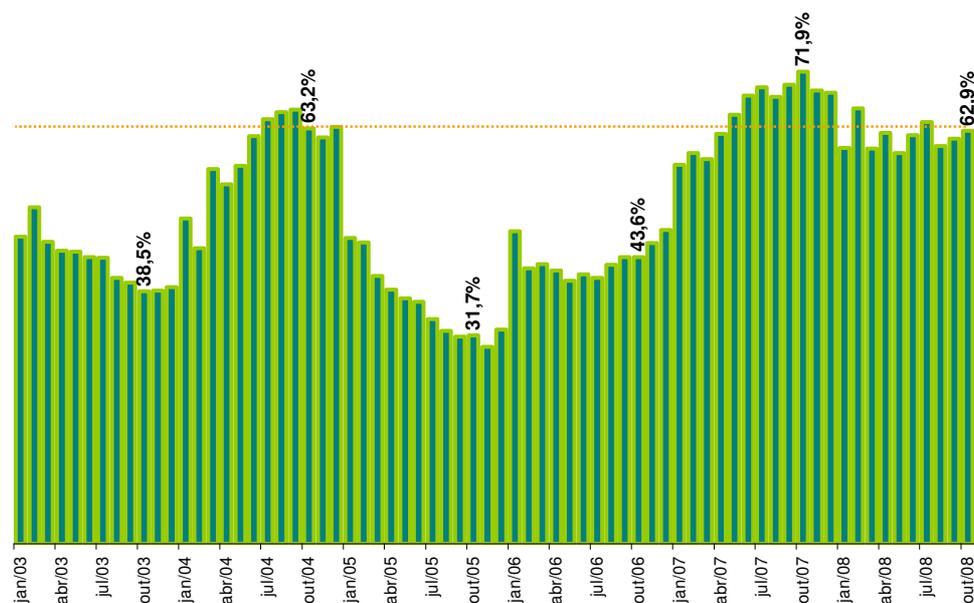
**TABELA 8.2 – INDICADORES INDUSTRIAIS - RS – POR ATIVIDADES
(%) ACUMULADA – JAN-OUT 2008**

	Faturamento	Compras	Massa salarial	Emprego	UCI	Horas trabalhadas	IDI
Alimentos e bebidas	4,1%	1,3%	8,4%	6,1%	88,6%	15,9%	6,6%
Alimentos	5,4%	1,7%	9,5%	6,3%	90,1%	16,3%	7,2%
Bebidas	-9,3%	-6,7%	-2,1%	4,0%	58,2%	0,6%	-4,4%
Fumo	8,8%	9,9%	26,9%	9,7%	-	-20,0%	5,3%
Têxtil	0,6%	0,0%	27,0%	5,6%	88,7%	9,1%	9,3%
Vestuário e acessórios	4,6%	83,0%	13,8%	8,0%	79,4%	3,7%	17,6%
Couros e Calçados	9,3%	10,2%	-4,6%	-3,1%	90,2%	-5,3%	1,6%
Couros	-13,9%	-15,7%	5,3%	2,6%	85,8%	-13,6%	-4,2%
Calçados	13,1%	15,4%	-5,3%	-3,5%	90,8%	-4,2%	3,2%
Madeira	8,9%	3,7%	6,4%	-9,7%	91,6%	-7,9%	3,6%
Edição e impressão	3,1%	16,3%	12,5%	3,4%	77,1%	3,9%	5,8%
Refino de petróleo	-1,3%	47,0%	-2,4%	3,6%	68,2%	-16,6%	9,1%
Química	-13,2%	-6,2%	10,4%	3,6%	92,8%	2,1%	-1,4%
Borracha e plásticos	14,2%	25,9%	7,7%	2,8%	84,5%	9,1%	10,0%
Metalurgia básica	8,5%	8,8%	13,1%	6,1%	94,1%	2,7%	7,8%
Produtos metálicos	11,2%	14,8%	9,0%	8,9%	83,0%	10,9%	10,6%
Máquinas e equipamentos	21,9%	30,8%	26,5%	24,2%	91,6%	31,6%	26,5%
Máquinas agrícolas	43,7%	47,4%	25,6%	29,4%	88,1%	35,4%	36,6%
Máquinas, apar. mat. elét	14,8%	13,5%	11,9%	8,5%	92,0%	11,2%	14,1%
Material eletrônico e com.	13,5%	4,2%	0,2%	4,3%	57,6%	7,8%	6,4%
Veículos automotores	10,1%	22,2%	18,5%	14,8%	87,9%	15,0%	16,3%
Móveis e diversos	8,1%	12,7%	2,3%	2,7%	77,7%	3,4%	5,1%
Móveis	5,2%	5,5%	0,2%	-2,0%	84,5%	-3,3%	2,2%

Fonte: UEE/FIERGS

Outro indicador que revela o alto grau de propagação do atual crescimento econômico é o índice de difusão, definido como a proporção do número de empresas com variação positiva sobre o total de empresas participantes. Esse indicador é elaborado pela Unidade de Estudos Econômicos da FIERGS, com base na amostra dos Indicadores Industriais e calculados para variáveis faturamento e emprego. No caso do faturamento, o indicador alcançou 62,9% em outubro de 2008 ante 72% no mesmo mês do ano passado. Embora menos difundido do que no ano passado, é importante destacar que o seu valor evidencia ainda uma grande disseminação do aumento no faturamento entre as empresas gaúchas em 2008. No mesmo sentido, o índice de difusão do emprego (que será analisado no capítulo específico) registrou valores recordes no período.

GRÁFICO 8.3 – ÍNDICE DE DIFUSÃO – FATURAMENTO REAL NO ANO – RS



Fonte: UEE/FIERGS

A segmentação da indústria relativa à intensidade exportadora revelou que o setor exportador exerceu impacto restritivo relevante no desempenho da indústria gaúcha em 2008. A atividade industrial desse segmento de empresas cresceu apenas 2,2% no acumulado do ano encerrado em outubro, praticamente uma quarta parte da taxa de expansão total da indústria. Todas as variáveis registraram desempenho inferior ao comportamento global, principalmente, o faturamento (+0,3%), as horas trabalhadas na produção (+0,1%) e o emprego (+0,7%). O desempenho modesto desse grupo de empresas de importância histórica para economia gaúcha deve-se ao processo de valorização da taxa de câmbio e seu reflexo sobre as receitas de vendas em Reais.

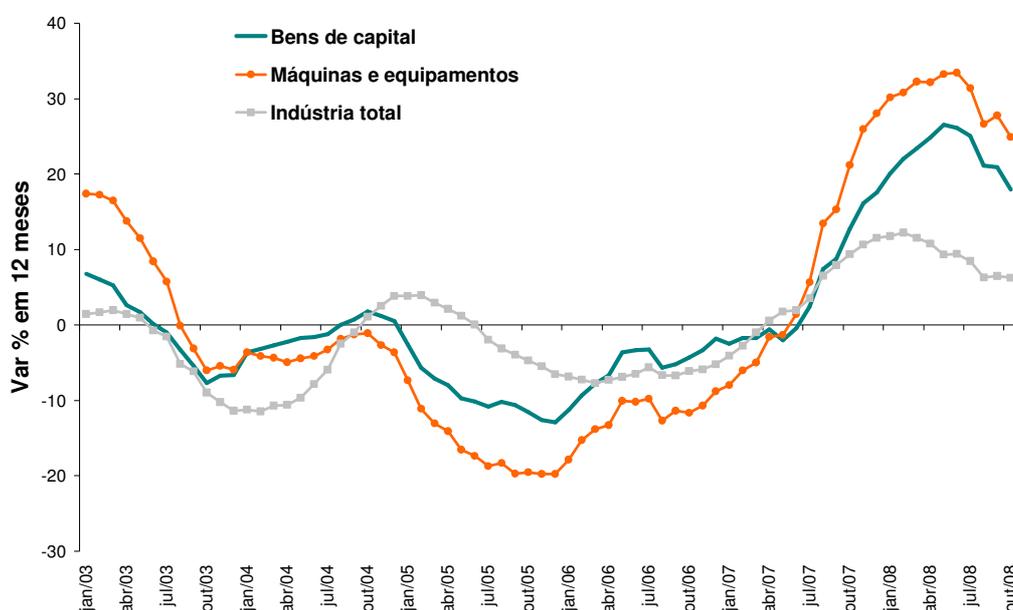
TABELA 8.3 – INDICADORES INDUSTRIAIS INTENSIDADE EXPORTADORA

	Variação acum. no ano (%)	
	Exportadores	Indústria Total
Faturamento	0,3%	4,8%
Compras Totais	6,7%	13,3%
Emprego	0,7%	5,3%
Massa salarial	7,1%	10,5%
Horas Trab. na Produção	0,1%	6,9%
UCI (Variação %)	1,2%	3,0%
U.C.I (Grau médio)	86,8%	87,8%
Índice de Desempenho Industrial	2,2%	7,7%

Fonte: UEE/FIERGS

As segmentações da indústria gaúcha relativa à categoria de uso revelam mais uma vez a importância, no desempenho positivo da atividade industrial em 2008, das empresas produtoras de bens de capital, especialmente para máquinas e implementos para agricultura. De fato, todos os indicadores desse segmento apontaram taxas muito além dos valores médios apresentados pelo setor no ano. Destaques para os crescimentos de 15,5% no faturamento e de 33,8% nas horas trabalhadas na produção e de impressionantes 22,1% no emprego. Esse ritmo é explicado, em grande parte, pela evolução da renda agrícola e pelo forte aumento do crédito, que permitiram a expansão verificada nas vendas das empresas produtoras de máquinas e implementos agrícolas.

GRÁFICO 8.4 – EVOLUÇÃO DO FATURAMENTO – BENS DE CAPITAL (%) ACUMULADA EM 12 MESES



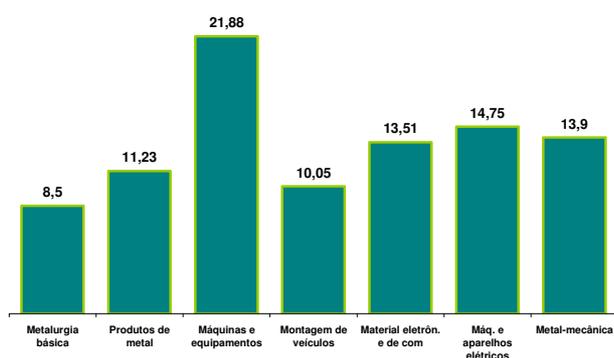
Fonte: UEE/FIERGS

Ainda em termos de segmentação, não há como dissociar o desempenho da indústria gaúcha em 2008 dos resultados apresentados pelo complexo metal-mecânico. De fato, as empresas que compõem esse segmento são responsáveis por 84% do crescimento do faturamento industrial e 85% do emprego. O faturamento desse segmento industrial cresceu 13,9% e as horas trabalhadas na produção 18,5% no ano. Esse cenário

favorável, como já referido, é reflexo do aumento da renda no campo e do crédito, que impactou fortemente no setor de máquinas agrícolas que, por sua vez, impulsiona o setor de máquinas e equipamentos e toda cadeia produtiva do estado. Além desses fatores, a evolução positiva do emprego e dos salários, aliados à estabilidade preços permite o planejamento de longo prazo para as empresas e famílias. Assim, podem definir gastos presentes, produzindo repercussões positivas em outros setores, como fabricação e montagem de veículos, carrocerias e reboques.

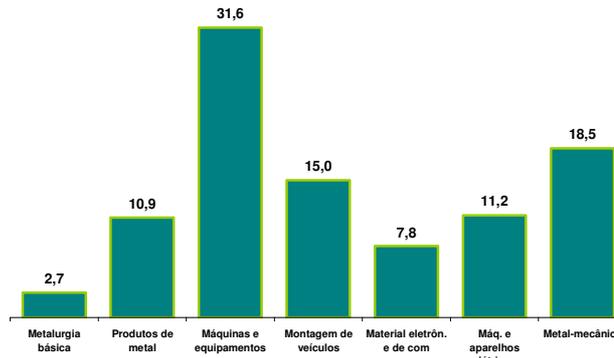
Como pode ser visto nos gráficos 8.5 e 8.6, os resultados do faturamento e das horas trabalhadas na produção para o complexo metal-mecânico mostram o ritmo intenso de crescimento em todos os seus setores.

GRÁFICO 8.5 – FATURAMENTO REAL METAL-MECÂNICO (VARIÇÃO % NO ANO)



Fonte: UEE/FIERGS

GRÁFICO 8.6 – HORAS TRABALHADAS - METAL-MECÂNICO (VARIÇÃO % NO ANO)



Fonte: UEE/FIERGS

O vigor da atividade industrial gaúcha é ratificado pela pesquisa industrial mensal (PIM/IBGE) que mede o comportamento da produção industrial do Estado e aponta um crescimento expressivo de 5,3% nos meses de janeiro a outubro ante o mesmo período do ano. Em termos setoriais, 8 dos 14 gêneros pesquisados registraram taxas positivas. Mais uma vez, confirma-se a importância do complexo metal-mecânico no desempenho global: a expansão de máquinas e equipamentos e veículos automotores foi responsável por 82% do total do crescimento agregado. O primeiro repercutiu a expansão da produção de colheitadeiras, ferramentas hidráulicas e aparelhos de ar-condicionado e, o segundo refletiu a maior fabricação de reboques, carrocerias e automóveis.

Por outro lado, a produção industrial do Rio Grande do Sul foi impactada negativamente pela menor produção nas indústrias de fumo, calçados e artigos de couros, refino de petróleo e álcool e de químicos, por conta da queda na quantidade fabricada de fumo em folha, de calçados de couro e de naftas para a petroquímica.

**TABELA 8.4 – PRODUÇÃO INDUSTRIAL – RS -
JAN-SET 2008**

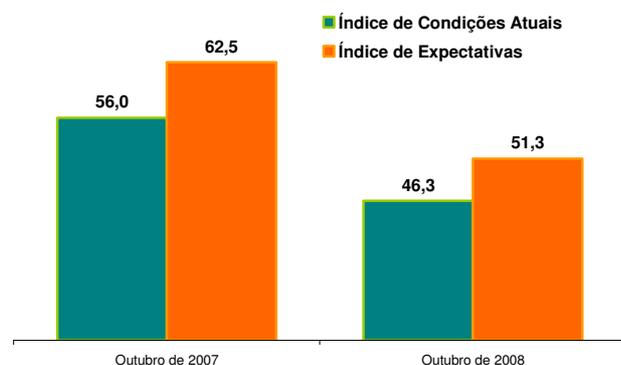
	Variação % acumulada	
	Ano	12 meses
Alimentos	8,8%	8,2%
Bebidas	-9,3%	-8,7%
Fumo	-8,6%	-8,0%
Calçados e artigos de couro	-4,8%	-4,9%
Celulose, papel e produtos de	5,8%	5,5%
Edição, impr. e repr. de gravações	0,0%	-0,3%
Refino de petróleo e álcool	-4,8%	-1,1%
Outros produtos químicos	-1,6%	-1,8%
Borracha e Plástico	3,9%	2,4%
Metalurgia Básica	11,5%	12,0%
Produtos de metal - excl. máq. e	7,4%	7,1%
Máquinas e equipamentos	27,4%	28,6%
Veículos automotores	20,8%	19,4%
Mobiliário	6,6%	2,7%
Produção Física Industrial	5,3%	5,4%

Fonte: PIMPF/IBGE

A continuidade do processo de crescimento expressivo verificado pela indústria gaúcha em 2008, entretanto, não encontra amparo nos índices de confiança do empresariado. A pesquisa de âmbito regional de periodicidade trimestral relacionada às expectativas dos empresários revela a mudança na percepção em relação ao ambiente econômico atual (46,3 pontos) e no futuro próximo (51,3 pontos) expresso na redução do grau de otimismo em decorrência da crise internacional. Os índices variam de 0 a 100 pontos. Valores acima (abaixo) de 50 pontos indicam situação melhor (pior) ou expectativa otimista (pessimista). Nesse sentido, o Índice de Confiança do Empresário Industrial do RS (ICEI-RS) alcançou 49,6 pontos em outubro, com queda de 8% comparativamente ao mês de julho e de 18% em relação ao mesmo mês de 2007 e o mais baixo nível desde 2005. Em outubro de 2008, 34% dos empresários que responderam a pesquisa informaram que a situação econômica havia piorado e 39% se mostravam pessimistas com relação ao futuro da economia brasileira.

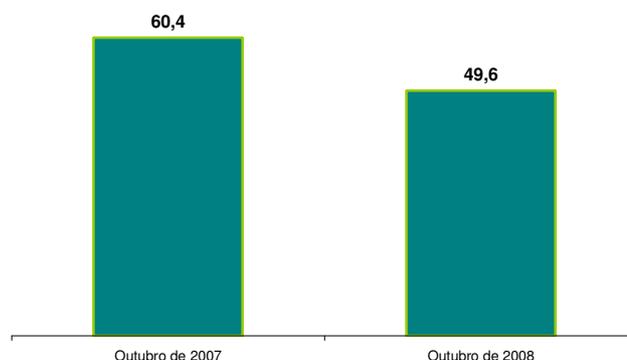
A elevadíssima carga tributária, a competição acirrada de mercado, em especial com importados, o alto custo da matéria-prima, a elevada taxa de juros, o comportamento da taxa de câmbio e a falta de trabalhador qualificado eram, no último mês de outubro, os principais obstáculos aos negócios enfrentados pelas empresas gaúchas.

GRÁFICO 8.7 – ÍNDICE DE CONDIÇÕES ATUAIS E EXPECTATIVAS



Fonte: UEE/FIERGS e CNI

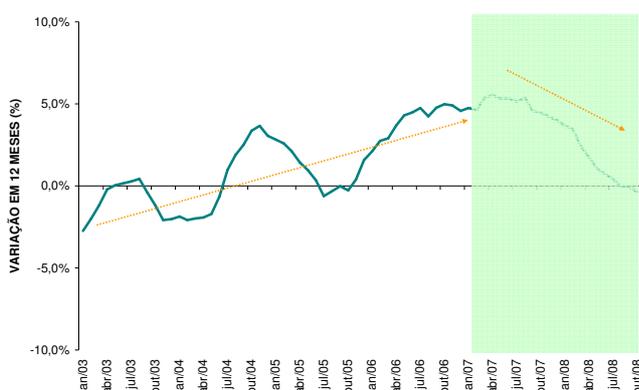
GRÁFICO 8.8 – ÍNDICE DE CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL – ICEI/RS



Fonte: UEE/FIERGS e CNI

Destaca-se que o grande desempenho do setor de bens de capital e o aumento do investimento ainda não trouxeram conseqüências positivas sobre a produtividade do trabalho industrial gaúcho. O indicador, expresso pela razão entre os índices da produção física (IBGE) e das horas trabalhadas na produção, registrou uma queda de 0,5% no ano, ante um crescimento de 4,0% em 2007. Já o custo unitário do trabalho, tomado pela razão entre a folha de pagamento nominal, como *proxy* para a evolução do custo do trabalho e a produção física, apresenta expansão desde a segunda metade do ano passado. No ano encerrado em setembro, o indicador apresentou um crescimento de 5,3%, embora já seja perceptível uma reversão nos últimos meses. Esses dois dados, tomados em conjunto, preocupam, pois afetam diretamente a competitividade das empresas locais.

GRÁFICO 8.9 – EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO – VAR % EM 12 MESES



Fonte: UEE/FIERGS e CNI

GRÁFICO 8.10 – EVOLUÇÃO DO CUSTO UNITÁRIO DO TRABALHO – VAR % EM 12 MESES



Fonte: UEE/FIERGS e CNI

As expectativas dos empresários de um futuro mais sombrio para a economia brasileira e para as empresas são indícios relevantes que sugerem uma desaceleração na atividade industrial no Estado como já percebida nos indicadores de outubro. Para 2009, foram traçados três cenários, em todos as perspectivas são piores do que as registradas em 2008.

No cenário moderado, com maior probabilidade de ocorrência, a perspectiva é que ocorra uma desaceleração na atividade econômica mundial com impactos diferentes entre os países e também nos setores. Com a projeção de recessão nos nossos principais parceiros comerciais, a queda do preço de *commodities* e o menor ritmo da demanda interna, espera-se uma desaceleração intensa na taxa de expansão da atividade industrial local. Todas as atividades manufactureiras deverão acusar os efeitos da crise internacional. Setores mais dependentes do crédito sentirão com mais força, em um primeiro momento. Máquinas e equipamentos deverão sofrer ainda com a redução da renda no campo e veículos automotores com a desaceleração do emprego. Esse movimento deve-se espalhar por toda cadeia metal-mecânica do Estado, exatamente o segmento responsável pelo dinamismo industrial em 2008.

O consumo interno, na esteira de um nível de emprego e salários reais em patamar ainda elevado, deve arrefecer. Soma-se a isso as maiores dificuldades na concessão de crédito e a expectativa é de redução da demanda. Porém, ainda assim, devem sustentar as compras de bens de consumo semi-duráveis por parte das famílias. Nesse caso, o Rio Grande do Sul pode se beneficiar da produção nos setores de móveis, calçados, vestuário e têxteis, alimentos e bebidas. Ressalta-se que, com as dificuldades de vendas no mercado externo, diante da valorização do câmbio e a menor demanda, algumas

empresas produtoras de calçados e móveis deverão redirecionar os negócios para o mercado interno. Sendo assim, a manter o cenário de aumento do emprego e salários, essa estratégia pode amenizar os impactos da crise sobre a atividade em empresas tradicionalmente exportadoras. Porém, os riscos desse cenário não se concretizar são elevados.

No mesmo sentido, a redução do ritmo de crescimento deverá afetar o segmento de bens intermediários que deverão reproduzir a menor atividade econômica brasileira, em especial, produtos químicos, plásticos, borracha, além de itens ligados ao metal-mecânico, como metalurgia, minerais não metálicos, produtos de metal, e material elétrico e eletrônico.

No cenário pessimista, as perspectivas são de uma queda na atividade industrial do Estado, acompanhada de uma recessão branda no Brasil. Nesse cenário, o ambiente externo se agrava diante de uma recessão mundial, com reflexos negativos na economia brasileira e regional, levando a indústria gaúcha a um processo recessivo. O quadro descrito no cenário moderado se deteriora ainda mais e se espalha por quase a totalidade dos setores industriais.

Por fim, em uma perspectiva mais otimista, os pacotes de estímulo nos países desenvolvidos e também nas economias emergentes já começam a produzir resultados a partir do 2º trimestre. Nesse caso, o cenário de recessão para as economias desenvolvidas é mais branda, com uma recuperação já no 2º semestre de 2009. Porém, os países emergentes conseguem compensar essa retração. Essa possibilidade traria reflexos positivos para a economia brasileira e gaúcha que podem experimentar apenas uma leve desaceleração. É importante destacar que a dissipação da crise na economia não significa a volta do crédito aos patamares pré-crise, especialmente no cenário internacional.

Sendo assim, o IDI/RS deverá atingir em 2008 uma expansão de cerca de 6,4%.

Para 2009, no cenário bem mais moderado a atividade industrial gaúcha deverá crescer 1% com queda no setor de máquinas e equipamentos e desaceleração importante no complexo metal-mecânico. A tabela 8.11 demonstra as projeções para os setores industriais em 2009.

No cenário, mais pessimista, a menor demanda doméstica e externa irá representar uma atividade industrial menor no ano que vem, com o IDI podendo cair 2% com praticamente todas atividades registrando queda.

No cenário otimista, a crise internacional repercute na indústria de forma mais branda, a expansão deverá ser um pouco mais intensa, sem repetir, contudo, o desempenho recorde de 2008. Assim, a indústria de transformação tem condições de sustentar um crescimento de 3%.

TABELA 8.11 – PERSPECTIVAS PARA A INDÚSTRIA DO RIO GRANDE DO SUL - IDI

	2007	2008*	Cenários 2009		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Alimentos e bebidas	5,6%	5,8%	1,00%	2,60%	3,52%
Têxteis	4,9%	9,0%	1,88%	3,58%	4,89%
Vestuário e acessórios	14,8%	17,3%	2,80%	4,13%	5,83%
Couros e calçados	0,0%	1,6%	-2,37%	-0,90%	0,67%
Madeira	6,4%	3,3%	-2,56%	1,35%	2,61%
Edição e impressão	1,8%	5,1%	-1,30%	1,63%	3,69%
Refino de petróleo	16,3%	8,9%	-1,18%	1,70%	3,50%
Química	0,5%	-4,0%	-3,37%	0,83%	2,27%
Borracha e plásticos	6,3%	8,2%	-1,41%	2,00%	3,17%
Metalurgia Básica	12,5%	6,8%	-1,24%	1,22%	2,82%
Produtos de Metal	9,6%	9,2%	-1,83%	1,38%	4,10%
Máquinas e equipamentos	23,5%	22,9%	-7,12%	-1,30%	3,50%
Máq. Apar. e material elétrico	7,8%	13,8%	-2,56%	3,14%	6,61%
Material eletrônico e de comunicação	-5,5%	5,8%	-3,26%	1,90%	3,82%
Veículos automotores	14,7%	14,6%	-3,03%	-1,10%	3,50%
Móveis e indústrias diversas	4,4%	4,0%	-2,25%	1,20%	2,72%
Indústria Total	6,2%	6,4%	-2,08%	0,94%	3,08%

Fonte: UEE/FIERGS. * Previsão. Estimativa: UEE/FIERGS

10. MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL

MERCADO DE TRABALHO CONFIRMA A BOA FASE DA ECONOMIA

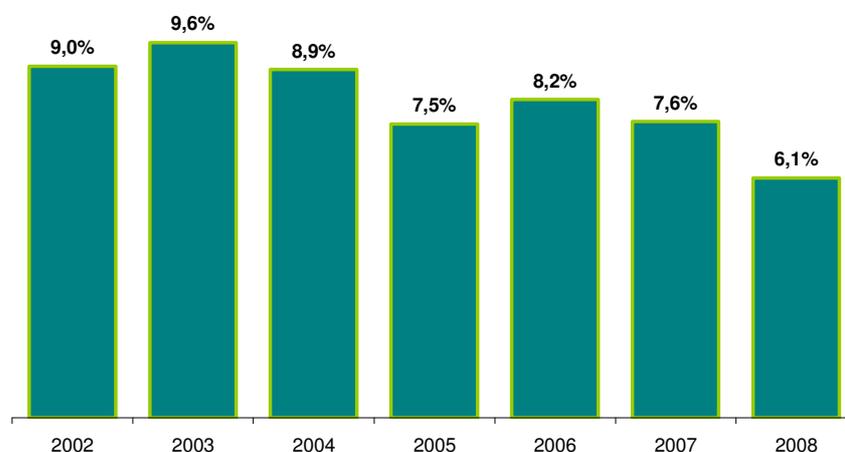
No Rio Grande do Sul, assim como no resto do País, a forte expansão da atividade econômica encontra respaldo nos resultados positivos em termos quantitativos e qualitativos no mercado de trabalho. O número de empregados atinge patamares históricos, reduzindo o desemprego e a informalidade a níveis nunca antes alcançados, com reflexos positivos da renda dos trabalhadores gaúchos. Para o próximo ano, porém, a conjuntura não deve se repetir.

Esta seção tem como objetivo acompanhar a evolução do mercado de trabalho gaúcho e será analisado sob o enfoque de seus principais componentes: o desemprego, o nível de emprego e os rendimentos dos trabalhadores. A análise abrangerá a economia gaúcha (no caso da taxa de desemprego, a região metropolitana de Porto Alegre) com ênfase na Indústria de transformação. As fontes de dados serão a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Cadastro Geral de Admitidos e Demitidos (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a pesquisa Indicadores Industriais do Rio Grande do Sul realizada pela Federação das Indústrias do Estado do RS (FIERGS).

A expansão da atividade econômica produziu efeitos excepcionais no mercado de trabalho gaúcho. O número de empregos gerados cresceu a taxas recordes, elevando o nível a patamares históricos. O cenário favorável é disseminado por todos os setores econômicos do Estado, com impactos positivos no desemprego, que atinge os mais baixos níveis da série histórica, assim como no rendimento médio e na massa de salários.

De acordo com a PME, a taxa de desemprego média registrada na região metropolitana de Porto Alegre alcançou 6,1% no ano encerrado em outubro, a mais baixa das regiões metropolitanas pesquisadas. Além disso, esse valor foi 1,5 pontos percentuais inferior à taxa correspondente ao mesmo período do ano passado e a menor da série histórica.

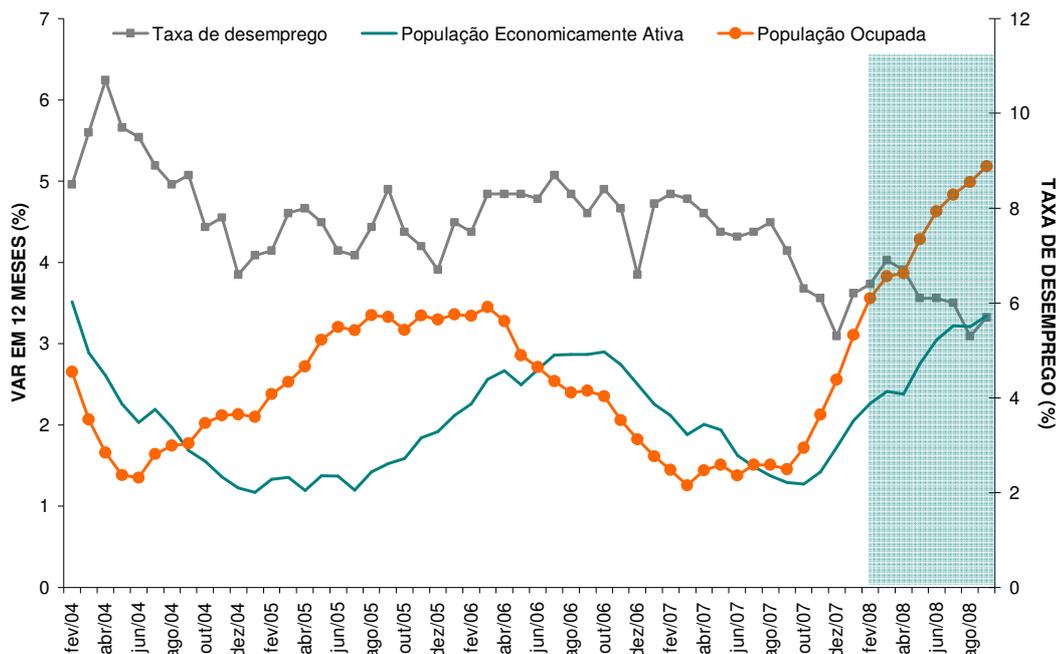
**GRÁFICO 9.1 – TAXA DE DESEMPREGO RM PORTO ALEGRE
MÉDIA DE JANEIRO A OUTUBRO**



Fonte: PME/IBGE

Esse comportamento refletiu a maior intensidade do crescimento da ocupação (93 mil novas ocupações), o melhor desempenho do País, em relação ao aumento da força de trabalho (68,2 mil novos indivíduos). Essa dinâmica possibilitou uma redução de 17,0% (24,8 mil) no número de desempregados, que atingiu, em outubro de 2008, o montante de 114 mil pessoas. Em outras palavras, a economia da região metropolitana de Porto Alegre está sendo capaz de gerar uma quantidade de postos de trabalho acima do número de novos indivíduos na força de trabalho.

**GRÁFICO 9.2 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO E SEUS COMPONENTES
RM DE PORTO ALEGRE**



Fonte: PME/IBGE

**TABELA 9.1 – INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO
NA RM DE PORTO ALEGRE**

	Indicadores (em mil)		Diferença (em mil)	Diferença %
	Jan/out-2007	Jan/out-2008		
População ocupada	1.771	1.864	93	5,3%
População economicamente ativa	1.917	1.985	68	3,6%
População desempregada	146	121	-25	-17,0%
Taxa de desemprego (%)	7,6%	6,1%	-	-1,5%

Fonte: PME/IBGE

A desocupação na região metropolitana de Porto Alegre diminuiu em todas as faixas de idade e anos de estudo pesquisados. A redução do desemprego ocorreu em todas as faixas pesquisadas e foi mais significativa entre os trabalhadores com 18 a 24 anos e com 8 a 10 anos de estudo. As maiores taxas de desemprego, como tradicionalmente ocorre, estão entre os trabalhadores com idade entre 15 e 17 anos e com 8 a 10 anos de estudo.

TABELA 9.2 – TAXA DE DESEMPREGO - POR FAIXA DE SALÁRIOS – RM POA

	Taxa de desemprego (%)		Variação p.p.
	Jan/out-2007	Jan/out-2008	
15 a 17 anos	23,6%	21,4%	-2,2
18 a 24 anos	15,3%	12,5%	-2,8
25 a 49 anos	6,0%	4,8%	-1,2
50 anos ou mais	2,9%	2,2%	-0,6
Total	7,6%	6,1%	-1,5

Fonte: PME/IBGE

TABELA 9.3– TAXA DE DESEMPREGO - POR ANOS DE ESTUDO – RM POA

	Taxa de desemprego (%)		Variação p.p.
	Jan/out-2007	Jan/out-2008	
0 a menos de 8 anos	7,2%	5,9%	-1,4
8 a 10 anos	10,0%	8,2%	-1,8
11 anos ou mais	6,8%	5,4%	-1,4
Total	7,6%	6,1%	-1,5

Fonte: PME/IBGE

Da mesma forma, o desemprego caiu em todos os setores econômicos pesquisados. A queda foi mais intensa na construção civil, confirmando o aquecimento da atividade econômica em Porto Alegre. Considerando o agrupamento de atividades econômicas, o desemprego é maior no segmento composto pelo comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos. A indústria reduziu a desocupação em 0,7 pontos percentuais na comparação com o ano passado, embora mantenha ainda uma das maiores taxas entre as atividades econômicas pesquisadas.

TABELA 9.4 – TAXA DE DESEMPREGO – POR GRUPAMENTO DE ATIVIDADES - RM DE PORTO ALEGRE

	Taxa de desemprego (%)		Variação p.p.
	Jan/out-2007	Jan/out-2008	
Indústria Extrativa, transformação e SIUP	4,3%	3,7%	-0,7
Construção	4,3%	2,6%	-1,7
Comércio, reparação de veíc.automot. e de obj pessoais e domésticos	4,2%	3,9%	-0,3
Serv. prestados à empresa, aluguéis, ativ. imobiliárias e interm. financ	4,0%	3,4%	-0,6
Adm. pública, defesa, seg. social, educação, saúde e serviços sociais	1,5%	1,3%	-0,2
Serviços domésticos	3,8%	3,7%	-0,1
Outros serviços	4,7%	3,1%	-1,6
Total	7,6%	6,1%	-1,5

Fonte: PME/IBGE

A queda na taxa de desemprego na região metropolitana de Porto Alegre refletiu, em grande medida, o forte crescimento do nível de ocupação. Como já referido, o número de pessoas ocupadas aumentou 5,3% no ano encerrado em outubro ante o mesmo período de 2007 a maior taxa de crescimento da série histórica. Esse comportamento ocorre em todos os grandes setores econômicos com destaque para o setor comercial tanto em número de postos gerados quanto em termos percentuais. Chama atenção o fato de que o grande momento vivido pela indústria gaúcha, pelo menos até outubro, não repercute na mesma intensidade na ocupação da região que registrou um desempenho bem inferior aos demais setores econômicos. Esse resultado, muito possivelmente, reflete as dificuldades enfrentadas pelo setor coureiro-calçadista decorrente da valorização cambial. Cabe o registro da forte redução da ocupação nos serviços domésticos e, em menor grau, em outras atividades.

**TABELA 9.5 – PESSOAS OCUPADAS - POR GRUPAMENTO DE ATIVIDADES –
RM DE PORTO ALEGRE**

	Pessoas ocupadas (mil)		Variação (mil)	Variação (%)
	Jan-Out/2007	Jan-Out/2008		
Indústria extrativa, transformação e SIUP	395,5	405,9	10,4	2,6%
Construção	120,8	129,3	8,5	7,0%
Comércio, reparação de veíc. automot. e de obj. pessoais e	342,4	378,3	35,9	10,5%
Intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços	229,9	249,6	19,7	8,6%
Adm. pública, defesa, segur. social, educação, saúde e serv. sociais	287,6	299,6	12,0	4,2%
Serviços domésticos	122,0	117,1	-4,9	-4,0%
Outros serviços	257,8	269,7	11,9	4,6%
Outras atividades	14,7	14,2	-0,5	-3,4%
Total	1.770,7	1.863,7	93,0	5,3%

Fonte: PME/IBGE

O aumento da formalização é outro aspecto marcante no mercado de trabalho metropolitano de Porto Alegre. De acordo com o critério de posição ocupada pelos trabalhadores, 80% das novas vagas geradas em 2008 foram com carteira assinada, aumentando a proporção desses trabalhadores na economia da região de 49,6% em 2007 para 51,1% em 2008. Esse grupo expandiu o nível de ocupação em 8,5% no período de janeiro a outubro de 2008 ante o mesmo período do ano passado com 74,3 mil novos postos de trabalho. O número de pessoas ocupadas sem carteira assinada cresceu em um ritmo menor: 3,9%. Destaca-se, por fim, a queda de 2,1% no número de trabalhadores por conta própria enquanto o número de empregadores aumentou 9,1%.

**TABELA 9.6 - NÍVEL DE OCUPAÇÃO – POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
RM DE PORTO ALEGRE**

	Pessoas ocupadas (mil)		Diferença (mil)	Diferença %
	Jan/Out-2007	Jan/Out-2008		
Empregadas - com carteira de trabalho assinada	878,1	952,4	74,3	8,5%
Empregadas - sem carteira de trabalho assinada	332,7	345,7	13,0	3,9%
Conta própria	323,5	321,4	-2,1	-0,6%
Empregadoras	84,8	93,9	9,1	10,7%
Trabalhadoras, não remuneradas, de membro da unic	0,4	0,3	-0,1	-25,0%
Militares ou funcionários públicos estatutários	134,4	135,9	1,5	1,1%
Trabalhadoras, não remuneradas, de membro da unic	16,9	13,9	-3,0	-17,8%
Total	1.770,8	1.863,5	92,7	5,2%

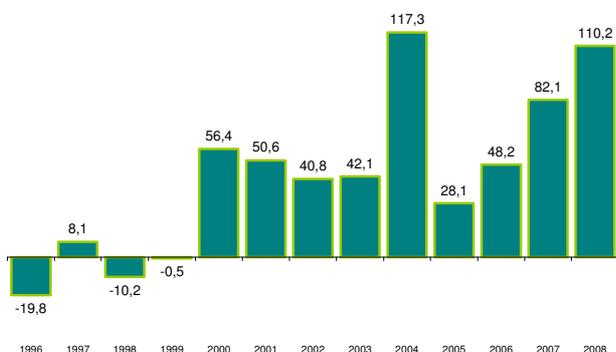
Fonte: IBGE. Elaboração UEE/FIERGS

O bom desempenho do emprego e o aumento da formalização não são características apenas do mercado de trabalho na região metropolitana de Porto Alegre, mas também de todo Estado. Com base nos dados do CAGED/MTE foram gerados 110,2 mil empregos com carteira assinada no Rio Grande do Sul no período janeiro a outubro de 2008, completando nove anos seguidos de crescimento deste indicador. A última vez que o indicador registrou queda foi no ano de 1999 em razão das incertezas derivadas da crise cambial ocorrida naquele período. O número registrado no ano é 34,3% superior às novas vagas criadas no mesmo período do ano passado e refletiu o aumento no ritmo das contratações na indústria de transformação (36,7 mil), nos serviços (34,4 mil), no comércio (23,5 mil). Vale destacar que o desempenho até aqui se configura na segunda maior quantidade de postos de trabalho criados da série disponível para o Rio Grande do Sul, abaixo somente do ano de 2004 quando, no mesmo período, foram criadas 117 mil novas oportunidades de trabalho.

Com esse resultado, o estoque de trabalhadores com carteira assinada no Estado alcançou 2,52 milhões no mês de outubro. No acumulado do ano encerrado em outubro, o

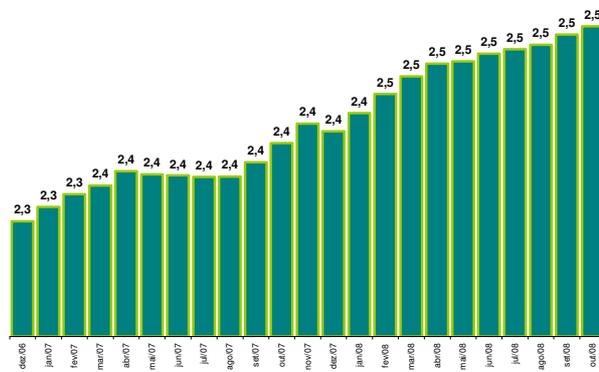
nível de emprego cresceu 5,1% na comparação com o mesmo período do ano passado o que representou um aumento de 120,5 mil novos empregos.

GRÁFICO 9.3 – GERAÇÃO DE EMPREGOS FORMAIS – RS - JAN-OUT 2008 (EM MIL)



Fonte: MTE.

GRÁFICO 9.4 – ESTOQUE DE EMPREGADOS FORMAIS – RS - (EM MILHÕES)



Fonte: MTE

Os fatores que determinam a expansão do emprego formal em 2008 no Estado são os mesmos que explicam o intenso ritmo da atividade econômica, em especial, a expansão da demanda interna, expresso pelo aumento dos investimentos e do consumo das famílias, estimulado por meio do aumento do nível de emprego, da massa salarial, do crédito e das transferências governamentais.

Nenhuma região do Estado apresentou retração no nível de emprego formal em 2008. O comportamento do emprego regional refletiu a sua característica econômica. Nesse sentido, as regiões com a maior geração de emprego são aquelas que têm como característica a presença da indústria a metal-mecânica. De fato, as regiões Noroeste e Nordeste registraram as maiores taxas de crescimento no Estado. O emprego na região Noroeste foi determinado pelo aumento nas contratações dos setores de comércio e de indústria de transformação, especialmente nas indústrias de máquinas e equipamentos e produtos de metal. No Nordeste do Estado, a grande geradora de emprego foi indústria de transformação, com contribuições importantes das empresas de montagem de veículos, reboques e carrocerias, produtos de metal, alimentos e máquinas e equipamentos.

Em termos absolutos, a região metropolitana de Porto Alegre deu a maior contribuição para o resultado global, reproduzindo a expansão do emprego no setor de serviço e na indústria de transformação, especialmente, as empresas fabricantes de produtos de metal e máquinas e equipamentos.

TABELA 9.7 - NÍVEL DE EMPREGO FORMAL – REGIÕES DO RS

	Estoque de empregados		Diferença absoluta	Diferença (%)
	Jan-out/2007	Jan-out/2008		
Noroeste	309.646	335.165	25.518	8,2%
Nordeste	299.735	320.891	21.157	7,1%
Centro Ocidental	79.604	82.845	3.240	4,1%
Centro Oriental	159.509	166.117	6.609	4,1%
Metropolitana de Porto Alegre	1.293.108	1.348.151	55.044	4,3%
Sudoeste	94.235	97.996	3.762	4,0%
Sudeste	131.690	136.906	5.216	4,0%
Total	2.367.526	2.488.071	120.545	5,1%

Fonte: MTE Elaboração UEE/FIERGS

No Estado, a análise setorial revela que a distribuição do crescimento do emprego, em 2008, é caracterizada pela ausência de choques negativos. Além disso, o emprego em todos os principais setores econômicos do Estado atingiu níveis recordes. A expansão do número de trabalhadores com carteira assinada foi liderada, em termos percentuais, pela construção civil (+14,9%), mas em termos absolutos, foi a indústria de transformação que mais emprego gerou, seguida pelo comércio.

TABELA 9.8 – EMPREGOS COM CARTEIRA ASSINADA – POR SETORES - RS

	Estoque médio de empregados		Diferença absoluta	Diferença (%)
	Jan/out-2007	Jan/out-2008		
Agropecuária	76.228	78.741	2.513	3,3%
Indústria Extrativa	5.555	6.116	561	10,1%
Indústria de Transformação	620.759	661.965	41.206	6,6%
SIUP	24.262	24.645	382	1,6%
Construção Civil	78.630	90.314	11.684	14,9%
Comércio	438.717	471.118	32.401	7,4%
Serviços	1.123.381	1.155.179	31.799	2,8%
Total	2.367.532	2.488.077	120.545	5,1%

Fonte: MTE Elaboração UEE/FIERGS

Enfocando a análise apenas na indústria de transformação gaúcha, os dados de emprego do CAGED apontam para a criação de 36,7 mil postos de trabalho de janeiro a outubro de 2008, especialmente, no setor metal-mecânico e de alimentos.

Esse desempenho determinou uma expansão de 6,6% no nível de emprego industrial, o que corresponde 41,2 mil vagas a mais do que o registrado no período de 2007 e um estoque médio mensal de 661.965 trabalhadores, o mais alto da história, ver tabela 9.9. O expressivo incremento nesse setor reflete a forte expansão das vendas e da produção industrial no ano.

A abertura por gêneros industriais demonstra que apenas os setores de fumo e madeira revelaram queda no nível de emprego entre os meses de janeiro a outubro comparativamente ao período análogo de 2007. Vale ressaltar também a pífia geração de emprego no setor coureiro-calçadista: 369 novas vagas, um crescimento de apenas 0,3%. Esse dado é particularmente importante na medida que se refere à atividade industrial com o maior contingente de trabalhadores e revela que a forte expansão do emprego na indústria gaúcha se dá a despeito desse fato.

Entre os demais ramos industriais, as maiores contribuições para o resultado global no ano vêm sendo dadas pelos segmentos de máquinas e equipamentos, produtos de metal, veículos automotores e alimentos e bebidas. Em termos percentuais, as maiores taxas de expansão no período foram registradas na ordem: outros equipamentos de transporte, máquinas e equipamentos e veículos automotores. O robusto crescimento do nível de emprego desses setores reflete, principalmente, a redução de juros, aumento da renda e do emprego e a evolução das condições de crédito.

TABELA 9.9 – EMPREGOS COM CARTEIRA ASSINADA – INDÚSTRIA - RS

	Estoque médio de empregados		Diferença (empregos)	Diferença (%)
	Jan/Out-2007	Jan/Out-2008		
Produtos alimentícios	96.460	101.707	5.247	5,4%
Bebidas	8.180	8.674	494	6,0%
Produtos de fumo	11.926	11.557	-369	-3,1%
Produtos têxteis	8.770	9.327	557	6,3%
Vestuário e acessórios	20.497	22.082	1.585	7,7%
Couros e calçados	147.489	147.858	369	0,3%
Produtos de madeira	16.788	16.622	-166	-1,0%
Celulose	9.649	9.902	253	2,6%
Impressão e reprodução	8.166	8.567	401	4,9%
Coque e deriv. petróleo e biocomb.	1.481	1.545	64	4,3%
Produtos químicos	14.707	15.202	495	3,4%
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	2.244	2.459	216	9,6%
Produtos de borracha e material plástico	38.921	40.778	1.858	4,8%
Produtos de minerais não metálicos	15.575	17.044	1.469	9,4%
Metalurgia	14.035	15.583	1.548	11,0%
Produtos de metal	50.854	56.994	6.140	12,1%
Equip. inform., mat. eletrônico e ópticos	10.539	11.869	1.330	12,6%
Máquinas, aparelhos e material elétrico	11.750	13.078	1.328	11,3%
Máquinas e equipamentos	42.266	51.460	9.194	21,8%
Veículos automotores, reboques e carroceria	38.230	43.587	5.357	14,0%
Outros equipamentos de transporte	1.046	1.323	277	26,5%
Móveis	32.913	34.434	1.520	4,6%
Produtos diversos	9.167	9.924	758	8,3%
Manut., reparação e inst. máquinas e equip.	9.106	10.388	1.281	14,1%
Total	620.759	661.965	41.206	6,6%

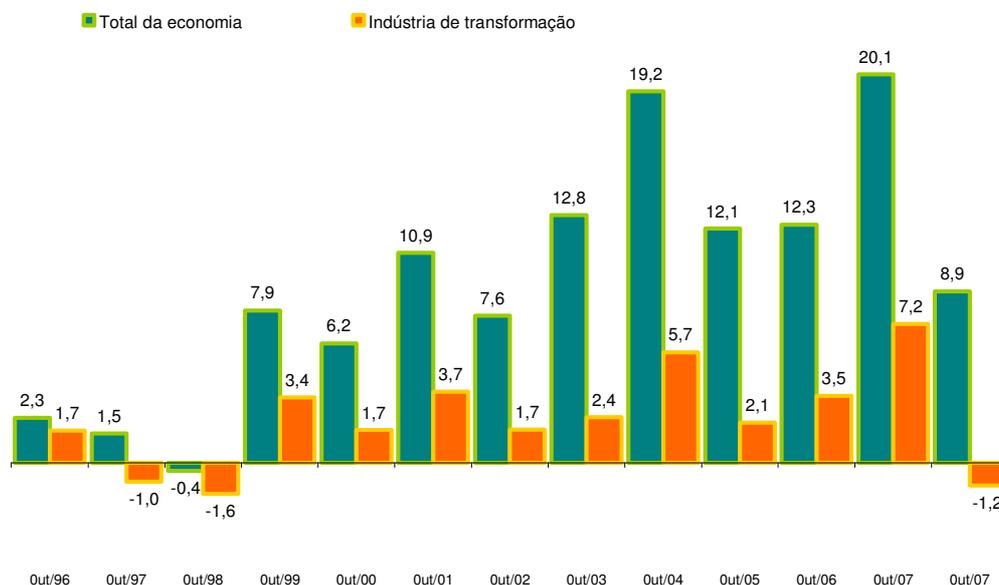
Fonte: MTE

E como podemos mensurar os impactos negativos da crise internacional no emprego do no RS? Destaca-se que esses já são evidentes nos dados do CAGED do mês de outubro. A economia gaúcha registrou a menor geração de postos de trabalho em seis anos para esse mês. Contrariando a sazonalidade característica de outubro, a indústria de transformação, por sua vez, registrou fechamento de 1,2 mil de postos de trabalho, fato que não ocorria desde 1998. A queda do emprego no setor repercutiu os saldos negativos verificados nos empresas de couros e calçados (-2,1 mil postos de trabalho) e máquinas e equipamentos (-605 empregos).

No mesmo sentido, os Indicadores Industriais do Rio Grande do Sul em outubro apontaram uma queda no emprego e na massa salarial em relação ao mês de setembro contrariando a comportamento normal das variáveis no período¹⁶. Destaca-se, que a retração no emprego repercutiu principalmente as demissões no setor coureiro-calçadista.

¹⁶ Nota: Essa análise é feita considerando os dados dessazonalizados.

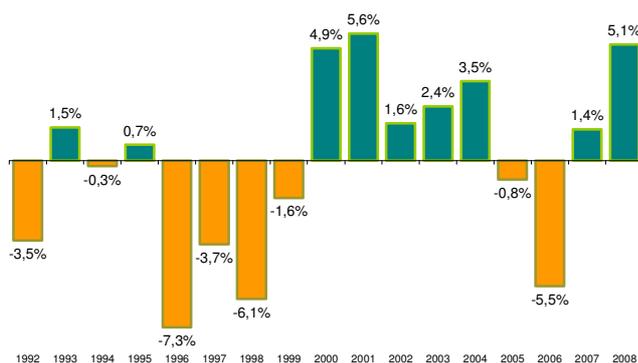
GRÁFICO 9.5 – GERAÇÃO DE EMPREGOS COM CARTEIRA ASSINADA - RS – TOTAL DA ECONOMIA E INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO – OUTUBRO (EM MIL)



Fonte: MTE

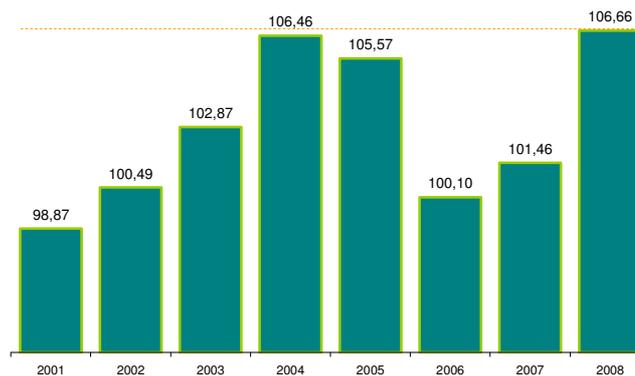
A evolução do mercado de trabalho industrial, considerados os dados da FIERGS, confirma os resultados bastante positivos do emprego do setor apresentado pelo Ministério do Trabalho. Nesse sentido, o indicador cresceu no período de janeiro a outubro sobre o mesmo período do ano passado e apresentou a maior taxa de crescimento em sete anos, recuperando os empregos perdidos na crise de 2005 e 2006 e elevando o nível de emprego em 2008 a patamares recordes.

GRÁFICO 9.6 – EMPREGO INDUSTRIAL - RS – VARIÇÃO (%) – JAN-OUT



Fonte: UEE/FIERGS

GRÁFICO 9.7 – EMPREGO INDUSTRIAL - RS – NÚMERO ÍNDICE MÉDIO - JAN-OUT



Fonte: UEE/FIERGS

Em termos setoriais a dinâmica do mercado de trabalho industrial repercute o comportamento da atividade econômica, em especial, o desempenho do complexo metal-mecânico do Estado. Nesse sentido, o crescimento do número de trabalhadores nos setores de máquinas e equipamentos, veículos automotores e produtos de metal deram as maiores contribuições ao resultado global. Refletindo os impactos da valorização cambial, o fechamento de postos de trabalho nas empresas coureiro-calçadistas impediu

um melhor desempenho da variável. As indústrias de móveis e de madeira também reduziram a quantidade de postos de trabalho.

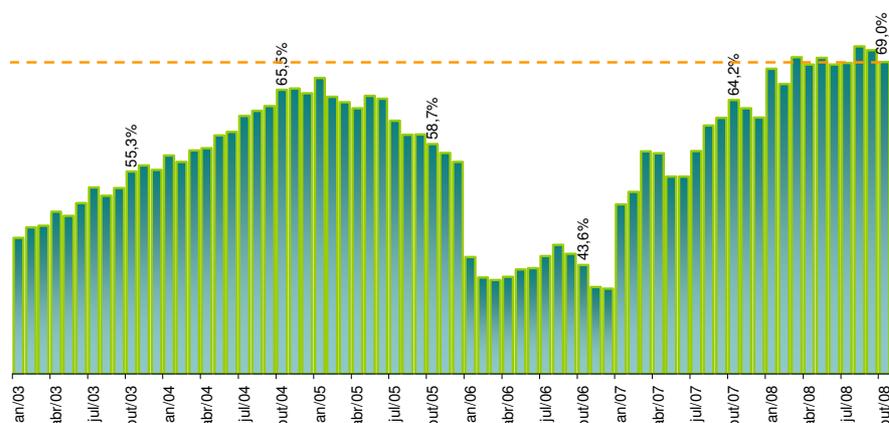
TABELA 9.10 – PESSOAL OCUPADO – INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - RS – JAN-OUT 2008

	Variação acumulada no ano (%)	Variação acumulada em 12 meses (%)
Alimentos e bebidas	5,8%	5,5%
Produtos têxteis	5,7%	4,2%
Conf. art. vestuário e acessórios	8,0%	9,7%
Prep. couro, fab. art. couro e calçados	-3,1%	-4,0%
Produtos de madeira	-9,7%	-9,0%
Edição, impr. e reprod. gravações	3,4%	3,9%
Coque, refino comb. nuclear, álcool	3,6%	3,6%
Produtos químicos	3,6%	3,8%
Artigos borracha e plástico	2,9%	3,4%
Metalurgia básica	6,1%	6,5%
Prod. metálicos - excl. máquinas	8,8%	8,7%
Máquinas e equipamentos	24,2%	24,6%
Máq., aparelhos e mat. elétricos	8,5%	8,4%
Mat. eletrônico e equip. comunic.	4,3%	3,3%
Veículos automotores	14,9%	14,6%
Outros equipamentos de transporte	2,8%	3,1%
Móveis, indústrias diversas	-2,0%	-2,0%
Indústria de Transformação	5,1%	4,8%

Fonte: FIERGS

A expansão do emprego é verificada na maioria das indústrias gaúchas nesse ano. É o que se conclui a partir do índice de difusão do emprego industrial – proporção de empresas da amostra dos Indicadores Industriais-FIERGS que aumentaram o quadro de funcionários no ano – que atingiu em outubro 69 pontos. Isto significa que 69% das empresas – 7 em cada 10 - aumentaram o quadro de empregados de janeiro a outubro de 2008 na comparação com o mesmo período de 2007. Este percentual é o maior da série pesquisada para os meses de outubro.

GRÁFICO 9.8 – EMPREGO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO – RS – ÍNDICE DE DIFUSÃO – JAN-OUT



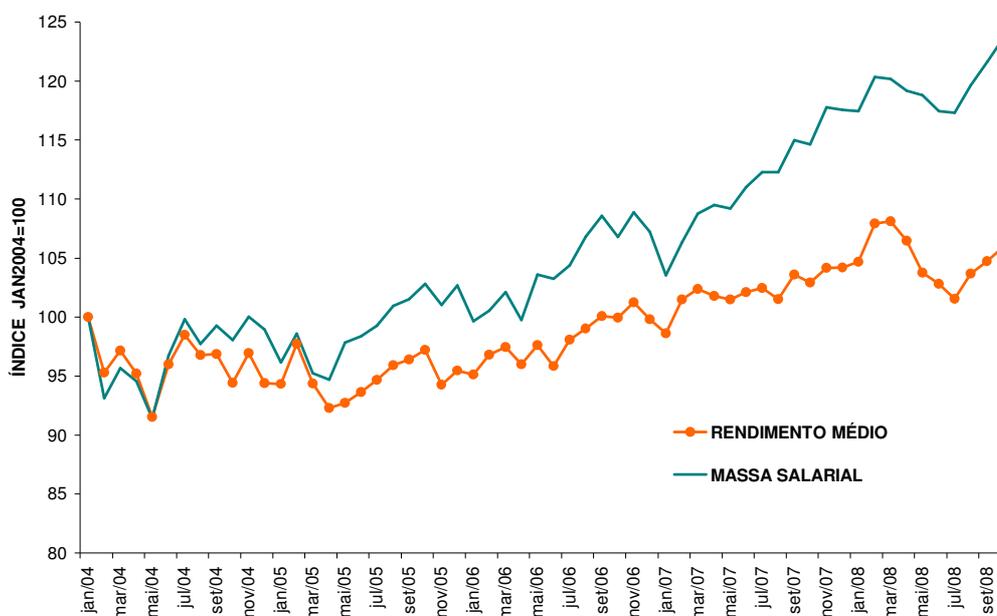
Fonte: FIERGS. Elaboração UEE/FIERGS

No que se refere à análise dos rendimentos pagos aos trabalhadores gaúchos, serão utilizados duas fontes de dados: a PME/IBGE com abrangência na região metropolitana de Porto Alegre e a pesquisa Indicadores Industriais do Rio Grande do Sul, divulgada pela FIERGS, que compreende o setor industrial do Estado.

Simultaneamente à expansão do nível de emprego, o desempenho dos rendimentos dos trabalhadores apresentou uma melhora significativa em 2008. Os reajustes salariais acima da inflação e o aumento do salário mínimo em termos reais têm influenciado a evolução dos rendimentos, bem como, a redução da taxa de desemprego que pressiona os salários para cima, tendo em vista a tentativa das empresas de atrair os melhores trabalhadores.

Nesse sentido, o rendimento médio do trabalhador na região metropolitana de Porto Alegre atingiu R\$ 1.191,46 por mês a valores de outubro, um crescimento real de 3,1% relativo aos rendimentos pagos no período do ano passado. Nessa mesma base de comparação, a massa salarial, impulsionada pelo forte crescimento do emprego atingiu R\$ 2,2 bilhões por mês, o que corresponde uma expansão, em termos reais, de 8,4%. Esta é a maior taxa da série histórica e explica, em grande parte, o robusto dinamismo da demanda doméstica.

GRÁFICO 9.6 - RENDIMENTO REAL HABITUALMENTE RECEBIDO - RS



Fonte: PME / IBGE

Em termos absolutos, a expansão nos rendimentos totais recebidos habitualmente pelos trabalhadores representou um incremento médio de R\$ 172,8 milhões/mês, em valores de outubro, na economia da região. No ano encerrado em outubro, portanto, a região metropolitana de Porto Alegre recebeu um incremento de 1,7 bilhão em salários.

Cada trabalhador recebeu em média R\$ 35,5 por mês a mais do que em 2007, o que totaliza R\$ 355,00 no período de janeiro a outubro de 2008 a mais do que no período análogo do ano passado.

Os trabalhadores do setor privado, sem carteira assinada, além daqueles pertencentes ao setor público foram os que apresentaram os maiores ganhos de renda real. Os ganhos de renda foram menores para os empregados do setor privado com carteira enquanto os trabalhadores por conta-própria tiveram uma perda.

**TABELA 9.11 – RENDIMENTOS REAIS HABITUALMENTE RECEBIDOS
RM DE PORTO ALEGRE**

	Rendimento médio (R\$)		Diferença R\$	Diferença %
	Jan/Out-2007	Jan/Out-2008		
Contra-própria	1.066	1.049	-17,1	-1,6%
Setor privado com carteira	1.033	1.065	31,8	3,1%
Setor privado sem carteira	718	752	33,9	4,7%
Setor Público	2.037	2.126	88,1	4,3%
Total	1.156	1.191	35,5	3,1%

Fonte: PME

Comportamento semelhante é percebido na indústria de transformação do Estado. Em sintonia com o incremento da atividade industrial, persistem os ganhos salariais reais do trabalhador industrial. De janeiro a outubro, o rendimento médio do trabalhador cresceu 5,0% enquanto a massa de salários real, impulsionada pelo intenso aumento do emprego, expandiu 10,3%. Destaca-se a expansão acima de dois dígitos nas remunerações pagas pelas indústrias do complexo metal-mecânico do Estado, especialmente, as empresas produtoras de máquinas e equipamentos que registraram uma expansão 26,5% no período. Vale registrar ainda, os ganhos salariais obtidos em 2008 pelos trabalhadores dos setores têxtil e vestuário. Reduziram a folha de pagamentos apenas as empresas de madeira e química.

**TABELA 9.12 – RENDIMENTOS REAIS – INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO RS
(%) ACUMULADA – JAN-OUT 2008**

	Rendimentos	
	Salário médio	Massa salarial
Alimentos e bebidas	1,8%	7,7%
Produtos têxteis	16,6%	26,9%
Conf. art. vestuário e acessórios	20,3%	27,1%
Prep. couro, fab. art. couro e calçados	4,6%	13,0%
Produtos de madeira	-1,9%	-4,6%
Edição, impr. e reprod. gravações	17,9%	6,5%
Coque, refino comb. nuclear, álcool	8,8%	12,5%
Produtos químicos	-5,7%	-2,4%
Artigos borracha e plástico	5,8%	9,7%
Prod. minerais não-metálicos	4,7%	7,7%
Metalurgia básica	6,4%	13,1%
Prod. metálicos - excl. máquinas	4,8%	14,0%
Máquinas e equipamentos	1,9%	26,5%
Máq., aparelhos e mat. elétricos	3,0%	11,9%
Mat. eletrônico e equip. comunic.	-3,9%	0,2%
Veículos automotores	3,3%	18,5%
Móveis, indústrias diversas	-0,3%	2,5%
Indústria de Transformação	5,0%	10,3%

Fonte: FIERGS

A expectativa sobre os rendimentos dos trabalhadores gaúchos, é a mesma referida quando da análise nacional, diante da manutenção de uma conjuntura menos favorável em 2009: uma desaceleração nos ganhos. A indústria de transformação deverá seguir o mesmo caminho. Lembramos que, por conta da crise internacional a massa salarial registrou outubro uma queda de 2,6% comparativamente ao mês de setembro.

Segundo as projeções da Unidade de Estudos Econômicos, o crescimento do emprego formal no Estado em 2008, tanto no agregado quanto na indústria de

transformação, deveremos encerrar o ano contabilizando algo em torno de 111 mil novas vagas com carteira assinada. Na indústria total, este número deverá ser de 43,7 mil, resultado do desempenho da indústria de transformação, que deverá gerar 33,1 mil postos de trabalho em 2008.

Já para 2009, as projeções em todos os cenários propostos resultam em volumes inferiores ao ano de 2008. Com uma expectativa de deterioração no quadro conjuntural no Estado expresso em um menor ritmo de crescimento da vendas internas e externas e da produção industrial, têm-se os elementos necessários para se criar 48,7 mil empregos, bem abaixo, portanto, de 2008. Esse resultado deriva basicamente de um crescimento menos vigoroso do emprego em todos os setores, especialmente, na indústria (10,9 mil), em grande parte, devido à geração de 7,9 mil postos de trabalho na indústria de transformação.

No cenário pessimista, com as projeções de recessão da economia regional, deverá resultar em um ritmo menor ainda na geração de empregos formais. Dessa forma, projeta-se uma criação de 28,5 mil empregos no próximo ano. A indústria de transformação nesse cenário deverá ser responsável pelo fechamento de 7,4 mil oportunidades de trabalho.

No cenário otimista, naturalmente, as projeções de crescimento da economia são maiores e, portanto, devendo resultar em um maior número vagas criadas. Nesse cenário, projeta-se 62,2 mil novas vagas para 2009. A indústria de transformação, por sua vez, deve colaborar com um incremento de 14,8 mil novos empregos.

TABELA 9.14 - GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO FORMAIS - RS

	2007	2008	Cenários 2009		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Agropecuária	2.712	2.725	1.476	2.053	2.157
Indústria Total	40.383	43.731	-5.187	10.913	20.782
Indústria de transforma	30.542	33.121	-7.387	7.979	14.798
Serviços	51.229	64.714	32.245	35.786	39.233
Total	94.324	111.170	28.533	48.752	62.172

Fonte: UEE/FIERGS

TABELA 9.15 – GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO FORMAIS - INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO – RS

	2007	2008*	Cenários 2009		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Alimentos e bebidas	5.722	7.328	1.066	3.624	5.436
Fumo	-1.553	8	-1.538	-503	-604
Têxteis	307	980	158	302	362
Vestuário e acessórios	1.000	1.261	390	504	605
Couros e calçados	-3.953	-3.793	-975	-645	334
Madeira	31	-339	-114	92	110
Edição e impressão	727	592	-329	333	476
Refino de petróleo	78	92	-9	27	54
Químicos	595	918	-900	245	350
Borracha e plásticos	2.502	1.148	-363	368	621
Metalurgia Básica	1.652	1.382	-192	156	562
Produtos de metal	5.422	4.910	-941	376	1.133
Máquinas e equipamentos	8.729	7.182	-1.930	755	1.048
Máquinas e apar elétricos	821	1.526	-273	292	417
Material eletrônico e de com,	559	481	-43	62	123
Montagem de veículos	4.630	4.625	-860	635	1.342
Móveis e indústrias diversas	1.643	2.101	-840	420	971
Outros	1.630	2.720	306	938	1.458
Total	30.542	33.121	-7.387	7.979	14.798

Fonte: UEE/FIERGS

11. SETOR EXTERNO DO RIO GRANDE DO SUL

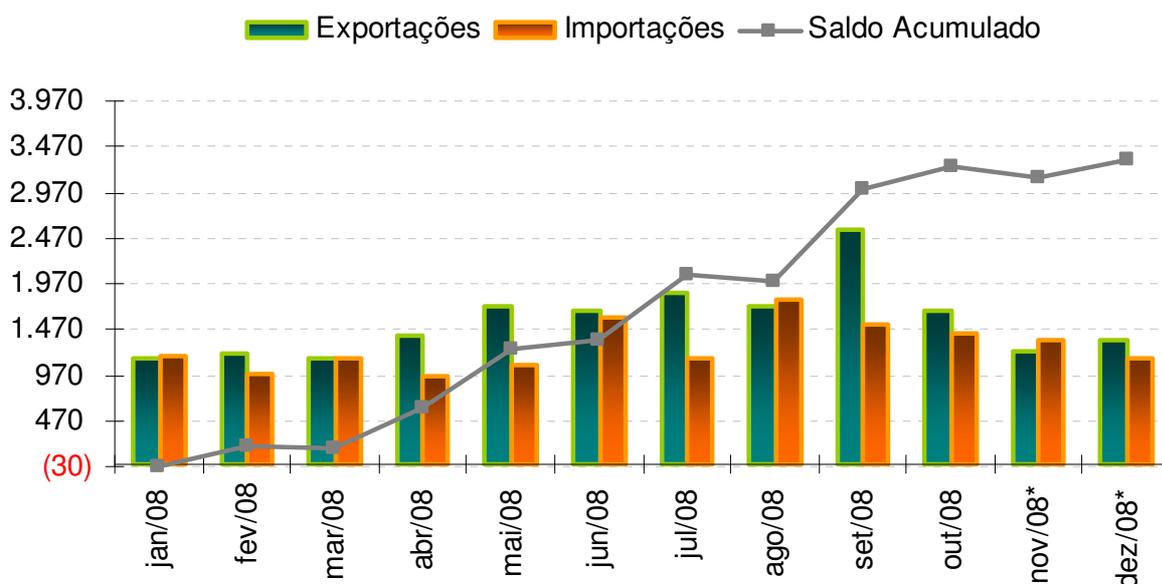
EXPORTAÇÕES SUPERAM EXPECTATIVA E CRESCEM ACIMA DE 20% EM 2008.

O bom resultado foi alcançado, na medida que a crise internacional afetava mais o setor financeiro poupando o lado real da economia e possibilitando que a demanda externa continuasse aquecida. Esse cenário perdurou durante a venda da safra 2007/2008, com os preços no mercado externo ainda extremante favoráveis.

Ao final de 2007, quando se projetou as exportações do Estado para 2008, um cenário otimista indicava crescimento de 8%. Contudo, logo nos dez primeiros meses desse ano já foi possível superar a marca projetada. Desse modo, a estimativa para o fechamento de 2008 será de crescimento superior a 20%, em relação a 2007. Até outubro, as exportações totais do estado (incluindo indústria e produtos primários) tiveram um incremento de 28%, alcançando o montante de US\$ 16,1 bilhões, enquanto que as vendas externas da indústria acumularam alta de 29%, ou US\$ 13,9 bilhões, superando as expectativas do início do ano.

Esse bom resultado foi sendo confirmado ao longo do ano, na medida que a crise internacional afetava mais o setor financeiro poupando o lado real da economia e possibilitando que a demanda externa continuasse aquecida. Esse cenário perdurou durante a venda da safra 2007/2008, com os preços no mercado externo ainda extremante favoráveis.

**GRÁFICO 11.1 – EXPORTAÇÕES MENSAIS DO RIO GRANDE DO SUL
(EM US\$ MILHÕES)**



Fonte: Secex / MDIC. Elaboração: FIERGS. *Projeções.

Contudo, o bom momento das exportações em 2008 ocorreu até setembro. As taxas de crescimento mensais sobre os mesmos meses do ano anterior mostravam

elevações que variavam de 8,8% (março) até 44% (abril). Entretanto, no mês de outubro o desempenho foi bem menos expressivo, apenas 3% em relação ao mesmo mês do ano passado, mostrando os primeiros sinais de desaceleração.

De uma maneira geral, pode-se observar que este ano foi caracterizado por dois cenários distintos, não somente para os exportadores, mas a própria economia mundial passou de um período de euforia para uma situação de arrefecimento econômico. Por exemplo, o preço do barril do petróleo chegou perto dos US\$ 150 e voltou para o patamar de US\$ 50, um forte indicativo de que a atividade econômica será menos intensa nos próximos meses. Durante os nove primeiros meses do ano os exportadores contaram com um ambiente internacional extremamente favorável, no qual se destaca o patamar elevado dos preços das *commodities* e uma demanda igualmente forte. Além disso, internamente houve uma maior disponibilidade de crédito aos exportadores. Dessa forma, nem mesmo a menor competitividade proporcionada pelo Real valorizado foi capaz de frear as vendas externas. Porém, a demanda aquecida mais do que compensou o efeito da valorização cambial. Nesse primeiro momento também se observou uma aceleração das importações, o que resultou na maior corrente de comércio da história do RS, mais de US\$ 30 bilhões.

Alguns eventos atípicos ocorreram em 2008 e devem ser considerados na análise dos números. O primeiro fato refere-se ao ápice dos embarques do Complexo da Soja (grão, óleo e farelo), que tradicionalmente ocorriam em março e foram postergados para o mês de abril, gerando impactos nas taxas de crescimento das vendas desses meses.

TABELA 11.1 –EXPORTAÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL POR DESTINO

	US\$ milhões		Variação		Participação	
	Jan-Out	Jan-Out	%	US\$ milhões	Jan-Out	Jan-Out
	2007	2008			2007	2008
ESTADOS UNIDOS	1.516	2.196	45%	681	12,1%	13,6%
CHINA	1.313	1.772	35%	459	10,4%	11,0%
ARGENTINA	1.212	1.370	13%	157	9,6%	8,5%
RUSSIA	585	775	32%	190	4,7%	4,8%
ALEMANHA	365	557	53%	192	2,9%	3,5%
HOLANDA	403	543	35%	140	3,2%	3,4%
PARAGUAI	347	495	43%	148	2,8%	3,1%
ITALIA	289	427	47%	137	2,3%	2,6%
BELGICA	348	408	17%	60	2,8%	2,5%
CHILE	335	359	7%	25	2,7%	2,2%
TOTAL DO GRUPO	6.713	8.901	33%	2.188	53%	55%
TOTAL GERAL	12.577	16.127	28%	3.550	100%	100%

Fonte: Secex / MDIC. Elaboração: FIERGS

Outro fato atípico, e que necessita de particular atenção, está na venda da plataforma de exploração de petróleo fabricada junto ao porto de Rio Grande, Plataforma P-53. A mesma foi transacionada como uma exportação para os Estados Unidos e contabilizada no mês de setembro. Como a contratante da P-53 não é a Petrobras, mas uma empresa norte-americana, o grupo de investidores que comprou a plataforma depois arrenda para a Petrobrás. Nesse caso fez-se necessário um procedimento de exportação fictícia, um movimento apenas contábil. Neste processo, o bem não sai fisicamente do País. É feita a venda para a empresa no exterior, como uma exportação, em seguida a

Petrobrás, posteriormente, faz a importação¹⁷. Assim como em qualquer exportação, o grupo norte-americano faz o pagamento à Quip S.A., empresa responsável pela montagem da plataforma no Estado, e a Petrobras faz a importação.

O impacto dessa venda no setor externo do Estado foi de US\$ 861 milhões, e trouxe os Estados Unidos para a primeira posição dentre os principais destinos do RS, que totalizou até outubro US\$ 2,2 bilhões exportados. Mas esse resultado mascara um efeito negativo. Desconsiderando o valor da P-53, as vendas para o país norte-americano caíram 12% na comparação com os dez primeiros meses de 2007. Nesse caso, o país ocuparia a terceira posição dentre os destinos do Estado. Esse desempenho é decorrente da queda de 34% nas vendas de Couro e Calçados, item com maior peso na pauta (16,4%), o que representou uma perda de receita na ordem de US\$ 190 milhões. O setor Fumageiro continua em segundo, com maior participação (10,1%) nas vendas para os EUA, e apresentou aumento de 9,6% em 2008. Mas se, por um lado, a receita de exportações para os Estados Unidos cai mês a mês, decorrente da diminuição das compras de calçados, por outro lado o Estado tem diversificado as vendas para o País. As exportações de Material Elétrico e de Comunicação cresceram 30,7% e os Químicos passaram a representar 8,7% da pauta, com o aumento de 13,3% nas vendas, em que se destacaram as vendas de Tolueno (US\$ 26 milhões) e Benzeno (US\$ 13 milhões).

TABELA 11.2 – EXPORTAÇÕES PARA OS EUA POR GÊNERO DA INDÚSTRIA (EM US\$ MILHÕES)

Gênero da Indústria	Jan-Out 2007	Part. (%)	Jan-Out 2008	Part. (%)	Var. (%)	US\$ milhões
Material de Transporte	130	9%	961	44%	636%	831
Couros, Artefatos e Calçados	549	36%	359	16%	-35%	-190
Fumo	202	13%	222	10%	10%	20
Química	168	11%	191	9%	13%	23
Máquinas e Equipamentos	185	12%	181	8%	-2%	-4
Material Elet. e de Comunic.	43	3%	57	3%	31%	14
TOTAL DO GRUPO	1.273	84%	1.959	89%	54%	686
Total da Indústria	1.507	99%	2.187	100%	45%	680
Básicos	8	1%	9	0%	11%	1
Transações Especiais	0	0%	0	0%	46%	0
Total Geral	1.516	100%	2.196	100%	44%	681

Fonte: Secex / MDIC. Elaboração: FIERGS

A crise diminuiu ainda mais as vendas para os Estados Unidos. O resultado das exportações no mês de outubro indicou forte desaceleração nas exportações para o País, menos 38%, com relação ao mesmo mês de 2007, representando US\$ 63 milhões. Os setores que apresentaram maior retração foram Fumageiro (-80%), Material de Transporte (-75%) e Couro e Calçados (-25%). As vendas de Couros e Calçados mantém a trajetória de queda, mas essa tendência já era observada mesmo antes do aprofundamento da crise.

A China foi o segundo destino dos produtos gaúchos no ano, com 11% de participação na pauta. As vendas para o país asiático estão concentradas em quatro setores, que juntos, representam 93% da pauta, são eles: Básicos (51% de participação), Alimentos e Bebidas (21%), Fumo (16%) e Celulose e Papel (5%). O crescimento de 35% no ano das vendas foram bastante concentradas em produtos do agronegócio. Os embarques do Complexo da Soja atingiram US\$ 1,27 bilhão, em que as vendas de soja

¹⁷ Do ponto de vista da balança comercial brasileira, o procedimento de exportar e depois importar é compensado. Porém, quando se faz a análise desagregada por estado, essas discrepâncias ficam mais nítidas.

em grão cresceram 14%, atingindo US\$ 903 milhões, e as de óleo de soja expandiram, 273%, totalizando US\$ 367 milhões. O setor de Couro e Calçados apesar da participação ainda pequena, 3,7%, aumentaram suas vendas em 28% no período, sendo que os embarques de couros e peles de bovinos secos, pena flor e preparados, juntos somaram US\$ 32 milhões.

O terceiro principal destino das vendas do Estado foi a Argentina, com crescimento de 13% das vendas no acumulado do ano. O setor de Químico, apesar do baixo crescimento, 4,1%, manteve-se como o principal exportador para o País vizinho, com 33% na participação das vendas do Estado. Os principais embarques foram de Polietilenos (US\$ 160 milhões), Benzeno (US\$ 72 milhões) e Polipropileno (US\$ 39 milhões). Maquinas e Equipamentos foi o segundo setor em participação, em que se destacam os embarques de Ceifadeiras e Debulhadoras, que somaram US\$ 105 milhões, um incremento de 36% em relação ao mesmo período do ano passado. Entre os produtos do gênero de Material de Transporte destaca-se a venda de Tratores, que totalizou US\$ 101 milhões, um incremento de 37,5% em relação a 2007.

**TABELA 11.3 – EXPORTAÇÕES PARA A CHINA POR GÊNERO DA INDÚSTRIA
(EM US\$ MILHÕES)**

Gênero da Indústria	Jan-Out 2007	Part. (%)	Jan-Out 2008	Part. (%)	Var. (%)	US\$ milhões
Alimentos e Bebidas	99	8%	368	21%	270%	268
Fumo	237	18%	295	17%	25%	58
Celulose e Papel	48	4%	84	5%	73%	35
Couros, Artefatos e Calçados	52	4%	66	4%	29%	15
Química	67	5%	31	2%	-53%	-36
TOTAL DO GRUPO	503	38%	844	48%	68%	341
Total da Indústria	522	40%	869	49%	66%	347
Básicos	791	60%	903	51%	14%	112
Transações Especiais	0	0%	0	0%	-88%	0
Total Geral	1.313	100%	1.772	100%	35%	459

Fonte: Secex / MDIC. Elaboração: FIERGS

Contudo, os resultados das exportações de outubro para a Argentina mostraram uma forte desaceleração, menos 37% em relação à outubro de 2007. A queda atingiu quase que a totalidade dos gêneros da indústria. Porém, a queda foi ainda mais acentuada nos setores de Refino de Petróleo (-63%), Máquinas e Equipamentos (-51) e Couro e Calçados (-22%). Destaca-se que o primeiro setor enfrenta uma redução do preço do petróleo no mercado internacional e, com a expectativa de redução na atividade econômica. Já o segundo, sofre com a redução da disponibilidade de crédito. A tendência é de desaceleração ainda maior nas exportações para a Argentina, uma vez que a situação econômica do país não fornece sinais de que a crise será superada com tranquilidade.

Outro destaque dentre os destino das exortações do RS foi a Rússia, que se tornou importante parceiro comercial nos últimos anos. A carne Suína e de Frango, ambas *in natura*, foram os principais produtos exportados. O complexo de carnes no total embarcou US\$ 643 milhões para a Rússia, 26% a mais que em 2007.

Assim, exportações totais da indústria do Rio Grande do Sul de janeiro a outubro apresentaram elevação de 29% na comparação com o mesmo período de 2007, atingindo US\$ 13,9 bilhões de dólares. A participação da indústria nas exportações totais do Estado passou de 86% para 87%. Esse resultado foi bastante influenciado pelo desempenho de setores relacionados ao agronegócio, em que se destacam Alimentos e Bebidas, outras

atividades como o Fumo e Celulose e Papel também apresentaram boa performance. Mesmo os setores que compõe o segmento Metal-mecânico, tal como Material de Transporte, Máquinas e Equipamentos, tiveram seu desempenho favorecido pelo bom momento do agronegócio. O crescimento nas vendas de máquinas e implementos agrícolas e de Tratores é resultado de um movimento de expansão na capacidade produtiva para atender a uma crescente demanda por alimentos.

TABELA 11.4 – EXPORTAÇÕES PARA A ARGENTINA POR GÊNERO DA INDÚSTRIA (EM US\$ MILHÕES)

Gênero da Indústria	Jan-Out 2007	Part. (%)	Jan-Out 2008	Part. (%)	Var. (%)	US\$ milhões
Química	415	36%	456	33%	4%	41
Máquinas e Equipamentos	223	19%	312	23%	33%	89
Material de Transporte	89	8%	126	9%	34%	37
Refino de Petróleo	101	9%	80	6%	-24%	-20
Borracha e Plástico	42	4%	65	5%	45%	22
TOTAL DO GRUPO	870	76%	1.039	76%	13%	169
Total da Indústria	1.149	100%	1.367	100%	13%	218
Básicos	3	0%	3	0%	-10%	0
Transações Especiais	0	0%	0	0%	0%	0
Total Geral	1.151	100%	1.370	100%	13%	218

Fonte: Secex / MDIC. Elaboração: FIERGS

O crescimento no preço dos produtos exportados foi determinante para o desempenho do Estado. O processo inflacionário que se observou no preço das *commodities* até a metade do ano, em patamar mundial, beneficiou os setores exportadores, resultando em maiores receitas em dólares. Contudo, o *quantum* exportado, que mostrou um desempenho mais tímido, é uma variável relevante para determinar o crescimento da produção e do emprego (aumento das quantidades vendidas). Conforme, a variação no acumulado nos últimos quatro trimestres dos índices de preços e quantidades das exportações do RS, calculados pela Funcex, fica claro que o crescimento do valor exportado pelo RS, no acumulado dos últimos quatro trimestres até o terceiro trimestre de 2008, se deve mais pelo aumento de preços destes produtos do que pelo incremento nas quantidades vendidas. Enquanto os preços cresceram 28,1%, as quantidades exportadas tiveram acréscimo de apenas 2,7%.

**TABELA 11.5 – EXPORTAÇÕES TOTAIS DO RS POR GÊNERO DA INDÚSTRIA
(EM US\$ MILHÕES)**

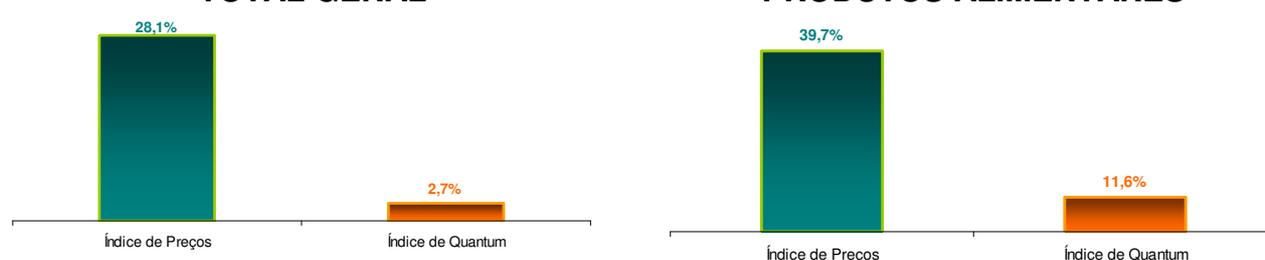
Gênero da Indústria	Jan-Out 2007	Part. (%)	Jan-Out 2008	Part. (%)	Var. (%)	US\$ milhões
Alimentos e Bebidas	2.556	20%	3.994	25%	56%	1.438
Fumo	1.463	12%	1.743	11%	19%	280
Material de Transporte	711	6%	1.670	10%	135%	959
Química	1.415	11%	1.605	10%	13%	190
Couros, Artefatos e Calçados	1.540	12%	1.497	9%	-3%	-43
Máquinas e Equipamentos	1.063	8%	1.390	9%	31%	327
Refino de Petróleo	518	4%	399	2%	-23%	-119
Móveis	240	2%	251	2%	4%	11
Produtos de Metal	188	1%	232	1%	23%	44
Borracha e Plástico	184	1%	232	1%	26%	48
Indústrias diversas	231	2%	227	1%	-2%	-4
Material Elet. e de Comunic.	198	2%	219	1%	11%	21
Celulose e Papel	135	1%	162	1%	20%	27
Madeira	149	1%	127	1%	-15%	-22
Têxteis	97	1%	104	1%	8%	7
Metalurgia Básica	75	1%	78	0%	4%	3
Vestuário e Acessórios	38	0%	34	0%	-11%	-4
Extrativa Mineral	13	0%	22	0%	65%	9
Total da Indústria	10.812	86%	13.986	87%	29%	3.174
Básicos	1.626	13%	1.950	12%	20%	324
Transações Especiais	139	1%	190	1%	37%	51
Total Geral	12.577	100%	16.127	100%	28%	3.550

Fonte: Secex / MDIC. Elaboração: FIERGS

O destaque setorial ficou por conta de Alimentos e Bebidas, que exportou mais 56% na comparação com janeiro a outubro de 2007, e passou a representar 25% das exportações totais do Estado. Esse resultado foi em grande parte decorrente das exportações de óleo de soja e seus resíduos que expandiram 60% no período, representando uma receita adicional neste ano de US\$ 440 milhões. O principal determinante desse crescimento foram os preços mais favoráveis, aumento de 39,7% no acumulado dos últimos quatro trimestres em relação aos quatro trimestres anteriores. Na mesma base de comparação, as quantidades avançaram 11,6%.

O despeito do crescimento de 19% no período, as exportações de Fumo foram prejudicadas pela crise nos EUA, o principal destino do setor. As vendas para o país cresceram 10%, abaixo da média em 2008. Por outro lado, os preços no mercado internacional também estavam favoráveis, o crescimento do índice de preços no acumulado dos últimos quatro trimestres foi de 17,5%.

**GRÁFICO 11.2 – ÍNDICE DE PREÇOS E QUANTIDADE DAS EXPORTAÇÕES DO RS
(VAR. % DO ACUM. NOS ÚLTIMOS QUATRO TRIMESTRES ATÉ O 3º TRIM. DE 2008)**



Fonte: Funcex. Elaboração: FIERGS

Fonte: Funcex. Elaboração: FIERGS

Outro destaque, segmento de Material de Transporte, teve um crescimento de 135% no período, vinculado à exportação da plataforma de petróleo. Excluindo o valor da plataforma do cálculo, o aumento do setor seria de apenas 13,8%. Os principais itens embarcados foram carrocerias de veículos para carga e transporte de pessoas.

Dos 18 setores analisados da indústria apenas 5 apresentaram retração em relação a 2007 no período de janeiro a outubro. Dentre os tradicionalmente exportadores, Couro e Calçados foi o único que apresentou decréscimo. Este setor, além da competição com os calçados asiáticos, sofreu um maior revés pela recessão da economia norte-americana já a partir do segundo semestre e pelo Real valorizado no primeiro. De fato, o mercado de produtos industriais é o que mais sofre com a concorrência internacional e o mais afetado pela valorização da taxa de câmbio R\$/US\$. Até meados de 2008 a moeda brasileira foi uma das que mais se valorizou frente ao Dólar desde o início de 2007.

**TABELA 11.6 – EXPORTAÇÕES DO RS - CONVERTIDAS EM REAIS
(EM R\$ MILHÕES)**

Gênero da Indústria	Jan-Out 2007	Part. (%)	Jan-Out 2008	Part. (%)	Var. (%)	US\$ milhões
Alimentos e Bebidas	5.418	20%	7.081	25%	31%	1.663
Fumo	3.060	12%	3.137	11%	2%	76
Material de Transporte	1.494	6%	2.991	10%	100%	1.497
Química	3.024	11%	2.835	10%	-6%	-189
Couros, Artefatos e Calçados	3.298	12%	2.643	9%	-20%	-655
Máquinas e Equipamentos	2.250	8%	2.453	9%	9%	203
Refino de Petróleo	1.079	4%	727	3%	-33%	-352
Móveis	508	2%	444	2%	-13%	-64
Borracha e Plástico	391	1%	410	1%	5%	20
Produtos de Metal	399	2%	409	1%	3%	10
Indústrias diversas	494	2%	401	1%	-19%	-93
Material Elet. e de Comunic.	417	2%	386	1%	-8%	-32
Celulose e Papel	288	1%	286	1%	0%	-1
Madeira	317	1%	224	1%	-29%	-93
Têxteis	206	1%	183	1%	-11%	-23
Metalurgia Básica	159	1%	139	0%	-13%	-20
Vestuário e Acessórios	81	0%	60	0%	-26%	-21
Extrativa Mineral	28	0%	38	0%	35%	10
Total da Indústria	22.913	86%	24.846	87%	8%	1.934
Básicos	3.361	13%	3.330	12%	-1%	-31
Transações Especiais	292	1%	336	1%	15%	43
Total Geral	26.566	100%	28.512	100%	7%	1.946

Fonte: Secex / MDIC. Elaboração: FIERGS

Além disso, deve-se destacar que o resultado das exportações medidos em dólares diz muito pouco sobre o real ganho dos exportadores, uma vez que grande parte das suas despesas são efetuadas em reais (fundamentalmente, o pagamento de mão-de-obra e matéria-prima). A tabela 11.6 apresenta os valores exportados por gênero da indústria, convertidos para reais e descontada a inflação pelo IPCA. A realidade apresentada é muito diferente daquela percebida quando se analisam os dados em dólares.

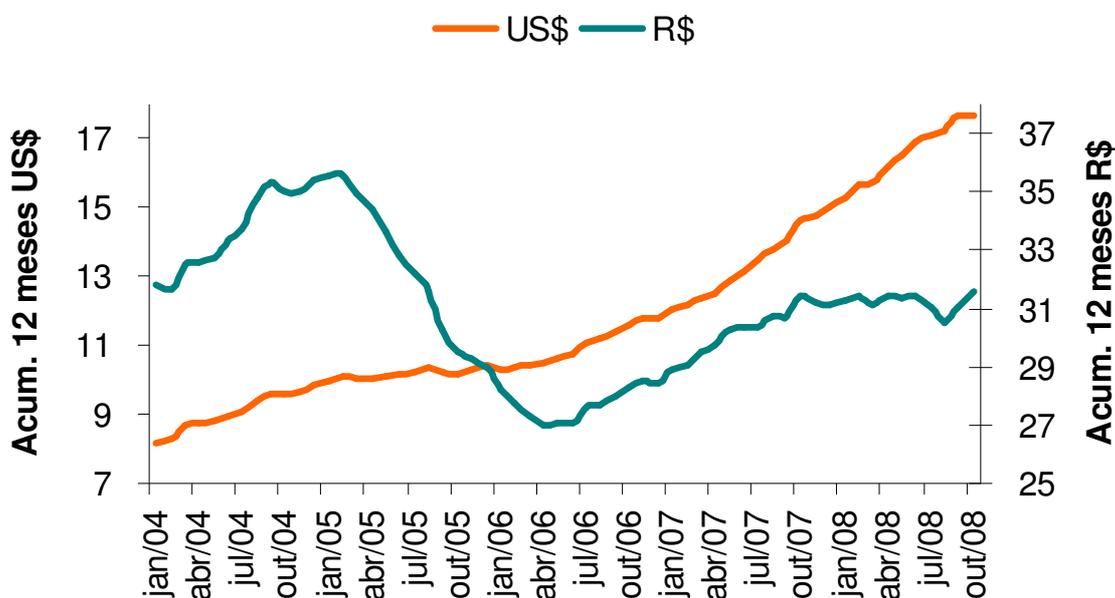
Observa-se claramente que muitos dos segmentos industriais que apresentavam resultados em dólares positivos em relação a 2007 acabam registrando resultados negativos quando suas receitas em moeda estrangeira são convertidas para reais. Os melhores exemplos são os setores de materiais elétricos e de comunicação e químico que, em dólares, apresentavam crescimento de 11% e 13% e em reais acumulam até outubro queda de receita de 8% e 6%, respectivamente.

Esse resultado fica ainda mais evidente quando fazemos o exercício de excluir a P-53 do cômputo das exportações, visto que seu embarque em setembro contou com uma taxa de câmbio R\$/US\$ acima da média do ano. Nesse caso, as exportações do Estado, em reais, teriam crescido somente 1,5% na comparação jan-out2008/2007.

Essas realidades aparentemente paradoxais, exportações em dólares registrando crescimento, mas em reais acumulando quedas é determinada pela valorização cambial ocorrida no período. Esse processo prejudica o setor exportador de duas formas: reduz a capacidade de competição do produto produzido no país e reduz a receita gerada em reais com importantes implicações do ponto de vista dos investimentos. A magnitude deste impacto também varia entre os diferentes segmentos, dependendo da intensidade com que os diferentes fatores de produção são utilizados. Os segmentos que utilizam mais intensivamente mão-de-obra e componentes nacionais tendem a sofrer mais, pois seus custos de produção, quando medidos em dólares, tendem a aumentar muito. Na medida em que estes precisam ser repassados para os preços finais, a capacidade de competição no mercado internacional fica afetada. Ao mesmo tempo em que têm seus custos aumentados, os exportadores acabam recebendo um valor menor, medido em reais, por suas receitas. Observa-se, a partir do gráfico 10.4, que esse processo também ocorreu no último biênio.

Os principais segmentos exportadores do Rio Grande do Sul, como couro, artefatos e Calçados e os setores que compõe o segmento metal-mecânico, diferentemente de outros estados da federação, são tipicamente intensivos em mão-de-obra e componentes nacionais e, portanto, estão no grupo daquelas que mais sofrem com o processo de valorização cambial pelas razões expostas acima.

**GRÁFICO 11.3 - EXPORTAÇÕES RS - EM DÓLARES E EM REAIS
(EM BILHÕES)**



Fonte: Secex / MDIC. Elaboração: FIERGS

O que deve ser chamado a atenção é que por trás desse aparente cenário de resultados positivos de exportação, encontra-se uma realidade muito diferente. As atividades exportadoras amargam quedas de receita e aumentos de custos de produção

que dificultam cada vez mais sua capacidade competitiva. O resultado só não é pior porque a exportação de alimentos e bebidas contou com preços e safra favoráveis.

Por outro lado, o Rio Grande do Sul registrou forte crescimento das suas importações, 59% nos dez primeiros meses do ano na comparação com mesmo período de 2007. Quatro fatores contribuíram com a aceleração das compras externas: (a) aumento da atividade interna, que fez a indústria e a agricultura demandar mais insumos; (b) crescimento da renda das famílias, que resultou em crescimento das importações de bens duráveis e não duráveis; (c) taxa de câmbio favorável a substituição de diversos tipos de mercadorias nacionais por importadas; e (d) a aceleração da inflação interna foi maior que a aceleração da inflação externa, desse modo o preço dos importados ficaram relativamente mais baratos para quem consome no Brasil.

Quando analisadas por categoria de uso, no acumulado no ano, observa-se que todas apresentaram crescimento em relação ao mesmo período do ano passado. O aumento mais expressivo em termos absolutos (medidos pela diferença em US\$) ocorreu na categoria matérias primas e produtos intermediários com aproximadamente 40% de contribuição para o incremento do valor importado pelo Estado (US\$ 1,9 bilhão). A maior parte das importações se destina ao setor de Químicos, em que se destacam as compras de Uréia, Cloretos de Potássio e Amônia. Destaca-se que o resultado reflete a demanda da indústria para atender um nível de atividade que esteve aquecido em grande parte do ano. Além disso, os preços dos petroquímicos mantiveram-se em patamar elevado nesse período.

**TABELA 11.7 – IMPORTAÇÕES - POR CATEGORIAS DE USO
(EM US\$ MILHÕES)**

Categorias de Uso	Jan-Out 2007	Part. (%)	Jan-Out 2008	Part. (%)	Var. (%)	US\$ milhões
Bens de Capital	1.017	13%	1.750	14%	72%	733
Mat Primas e Prod Intermediários	2.721	34%	4.660	36%	71%	1.939
Bens de Consumo Não Duráveis	212	3%	291	2%	37%	79
Bens de Consumo Duráveis	635	8%	971	8%	53%	336
Combustíveis e Lubrificantes	3.507	43%	5.224	41%	49%	1.717
Transações Especiais	-	0%	-	0%	0%	-
Total Geral	8.087	100%	12.882	100%	59%	4.795

Fonte: Secex / MDIC. Elaboração: FIERGS

O maior crescimento nas importações por categoria de uso ficou por conta dos bens de capital, 72% em relação a 2007. As maiores compras foram de veículos com motor a diesel para carga ou passageiros (US\$ 676 milhões) e de máquinas para fabricação de máquinas e implementos agrícolas, tal como partes e acessórios para fabricação de tratores (US\$ 94 milhões), ferramentas a laser para corte de chapa de metal e para fabricação de tratores (US\$ 35 milhões), partes de turbinas a gás (US\$ 23 milhões) e centro de usinagem para trabalhar metais (US\$ 22 milhões).

A categoria de combustíveis e lubrificantes constitui-se no grupo com maior participação na pauta de importações do Rio Grande do Sul. As importações do grupo concentram-se em óleos brutos de petróleo (US\$ 4,04 bilhões), demanda para o refino de petróleo, e naftas para petroquímica (US\$ 1,02 bilhão), um derivado do petróleo usado como principal matéria-prima para a obtenção dos petroquímicos básicos. O valor importado desses dois itens teve forte influência do patamar que o preço do petróleo atingiu no mercado internacional até a metade do ano.

As importações de bens de consumo duráveis foi outra categoria que cresceu favorecida pelo real valorizado em 2008. Nesse caso, predomina as compras externas de automóveis com motor a explosão (US\$ 612 milhões), que além do câmbio foram estimuladas pelo aumento da renda dos indivíduos e a disponibilidade de crédito mais acessível e com prazos mais longos.

Em resumo, o resultado externo do Rio Grande do Sul em 2008, foi favorecido pelo patamar elevado em que os preços das *commodities* se mantiveram no mercado externo até agosto. Os impactos mais graves da crise devem ficar mesmo para 2009, uma vez que a maioria das transações que ocorrem no final de 2008 é resultado de contratos firmados em períodos anteriores. Por outro lado, em outubro já se observou uma forte redução na taxa de crescimento quando comparado com outubro de 2007. Tal fato indica a tendência para os meses seguintes. Setores como o de máquinas e equipamentos, muito sensíveis à disponibilidade de crédito, foram os primeiros a refletir os impactos da crise.

Com base no atual cenário, com a taxa de câmbio R\$/US\$ em torno de 2,40 e a economia mundial crescendo 3,7%, projeta-se que as exportações gaúchas fechem 2008 em aproximadamente US\$ 18,7 bilhões. Isso significa um crescimento em torno de 24,6%, sendo que as exportações industriais deverão crescer 25,3%, alcançando US\$ 16,3 bilhões. Para 2009, as projeções indicam vendas totais próximas a US\$ 17,5 bilhões, um decréscimo em torno de 6,1%, enquanto que as exportações da indústria devem reduzir 6,6%, passando de US\$ 16,3 bilhões para US\$ 15,3 bilhões, conforme a tabela 10.8. A expectativa de baixo crescimento das vendas industriais decorre da expectativa de crescimento negativo da economia mundial no próximo. Mesmo o novo patamar cambial, com o Real mais desvalorizado, e a maturação dos investimentos realizados em 2008, que resultarão em melhoria de processos, de produtividade e competitividade dos produtos produzidos no estado, serão incapazes de superar a retração na demanda externa. Cabe destacar que o decréscimo das exportações gaúchas acompanhará a tendência observada para o Brasil, que é de menos 1,5%. A queda maior no RS, do que no País, deve-se ao incremento extra que a P-53 trouxe para as vendas externas do Estado e que não estará presente em 2009, esse resultado impactará mais a indústria do que os outros setores.

TABELA 11.8 – PERSPECTIVAS PARA O SETOR EXTERNO GAÚCHO

	2007	2008*	Cenários 2009		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Exportações	15.018	18.714	16.262	17.572	20.100
Industriais	13.068	16.375	14.148	15.288	17.487
Total	15.018	18.714	16.262	17.572	20.100
Importações	10.169	15.224	14.234	15.452	16.061
Saldo	4.849	3.490	2.028	2.120	4.039

Fonte: Secex / MDIC. Elaboração e previsões: UEE / FIERGS

No cenário otimista, em que o câmbio médio fica um pouco mais valorizado e a economia mundial cresce a um ritmo superior ao projetado, as exportações poderiam manter o ritmo de crescimento positivo de 7,4%, alcançando US\$ 20,1 bilhões.

Da mesma forma, estima-se que as importações terminem 2008 em US\$ 15,2 bilhões aproximadamente, com expansão de 50% em relação a 2007. Espera-se que as importações diminuam fortemente o ritmo de crescimento em 2009. As projeções indicam valores próximos a US\$ 15,5 bilhões, que representa um crescimento de 1,5%.

A se confirmarem nossas projeções, o saldo comercial do estado em 2008 será menor que o registrado no ano passado. Em 2009, essa tendência deve se atenuada, diminuindo o saldo comercial para US\$ 2,1 bilhões.

12. SETOR PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL

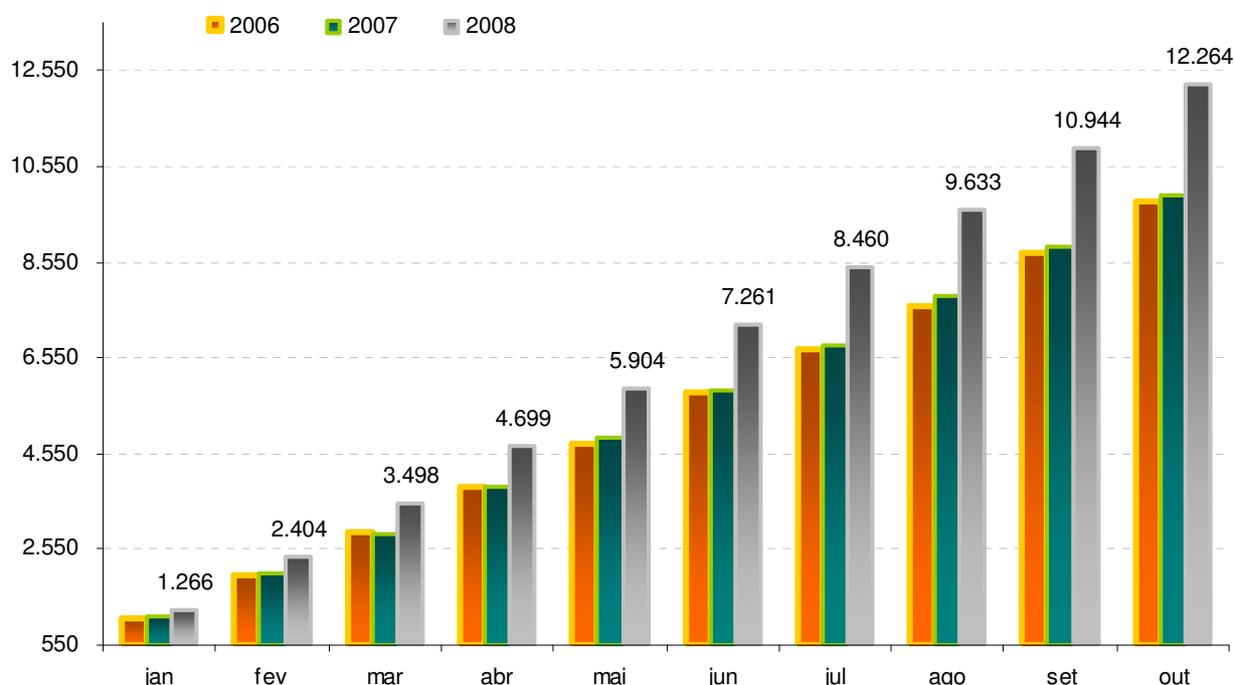
2008: O ANO EM QUE SE DEU O AJUSTE FISCAL

Com arrecadação recorde e mudanças importantes na gestão da despesa, o Estado conseguirá encerrar o ano em equilíbrio, depois do déficit de R\$ 1,2 bilhões em 2007.

Para 2009, entretanto, a diminuição do ritmo de crescimento da economia tende a influenciar negativamente as receitas, ao mesmo tempo que pressões de aumento de gasto se manifestam.

Nem o mais otimista de todos os agentes da economia preveria para 2008 a arrecadação de ICMS tão grande como a verificada. Não houve aumento de alíquotas nem a redução de isenções em larga escala. O que aconteceu em 2008 e, diga-se de passagem, até surpreendeu o governo do Estado, foi uma combinação de variáveis que resultou numa arrecadação histórica. O crescimento da atividade econômica, que incentivou as importações, além do alto preço do petróleo ao longo de grande parte do ano. Outro a somar, foi a introdução de alterações tributárias que promoveram mecanismos de compensação de créditos a empresas quando internalizam suas aquisições de insumos e matérias-primas no Estado, bem como o aumento da fiscalização.

**GRÁFICO 12.1 – ARRECADAÇÃO DE ICMS – ACUMULADO NO ANO
(EM R\$ MILHÕES)**



Fonte: SEFAZ/RS

A arrecadação de ICMS foi bastante positiva para todos os estados da federação, porém a do Rio Grande do Sul superou a média de crescimento nacional. A arrecadação

do Estado cresceu no acumulado do ano até outubro 23,53% em termos nominais, e 10,82 %, em termos reais. No ano, já supera o patamar verificado quando da existência das alíquotas majoradas nas *blue chips* (combustíveis, energia elétrica e telefonia). Até outubro, foram adicionados nada menos do que R\$ 2,3 bilhões em termos nominais. Destaca-se que o crescimento tímido da arrecadação de janeiro (esperado, dado a base inflada de 2007) deu lugar a uma trajetória que só conheceu uma diminuição do ritmo de crescimento em agosto, voltando a crescer em setembro. Entretanto, a expectativa é que as taxas de crescimento se reduzam fortemente em 2009 em razão basicamente de quatro motivos:

- i) A elevada base de comparação que dificulta a expansão dos números em termos percentuais;
- ii) A esperada diminuição do ritmo de crescimento da economia gaúcha em virtude da desaceleração na economia nacional e internacional;
- iii) O aumento da cotação do dólar, o que desestimula as importações;
- iv) A diminuição do preço internacional do petróleo, item que colaborou muito com o incremento de arrecadação de 2008.

**TABELA 12.1 – ARRECADAÇÃO DE ICMS SETORIAL
DADOS REAIS – IGP-DI (EM R\$ MILHÕES)**

	Jan-Ago/2008	Crescimento Real (%)
Primário	72,9	28,5%
Secundário	2.889,8	11,1%
Terciário	3.522,1	17,1%
Comunicações	1.008,8	8,7%
Energia Elétrica	954,4	-4,2%
Derivados de Petróleo	1.879,5	1,0%
Dívida	136,3	3,7%
Outras	178,0	103,3%
Total	9.633	10,2%

Fonte: COTEPE/CONFAZ

Os dados de arrecadação setorial revelam que apenas a receita de imposto decorrente da Energia Elétrica apresentou queda em termos reais. Apesar do número bastante expressivo em termos de taxa, a arrecadação do setor primário contribui diretamente pouco para a arrecadação do Estado, sendo responsável por apenas 1% da arrecadação total. O setor terciário, porém, merece destaque. Representando mais de 1/3 da receita de ICMS, o crescimento desse setor respondeu por cerca de 46% do incremento de arrecadação real (IGP-DI) no período. Nesse setor, ressalta-se o comportamento do comércio varejista que foi responsável por cerca de 18% do acréscimo de receita (nominal). O bom desempenho do comércio, que explica a arrecadação setorial, se deu na esteira da expansão da renda e do crédito (que perdurou por grande parte do ano). A tendência é de que esse setor continue a crescer em 2009, porém, a taxas mais tímidas, uma vez que já se sente os primeiros efeitos da crise financeira internacional sobre as concessões de crédito, e em 2009 observaremos as conseqüências da crise na trajetória do emprego e, conseqüentemente, na renda.

O setor secundário (a indústria) respondeu por cerca de 31% do incremento de arrecadação, refletindo o aumento da produção e dos preços ocorridos em 2008, ano que representou a recuperação da indústria gaúcha após o longo período recessivo iniciado em 2005. Por fim, como já comentado anteriormente, o grupamento “Derivados do

Petróleo” contribuiu com cerca de 12% do acréscimo (nominal) de ICMS, revelando a importância do setor.

No ramo financeiro, o ano de 2008 contou também com outro elemento importante¹⁸ em parte explicado pelo ajuste fiscal, que foi o contrato de financiamento de US\$ 1,1 bilhão que o Estado do Rio Grande do Sul assinou com o Banco Mundial. O crédito servirá para abater parte da dívida extralimite do Estado. Essa dívida responde por contratos ou obrigações que não foram renegociados na última grande repactuação da dívida em 1998. Segundo dados divulgados pelo governo do Estado, com a reestruturação viabilizada pelo financiamento, o comprometimento da Receita Líquida Real (RLR) com o pagamento da dívida extralimite cairá de 5,1% para 3,1%, ainda em 2008, e de 3,3% para 2,6% no período 2008-2012, convergindo para uma trajetória de 1,2% no período 2010-2038. O empréstimo tem um prazo total de 30 anos, juros fixos e é dividido em duas parcelas, sendo garantido pela República Federativa do Brasil. A primeira parcela, de US\$ 650 milhões foi liberada em setembro, e a segunda será em meados de 2009. O primeiro montante de recursos terá como destino saldar três dívidas:

- i) dívida com Fundação Bannrisul de Seguridade Social (R\$ 946,4 milhões),
- ii) o resgate de letras financeiras do Tesouro do Estado (R\$ 158,4 milhões),
- iii) dívida junto à União relativa ao Fundef (R\$ 17,7 milhões).

O saldo de R\$ 63 milhões deverá ser usado para antecipar parte do pagamento do Proes, que deveria ocorrer apenas em 2010.

Quanto às transferências constitucionais, significativo elemento das receitas do Estado, pode-se perceber que, passados cerca de 83% do ano (jan-out), o fluxo mostra-se marginalmente superior ao esperado na proposta orçamentária de 2008. Entretanto, chama a atenção a conformação um tanto heterogênea do comportamento das transferências. Enquanto a cota parte do FPE supera a média esperada (83%) em cerca de 10%, o Auxílio Financeiro (Fomento às Exportações) foi somente de 22% do orçado, que remetia à média histórica. O FPE, bem como os repasses do IPI, refletem o momento de bom desempenho da arrecadação federal (reflexo da atividade econômica no país) e têm sua dinâmica alinhada com a receita percebida pelo governo federal. Já os recursos do Auxílio Financeiro de fomento às exportações não depende necessariamente do ingresso de recursos no caixa do governo federal, mas sim da política de repasses aos Estados, o que confere um caráter mais “voluntário” a esse tipo de transferência.

**TABELA 12.2 – TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS SELECIONADAS
(EM R\$ MILHÕES)**

	Orçado (ano)	Realizado (jan-out)	% Realizado
Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados	967,91	898,13	93%
Cota-parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores de	412,06	374,35	91%
Cota-parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	130,77	92,63	71%
Transferências da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	14,41	21,42	149%
Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - Cfrm	1,01	1,44	143%
Cota-parte do Fundo Especial do Petróleo - Fep	2,43	3,38	139%
Transferência Financeira do Icms - Desoneração Lc 87 96	153,51	122,42	80%
Auxílio Financeiro - Fomento as Exportações do País	129,13	28,00	22%
Total do Grupo	1.811,23	1.541,75	85%
Transferências da União	2.591,63	2.247,20	87%

Fonte: SEFAZ/RS

¹⁸ Em 2007, havia sido a venda de ações do Bannrisul.

Do ponto de vista das despesas, merece destaque a implementação de políticas de racionalização do gasto, como o controle matricial das despesas que possibilita o comparativo de gastos e, com isso, a identificação de desperdícios, e conseqüente ajuste futuro. Outra política que merece atenção é a de regularização de pagamentos a fornecedores do Estado. Com isso, o Estado conseguiu diminuir preços pagos e aumentar o cadastro de fornecedores o que, por sua vez, reforça a competição e contribui, mais uma vez, para a redução dos preços contratados.

O ajuste fiscal, que foi promovido pelo crescimento das receitas e pela racionalização das despesas, contribuiu para que o Governo do Estado pagasse antecipadamente o 13º salário aos servidores do Executivo, (R\$ 584 milhões). Desde 1994, isto é, há cerca de 14 anos, o pagamento do 13º do funcionalismo vinha sendo feito com antecipações de ICMS do ano seguinte, ou através da venda de ativos, repasses extraordinários de recursos da União ou empréstimos do Banrisul. Em 2007, o governo contou ainda com dinheiro do Fundo de Equilíbrio Previdenciário (Fe-Prev). Esses recursos foram pagos ao fundo ao longo do ano em seis parcelas corrigidas.

Entretanto, no caso das despesas, ainda não foi regularizado o pagamento dos créditos de exportações (gasto fiscal). Apesar de algumas medidas setoriais (moveleiro e calçadista), há ainda forte reclamatória por parte das empresas quanto ao represamento do crédito. Além disso, as políticas de ajuste propostas na Reforma Tributária tratam de cuidar dos créditos presentes e futuros, porém não fazem sequer menção de como será tratado o estoque de crédito acumulado pelas empresas ao longo dos anos.

TABELA 12.3 – PRINCIPAIS AGREGADOS DA ESTIMATIVA DE RECEITA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONSOLIDADA (EM R\$ MILHÕES)

	PLOA 2009
Receitas Correntes	28.363
ICMS Total	15.835
IPVA Total	1.305
Imposto de Renda na Fonte	860
Contribuição	1.405
Patrimonial	641
Fundo de Participação do Estado	1.225
IPI-Exportação	514
CIDE	103
Compensação Financeira das Exportações	147
FUNDEB	2.599
Demais Receitas Correntes	2.577
Receitas Correntes Intra-Orçamentária	4
Deduções para o Fundo da Educação	(2.873)
Receita de Capital	249
Operações de Crédito	12
Transferências de Capital	186
Demais Receitas de Capital	237
Total Geral da Receita com Transferência Intra-Orçamentária	28.611
Total Geral da Receita sem Transferência Intra-Orçamentária	24.588

Fonte: LOA 2008 e SEPLAG/RS – PLOA 2009.

Para 2009, espera-se que o ritmo de formação de novos créditos seja reduzido, uma vez que a indústria deverá diminuir a taxa de crescimento de suas exportações. Por outro lado, há outras pressões de gastos derivadas da necessidade de contratação de

funcionalismo em certas áreas, bem como as provenientes de alterações legais que aumentam os desenhos do governo.

Basicamente, pode-se identificar 6 elementos de elevação dos gastos em 2009¹⁹:

- i) Além do habitual crescimento vegetativo e dos aumentos já concedidos, há a necessidade de reposição de servidores para cobrir aqueles que se aposentaram recentemente;
- ii) Em 2010, entrará em vigor o novo piso do magistério, que passará a ser o básico do plano de carreira;
- iii) Regulamentação da Emenda 29/2000
- iv) Dificuldade em manter o estado de contenção das despesas;
- v) Necessidade de ampliação de investimentos, devido ao alto grau de degradação de patrimônios públicos (em especial, presídios)
- vi) Vencimentos de dívida de curto prazo.

TABELA 12.4 – PRINCIPAIS AGREGADOS DA ESTIMATIVA DE DESPESA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONSOLIDADA (R\$ MILHÕES)

	PLOA 2009
Pessoal e Encargos Sociais	11.422
Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios	4.767
Demais Outras Despesas Correntes	4.772
Serviços da Dívida (juros, Encargos e Amortização da Dívida)	2.142
Investimentos Amplos	1.256
Transferências Intraorçamentária	4.023
Reserva de Contingência	230
Despesas com Transferência Intra-Orçamentária	28.611
Despesas sem Transferência Intra-Orçamentária	24.588

Fonte: LOA 2008 e SEPLAG/RS – PLOA 2009.

A redução do ritmo de crescimento das receitas, somada com pressões de despesa, tornam o equilíbrio fiscal uma equação de fino ajuste em 2009. Assim, conforme a evolução de uma ou outra, o equilíbrio pode ser rompido, uma vez que contou com um forte fator conjuntural. Apesar de muitas mudanças estruturais já terem sido implementadas, é somente sua maturação que efetivamente romperá, de vez, com o ciclo vicioso das finanças públicas estaduais.

Analisando-se a proposta orçamentária de 2009, o primeiro equilíbrio real anunciado, depois de 40 anos de déficits recorrentes, pode-se fazer a seguinte análise:

i) Do lado das Receitas: quanto à previsão da arrecadação de ICMS poder-se-ia dizer, à época em que o orçamento foi elaborado, que os valores estavam subestimados (contrariando a prática histórica de superestimação das receitas). Por ora, os números parecem estar razoavelmente adequados à nova realidade em que se espera uma redução do ritmo de crescimento da economia gaúcha e nacional. Por outro lado, as transferências correntes parecem apresentar uma elevação superior à esperada, pois devemos ter uma expansão menor das receitas do governo federal. Mesmo assim, em termos gerais, pode-se afirmar que há consistência no que diz respeito à composição das receitas.

ii) Do lado das Despesas: as despesas com pessoal parecem estar subestimadas, uma vez que apresentam um incremento, tanto nominal quanto real, muito pequeno em relação ao que se deve verificar em 2008, decorrente das pressões anteriormente

¹⁹ Retirado de Santos (2008), Análise da Proposta Orçamentária para 2009, disponível em www.darcyfrancisco.com (acessado em 10/11/2008).

elencadas. Todavia, há uma espécie de “folga” derivada da possibilidade de cortes em “outras despesas correntes”, que parece estar superestimada. Os investimentos aparecem na proposta orçamentária de 2009 marginalmente maiores que o verificado no exercício anterior, mas diante desse desequilíbrio interno nas despesas (despesa com pessoal subestimada), não será surpresa se investimentos forem cortados para atender às necessidades de pagamento de pessoal, caso a receita sofra um arrefecimento maior que o previsto.

Quanto às vinculações constitucionais, capítulo à parte nas discussões sobre finanças públicas, pode-se verificar que a Proposta Orçamentária de 2009 continua não as cumprindo em sua íntegra (não apenas em % de receita, mas também em sua forma de aplicação). Para serem efetivamente realizadas, seriam ainda necessários cerca de R\$ 2 bilhões²⁰. Mesmo assim, pode-se dizer que a Proposta Orçamentária traz déficit zero, uma vez que, seguindo os preceitos que norteiam (historicamente) a formação do orçamento, não superestima as receitas com a inclusão de receitas fictícias de larga escala e, apesar de subestimar a despesa com pessoal, o faz em bem menor medida que nas anteriores, e de toda forma financiável.

Por fim, apesar de se esperar que a economia gaúcha cresça em 2009, a arrecadação não deverá repetir o crescimento de 2008. Esse ano, a receita total de ICMS deverá alcançar a cifra de R\$ 15,1 bilhões. Para 2009, a estimativa é que a arrecadação encerre o ano em R\$15,5 bilhões (-4,71%/IGP-DI). No cenário pessimista, em que se projeta um nível de atividade menor para a economia do Estado, a arrecadação ficaria em R\$14,8 bilhões (-8,53% / IGP-DI), enquanto no otimista em R\$16 bilhões (-1,63%/IGP-DI).

**TABELA 12.6 – PERSPECTIVAS PARA A ARRECADAÇÃO DE ICMS/RS
(EM R\$ BILHÕES)**

	2007	2008*	Cenários 2009		
			Pessimista	Moderado	Otimista
ICMS	12,20	15,10	14,80	15,50	16,00

Fonte: SEFAZ/RS. * Estimativas. Previsão: UEE / FIERGS

²⁰ Retirado de Santos (2008), Análise da Proposta Orçamentária para 2009, disponível em www.darcyfrancisco.com (acessado em 10/11/2008).